Eduema

Relatório Local Voluntário ODS



Maranhão

Relatório Local Voluntário ODS Maranhão

Organização
Ariadne Enes Rocha
Marlana Portilho Rodrigues Santos
Maria Eliana Alves Lima
Joice Belfort Pereira
Claudia Costa e Silva
Stalys Ferreira Rocha

Diagramação
Ariadne Enes Rocha

Revisão
Claudia Costa e Silva
Marlana Portilho Rodrigues Santos

Relatório Local Voluntário ODS Maranhão [recurso eletrônico] / organizadores Ariadne Enes Rocha, Marlana Portilho Rodrigues Santos, Maria Eliana Alves Lima, Joice Belfort Pereira, Claudia Costa e Silva, Stalys Ferreira Rocha. – São Luís - MA: EDUEMA, 2026.

179p. il. color.

ISBN: 978-85-8227-785-0

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2. Agenda 2030. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Políticas Públicas. 5. Maranhão. I. Rocha, Ariadne Enes [et.al.] organizadores. II.Título.

CDU: 504(812.1)

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

EDITORA RESPONSÁVEL
Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL
Ana Lucia Abreu Silva
Ana Lúcia Cunha Duarte
Cynthia Carvalho Martins
Eduardo Aurélio Barros Aguiar
Emanoel Cesar Pires de Assis
Denise Maia Pereira
Fabíola Hesketh de Oliveira
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva
José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza
Maria Claudene Barros
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Wilma Peres Costa
Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

Editora da Universidade Estadual do Maranhão

Eduema

PREFÁCIO

Governar é trabalhar para que a vida das pessoas melhore. É enfrentar problemas que não podem esperar, como a fome e a falta de oportunidades, mas também tomar decisões pensando no Maranhão que queremos deixar para os nossos filhos e netos. Isso inclui cuidar do meio ambiente, valorizar nossas riquezas naturais e garantir que o desenvolvimento alcance todas as regiões do estado.

É com essa visão que apresentamos o Relatório Local Voluntário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão. Este documento nos ajuda a entender onde avançamos, o que ainda precisa melhorar e quais caminhos seguiremos, fruto de um trabalho que reuniu o governo, as universidades e a sociedade civil.

Nos últimos anos, trabalhamos para combater a fome, ampliar o acesso à saúde, melhorar a educação e gerar cada vez mais emprego e renda. Afinal, os resultados de uma política pública aparecem de verdade quando chegam às famílias. É essa relação entre as decisões do governo e a vida cotidiana que orienta o nosso trabalho.

Lançamos o Plano Maranhão 2050 porque o desenvolvimento do estado não pode depender de um mandato. Para pensarmos o futuro, precisamos planejar, estabelecer prioridades e acompanhar os resultados com responsabilidade.

O trabalho da Universidade Estadual do Maranhão, do GT-ODS/MA e de todas as instituições e pessoas que contribuíram para a elaboração deste relatório foi fundamental.

Seguiremos trabalhando para que o Maranhão continue avançando. Ainda há muito a realizar, e o planejamento de longo prazo é essencial para que as vitórias de hoje pavimentem o caminho para as conquistas de amanhã.

Carlos Brandão
Governador do Maranhão



Sumário

06 Apresentação

08 Agenda 2030 e os ODS

13 Nosso Maranhão

65 Boas Práticas ODS MA

151 Plano Maranhão 2050

158 1ª Conferência Estadual ODS MA

174 Referências

Apresentação



A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão (GT-ODS/MA), organizadores do Relatório Local Voluntário ODS do Estado do Maranhão (RLVODS/MA), convidaram Organizações governamentais e Organizações não governamentais/Organizações da Sociedade Civil para registro de ações alinhadas à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em 2017, o Governo do Estado do Maranhão publicou o primeiro relatório alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para orientar a formulação de políticas públicas.

O presente relatório registra ações regido por meio do Edital n.° 83/2025-GR/UEMA, que teve como objetivo incentivar e divulgar práticas de desenvolvimento sustentável realizadas por organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil, promovendo a socialização de experiências e vivências oriundas de diferentes setores. Dessa forma, busca-se disseminar iniciativas bem-sucedidas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fortalecendo a Agenda 2030 no Maranhão.

O relatório reúne registros de ações realizadas entre 2010-2025 no estado do Maranhão, alinhadas aos ODS, apresentação de indicadores sociais, econômicos e ambientais, boas práticas desenvolvidas no estado, Plano Maranhão 2050 e a promoção da 1ª Conferência Estadual ODS do Maranhão realizada em 2026.

Além de documentar iniciativas concretas, o RLVODS/MA reforça a importância dos ODS como instrumentos estratégicos para enfrentar desafios globais e locais, como a redução das desigualdades, a promoção da educação de qualidade, a preservação ambiental e o fortalecimento da governança democrática.

Ao alinhar políticas públicas e ações sociais à Agenda 2030, o Maranhão fortalece sua capacidade de promover desenvolvimento inclusivo e sustentável, garantindo que o crescimento econômico esteja associado à justiça social e à proteção ambiental. Dessa forma, o relatório não apenas cumpre um papel de prestação de contas, mas também se torna um marco de mobilização coletiva em prol de um futuro mais justo e equilibrado para todos.

GT ODS MARANHÃO

O Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GT ODS) do Maranhão foi instituído em abril de 2025, durante reunião realizada na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com a participação da Comissão Nacional ODS.

Na ocasião, o grupo definiu um plano de ação e estabeleceu um calendário de reuniões, assumindo o compromisso de organizar a Conferência Estadual ODS no Maranhão e a elaboração do Relatório Local Voluntário ODS do MA.

A composição do GT:

- Ariadne Enes Rocha: Universidade Estadual do Maranhão
- Elivania Estrela Aires: Fundação Justiça e Paz se Abraçarão
- Maria Eliana Alves Lima: Secretaria Estadual de Educação
- Gardênia Mota Ayres: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- Pierre Batista Moraes Januário: Fundação Escola de Governo do Maranhão
- Raimundo Alves da Silva: Rede de Agroecologia do Maranhão
- Fabrício Drummond Vieira da Silva: Tribunal de Justiça do Maranhão
- Lucas de Andrade Veloso: Movimento ODS Maranhão
- Ronald Henrique Gomes Chaves: Fórum Maranhense de Meio Ambiente e Emergência Climática
- Claudia Costa: Universidade Estadual do Maranhão
- Geusa Dourado: Projeto Floresta +Amazônia
- Marlana Portilho: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
- Rita Miranda: Universidade Ceuma
- Raimundo Monteiro Neto: Universidade Federal do Maranhão
- Ladyanne Pinheiro: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar
- Celene Sousa Carvalho: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
- Bianka Marques: Faculdade LABORO
- Kelly Araújo: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
- Ariana Pimentel: Agência de Inovação e Empreendedorismo da Universidade Estadual do Maranhão
- Luísa Farias: Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, são um conjunto de 18 objetivos integrados e inter-relacionados para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que a humanidade possa desfrutar de paz e de prosperidade até 2030.

O documento adotado na Assembleia Geral da ONU em 2015, "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", é um guia para as ações da comunidade internacional nos próximos anos. E é também um plano de ação para todas as pessoas e o planeta que foi coletivamente criado para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até 2030.

A Agenda 2030 consiste em:

- uma Declaração; um quadro de resultados dos 17 ODS, e no Brasil 18 ODS (CNODS, 2025);
- uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais,
- um roteiro para acompanhamento e revisão.



18 ODS
179 metas



O ODS 18 foi proposto pelo Governo Brasileiro por meio da CNODS.

ODS

Os ODS são um plano de ação que busca fortalecer a paz universal e erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões. É uma proposta para as pessoas, o planeta, as parcerias, a paz e a prosperidade.



A Agenda 2030 e os ODS são mais do que um conjunto de metas, a Agenda propõe uma mudança de paradigmas e uma ação coletiva capaz de conciliar desenvolvimento social, proteção ambiental, crescimento econômico, paz e cooperação, sem deixar ninguém para trás.

> *Não deixar ninguém para trás*

Reconhecendo a dignidade da pessoa humana como fundamental, queremos ver os Objetivos e metas cumpridos para todas as nações e povos e para todos os segmentos da sociedade.



Pessoas

Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

Planeta

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

Prosperidade

Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Paz

Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Parceria

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.



infografico_5ps.png (1438×1438)

NOSSO MARANHÃO



IMESC

INDICADORES DE OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO MARANHÃO

Filipe Benjamim Maciel Macêdo
Marlana Portilho Rodrigues Santos
Rafael Thalysson Costa Silva
Dionatan Silva Carvalho

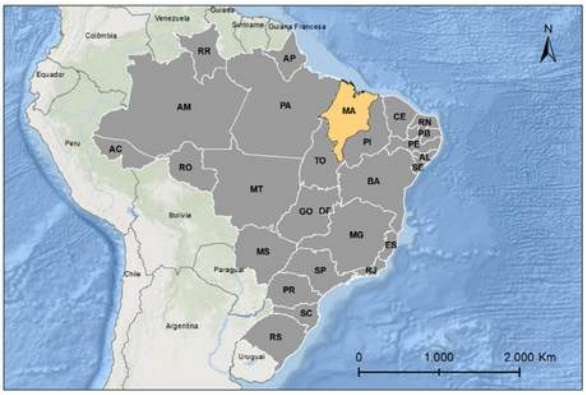
Os indicadores selecionados para esta publicação estão disponíveis na Plataforma dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão (Plataforma ODS MA - https://basededados.ods.ma.gov.br/), em funcionamento desde 2022. A Plataforma foi resultado das atividades do IMESC como membro da Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CEODS).

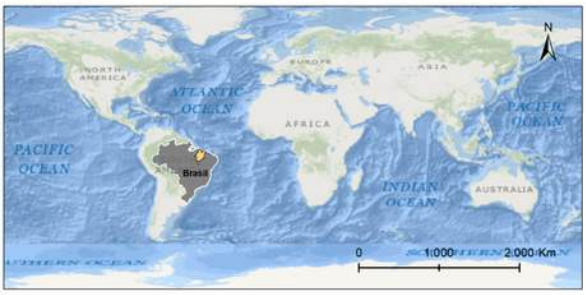
A Plataforma ODS Maranhão apresenta as metas estadualizadas para o Maranhão e disponibiliza 182 indicadores com abrangência nacional, estadual e municipal maranhense. Os indicadores selecionados para o acompanhamento do alcance ODS no estado foram vinculados às respectivas metas. Portanto, o Maranhão se destaca no cenário nacional, tendo em vista que poucos estados brasileiros possuem uma plataforma de monitoramento das metas ODS.

Por fim, este Relatório Local Voluntário ODS fará uma análise da evolução dos indicadores do Maranhão vinculados aos 18 ODS, comparando com o desempenho regional e do país.



LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO NO BRASIL





Fonte: IBGE, Malhas Municipais, Estaduais e Nacional (2025)
Elaboração: Adaptado pelo IMESC (2026)

População: 7.024.557 pessoas [2026]

Área: 329.651,463 km² [2025]

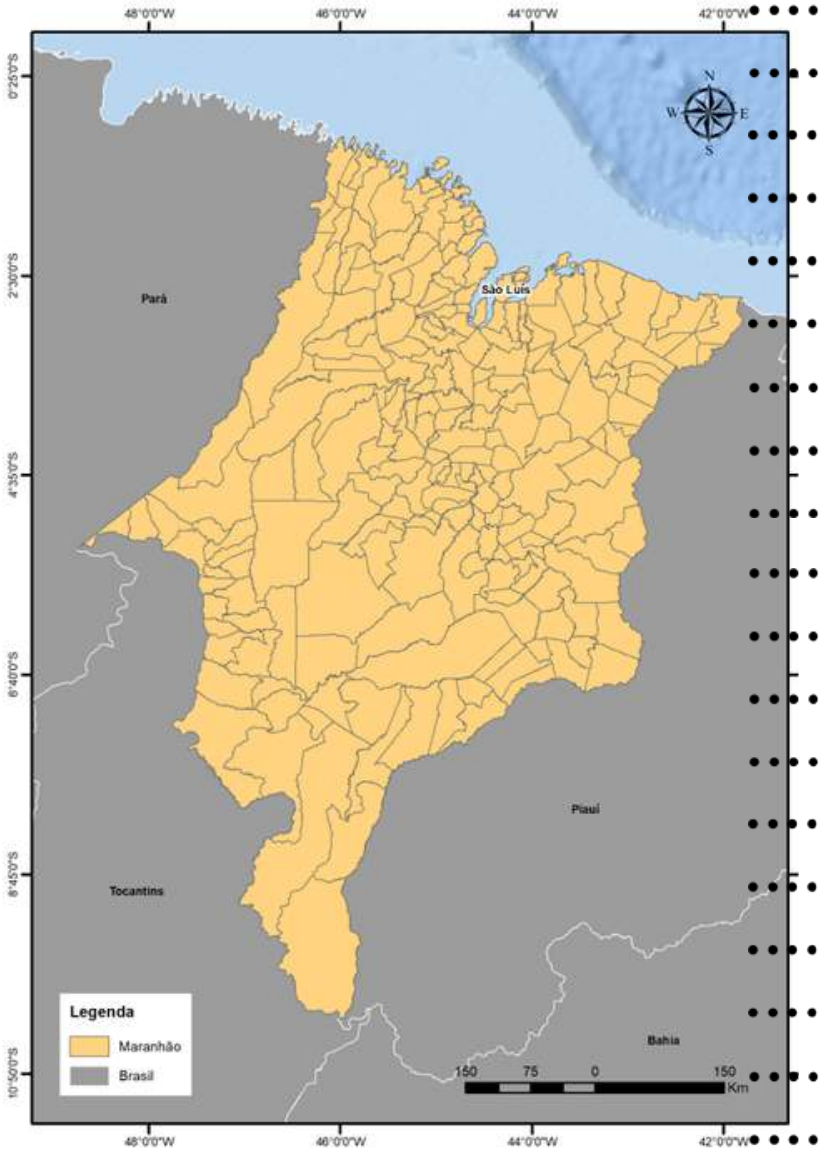
PIB: R$ 149.227 milhões [2023]

Municípios: 217

Taxa de Urbanização: 70,9% [2022]

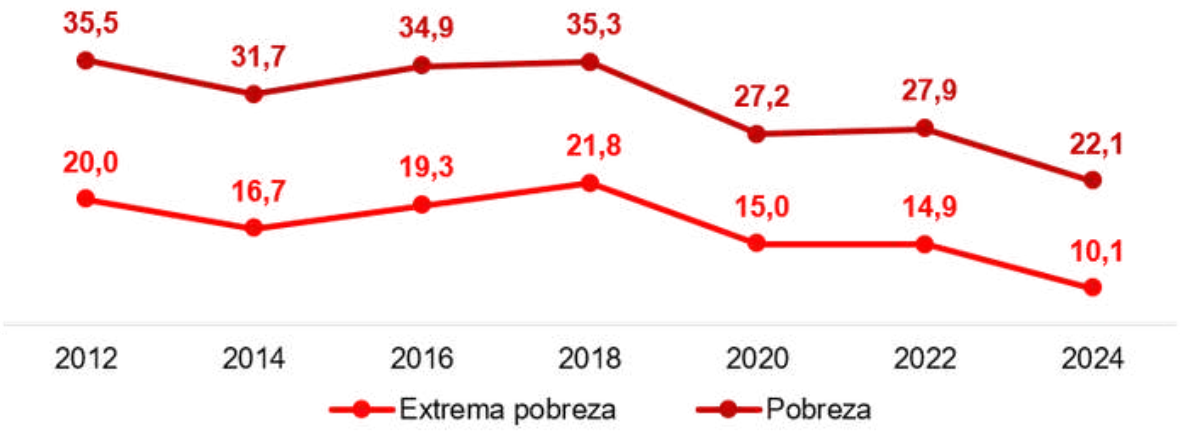
IDHM: 0,745 [2024]





ODS 1 - Erradicação da Pobreza

Taxa de pobreza (U$3,65/dia) e de extrema pobreza (U$2,15/dia), conforme PPC de 2017, no Maranhão, de 2012 a 2024 (%)



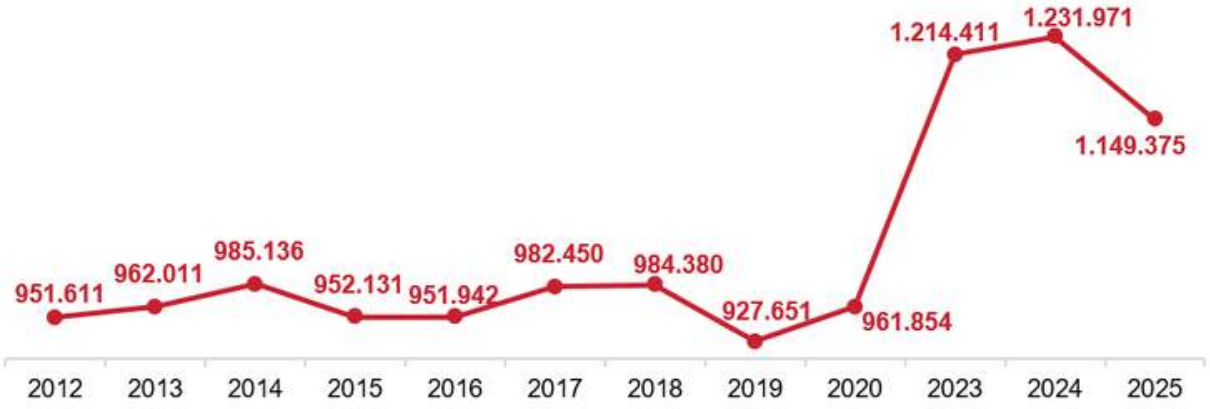
Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/Síntese de Indicadores Sociais (2026)

O Maranhão é o estado brasileiro com as maiores taxas de pobreza (10,1%) e de extrema pobreza (22,1%). Apesar disso, entre 2012 e 2024, teve a segunda maior redução de extrema pobreza do país (-9.9 p.p.) e a quarta maior redução de pobreza (-13,5 p.p.).

Em 2025, o Maranhão estava na oitava posição dos estados brasileiros com a maior quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. A principal regra para ter acesso ao benefício é que a renda por pessoa da família seja de até R$ 218,00 por mês (Brasil, 2026).

ODS 1 - Erradicação da Pobreza

Quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no Maranhão, de 2012 a 2025



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do VISData, SAGICAD (2026)
Nota: os anos de 2021 e 2022 não estão registrados em virtude da substituição pelo Programa Auxílio Brasil.

No âmbito estadual o programa Maranhão Livre da Fome garante R$ 300 às famílias beneficiárias do Bolsa Família que, mesmo recebendo a ajuda federal, ainda vivem com renda mensal inferior a R$ 218 per capita.

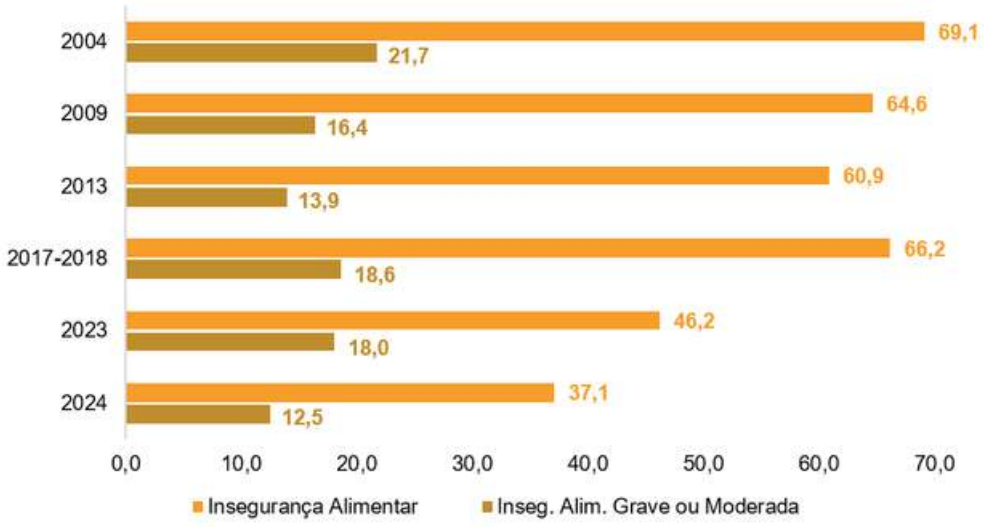
O valor deve ser gasto apenas com produtos do gênero alimentício e medicamentos. Além disso, o programa prevê adicional complementar para famílias do programa que tenham crianças de 0 a 6 anos e com pessoas com deficiência (Maranhão, 2025).

ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável

A insegurança alimentar acometeu mais de 60% da população estadual em 2004. Apesar disso, o estado conseguiu progredir no combate à insegurança alimentar, que encerrou 2024 em 37,1%. Em 20 anos, o Maranhão foi o segundo estado com maior redução de insegurança alimentar do país (-32,0 p.p.), atrás somente de Acre (-32,5 p.p.).

Um movimento similar aconteceu com a grave ou moderada, que era de 21,7% em 2004 e atingiu 12,5% em 2024. A redução foi de 9,2 p.p., a terceira maior do país.

Percentual de pessoas em insegurança alimentar e insegurança alimentar moderada ou grave, no Maranhão, em 2004, 2009, 2013, 2017-2018, 2023 e 2024 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNAD (2004, 2009 e 2013); POF (2017-2018); IBGE/PNAD Contínua (2023 e 2024).

ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável

Nota: Insegurança Alimentar é a falta de acesso regular, permanente e seguro a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável" (Brasil, 2022). Pode ser dividida em: a) leve, quando se diminui a qualidade para manter a quantidade; b) moderada, quando há mudança no volume de consumo de alimentos dos adultos; c. grave, quando há quebra de qualidade e quantidade para todos os membros da casa, podendo incluir a experiência de fome (Brasil, 2022).

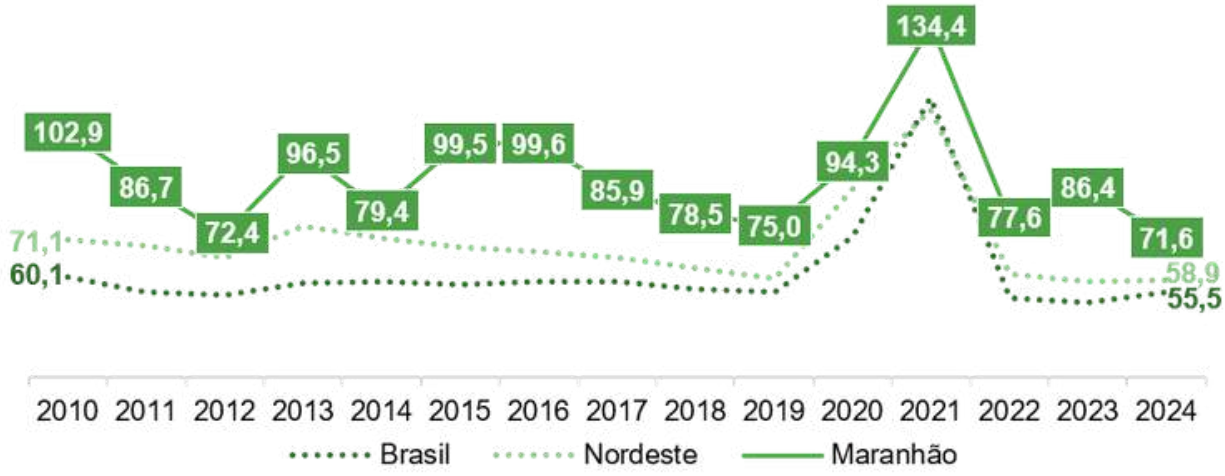
Cabe mencionar que o Governo do Maranhão, desde 2015, vem fortalecendo a política de segurança alimentar. Dentre as ações estaduais, destaca-se a construção e funcionamento dos Restaurantes Populares, que já são 220 unidades, oferecendo refeições a R$ 1,00 para almoço ou jantar, e café da manhã por R$ 0,50 (Maranhão, 2026).

A perspectiva é que, junto ao Programa Maranhão Livre da Fome, Banco de Alimentos e o PAA Leite, programas que formam a maior rede de segurança alimentar da América Latina, a insegurança alimentar seja cada vez menor no estado (Maranhão, 2026).



ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Razão de mortalidade materna, por 100 mil nascidos vivos, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2010 a 2024



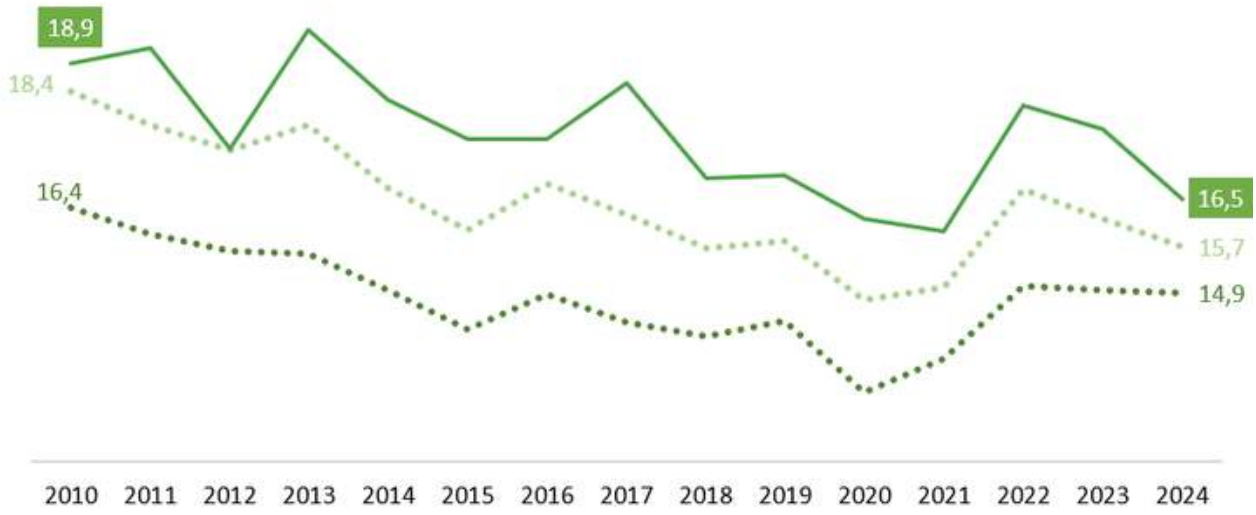
Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Ministério da Saúde, disponibilizados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (2026)

Na área da saúde, o Maranhão ainda apresenta grandes desafios. Apesar dos avanços na redução da taxa de mortalidade materna do estado ao longo dos anos, apresentou a maior mortalidade do país em 2024.

Por outro lado, o estado registrou a segunda maior redução dessa taxa dentre os estados brasileiros, sendo menos 31,3 óbitos a cada cem mil nascidos vivos entre 2010 e 2024.

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos), por mil nascidos vivos, de 2010 a 2024

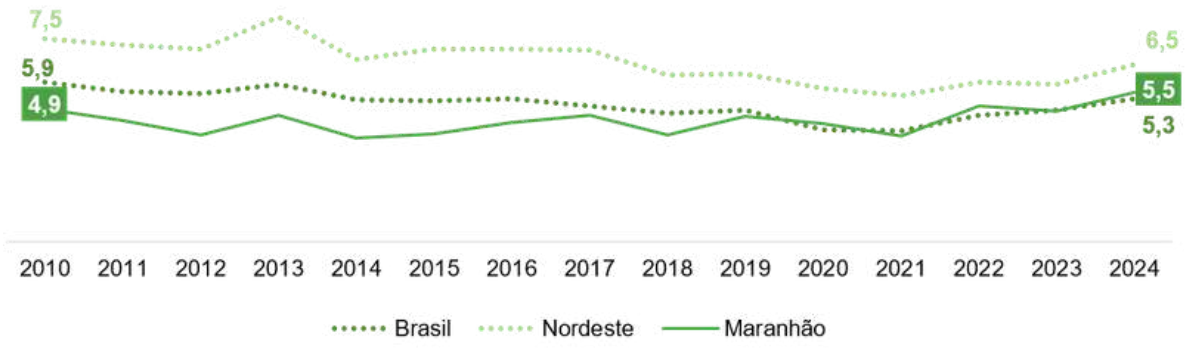


Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Ministério da Saúde, disponibilizados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (2026).

Quanto à mortalidade na infância, o estado também apresentou redução da taxa de mortalidade no período analisado, acompanhando a trajetória nacional. Porém, o estado se encontra na décima posição dentre as unidades federativas com as maiores taxas de mortalidade na infância. Esse resultado é um indicativo da necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas para a promoção da saúde da infância.

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Taxa de óbitos atribuídos a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene, por 100 mil habitantes, no Maranhão, de 2010 a 2024



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Ministério da Saúde, disponibilizados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (2026)

Tendo em vista as peculiaridades do Maranhão no âmbito da saúde, o Programa Cuidar de Todos demonstra sua importância ao fortalecer a Atenção Primária à Saúde, por meio do suporte e integração com os municípios maranhenses, tendo como algumas de suas ações prioritárias o cuidado com a saúde infantil e saúde materna (Maranhão, 2025).

Além disso, o programa é integrado com a Vigilância da Saúde, o que contribuirá para a prevenção, controle e tratamento de doenças atribuídas a fontes de água inseguras, de saneamento inadequado e de falta de higiene.

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Em 2024, no estado, a cada cem mil habitantes, aproximadamente 6 pessoas morreram em decorrência dessas doenças, tais como doenças diarreicas, infecções por nematoides intestinais e desnutrição proteico-energética.

Além disso, o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua) é de alta relevância para o planejamento, o monitoramento e a implementação de políticas públicas de saneamento básico no Maranhão. Contudo, houve baixa adesão pelos municípios maranhenses (em 2025 não havia informações disponíveis para a modalidade de abastecimento de 58,7% da população do estado, conforme dados do Boletim Vigiagua)(Maranhão, 2025).



Taxa de escolarização bruta e líquida de crianças de 6 a 14 anos de idade, no Maranhão, de 2016 a 2019 e 2022 a 2024 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADCA (2026)

A taxa de escolarização bruta é a razão entre o número de estudantes de determinada faixa etária e o total de pessoas na mesma faixa etária, ou seja, mostra o acesso geral à escola. No Maranhão, esse indicador já atingiu a universalização para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade, indicando que 99,6% da população desse grupo etário estava na escola em 2025. Para a faixa etária de 15 a 17 anos, 91,4% dessa população estava na escola no último ano.

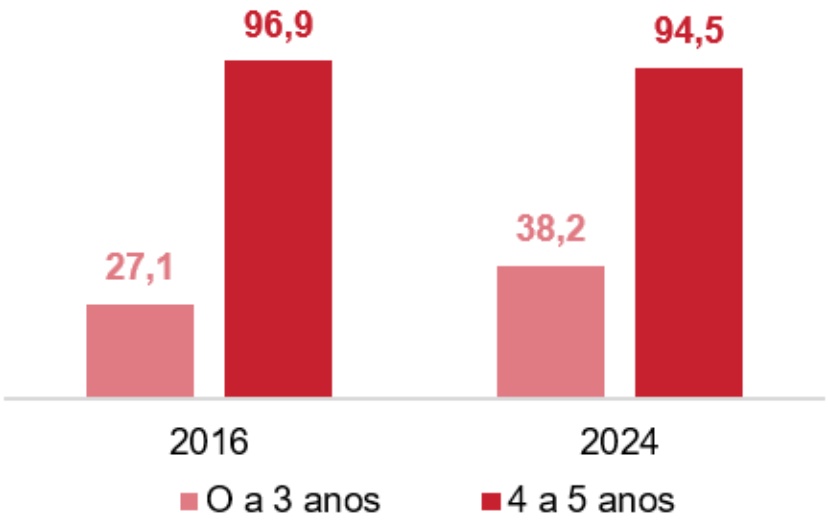
Taxa de escolarização bruta e líquida de adolescentes de 15 a 17 anos de idade, no Maranhão, de 2016 a 2019 e 2022 a 2024 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADCA (2026)

Por outro lado, a taxa de escolarização líquida avalia a adequação idade-série. Enquanto, para a faixa etária de 6 a 14 anos, apresentou queda nos últimos seis anos; a faixa etária de 15 a 17 anos, apresentou expansão, saindo de 64,0% em 2016 para 70,6% em 2024, significando que mais estudantes estão com idade adequada no ensino médio. Por consequência, isso contribui para a redução da distorção idade-série do estado.

Taxa de frequência escolar de crianças de 0 a 3 e de 4 a 5 anos de idade, no Maranhão, 2016 e 2024 (%)

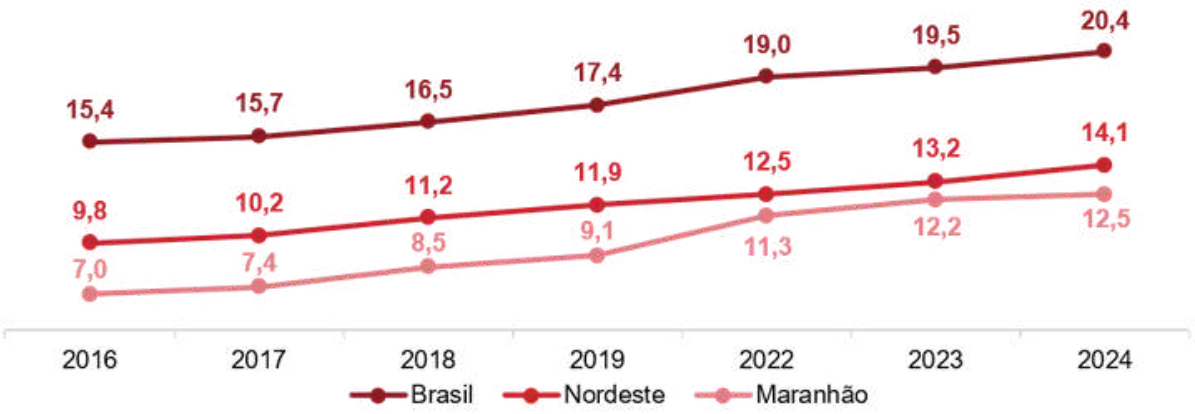


Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADCA (2026)

A matrícula escolar é obrigatória a partir dos 4 anos de idade, por isso a discrepância da taxa de frequência escolar entre as faixas etárias do gráfico. Observou-se redução da frequência de crianças entre 4 e 5 anos (-2,6 p.p.); enquanto a de 0 a 3 anos apresentou crescimento expressivo (+11,1 p.p.), apontando a antecipação da vivência escolar no estado.

Logo, o estado não conseguiu atingir, em 10 anos, a meta de atender 50% da população de 0 a 3 anos e de 100% de 4 e 5 anos de idade do Plano Estadual de Educação 2014-2024, embora esta faixa etária já esteja próxima à universalização de cobertura.

População de 25 anos ou mais com ensino superior, no Brasil, Nordeste e Maranhão, 2016 a 2019 e 2022 a 2024 (%)

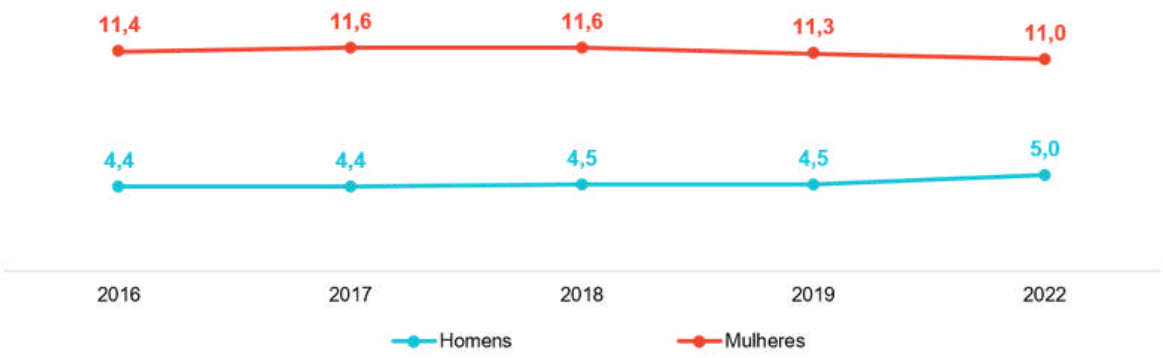


Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADCA (2026)

A população com ensino superior completo também teve um importante crescimento no Maranhão entre 2016 e 2024 (+ 5,5 p.p.). Contudo, o estado manteve-se abaixo da média do Nordeste e do Brasil em 2024. É importante salientar que, nos últimos anos, houve expansão do ensino superior público estadual, com novos campis e polos da Uema e com a criação da UEMASUL. Portanto, isso contribuirá para o aumento do nível de escolaridade da população maranhense nos próximos anos.

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos (%), das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, no Maranhão, de 2016 a 2019 e 2022



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADCA (2026)
Nota: A proporção é em relação às horas trabalhadas.

As mulheres ainda são as que mais se dedicam aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas, sendo um indicativo de desigualdade de gênero. No Maranhão, as mulheres dedicaram 6 horas diárias a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas em 2022.

Apesar disso, a diferença de horas entre mulheres e homens vem reduzindo ao longo da série histórica, contribuindo para a construção de uma sociedade menos desigual no estado.

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

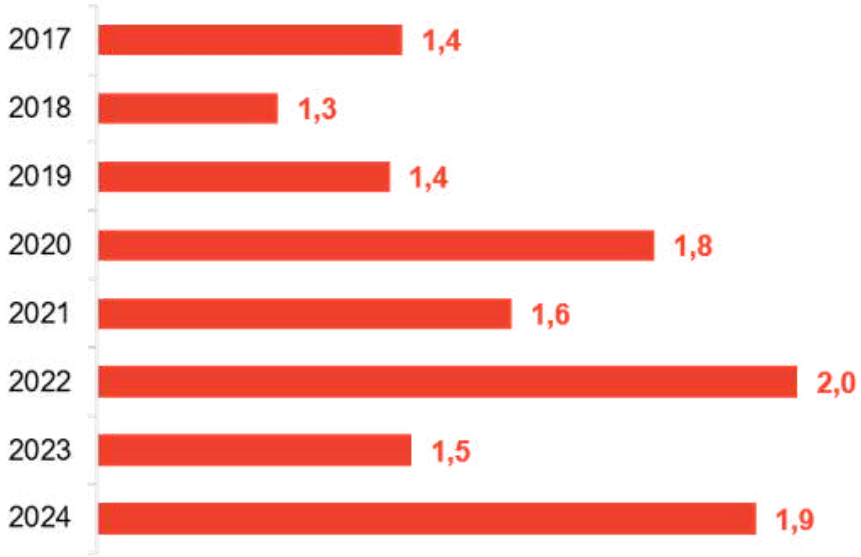
Nas eleições de deputados de 2014, 2018 e 2022, o Maranhão teve, respectivamente, 5,6%, 0,0% e 16,7% de seus assentos ocupados por mulheres.

Na câmara dos vereadores, a participação feminina de 2016, 2020 e 2024 foi mais alta e, mesmo que timidamente, crescente. Nessa, foram ocupados, respectivamente, 17,3%, 19,4% e 21,5% dos assentos.



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral(2026)

Taxa de feminicídio, por 100 mil mulheres, no Maranhão, de 2017 a 2024



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Fórum de Segurança Pública (2026)

A violência contra a mulher é uma preocupação mundial, porque eleva a mortalidade feminina e exige ações de prevenção e enfrentamento para garantir a integridade da mulher.

No Maranhão, em 2024, a cada cem mil mulheres, 1,9 mulheres foram vítimas de feminicídio. Em relação às vítimas de violência sexual, a grande maioria foram de mulheres, abarcando 94,5% do total de vítimas no último ano.

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Taxa feminina de vítimas de violência sexual (%) e quantidade de vítimas mulheres, no Maranhão, de 2010 a 2025



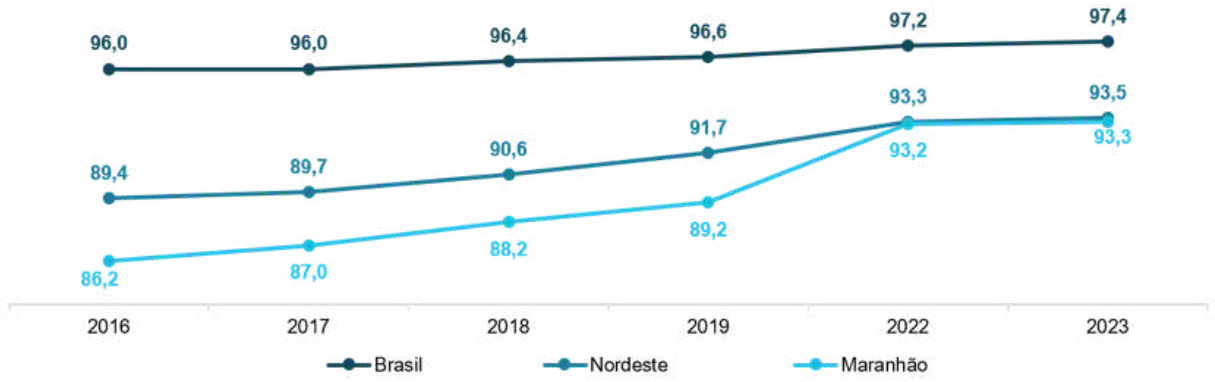
Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Ministério da Saúde, disponibilizados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (2026)

O estado do Maranhão possui um aparato consolidado de proteção à mulher, com destaque para: a Patrulha Maria da Penha, da Polícia Militar, que atende, desde 2016, mulheres que possuem medidas protetivas de urgência em seu favor em toda a Grande Ilha de São Luís. Conta ainda com Delegacias da Mulher (22), Casa da Mulher Maranhense (5) e Casa da Mulher Brasileira (1) e um canal de denúncias, a Ouvidoria Estadual da Mulher*.

*Nota: segundo informações repassadas pela Secretaria de Estado da Mulher.

ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2016 a 2019



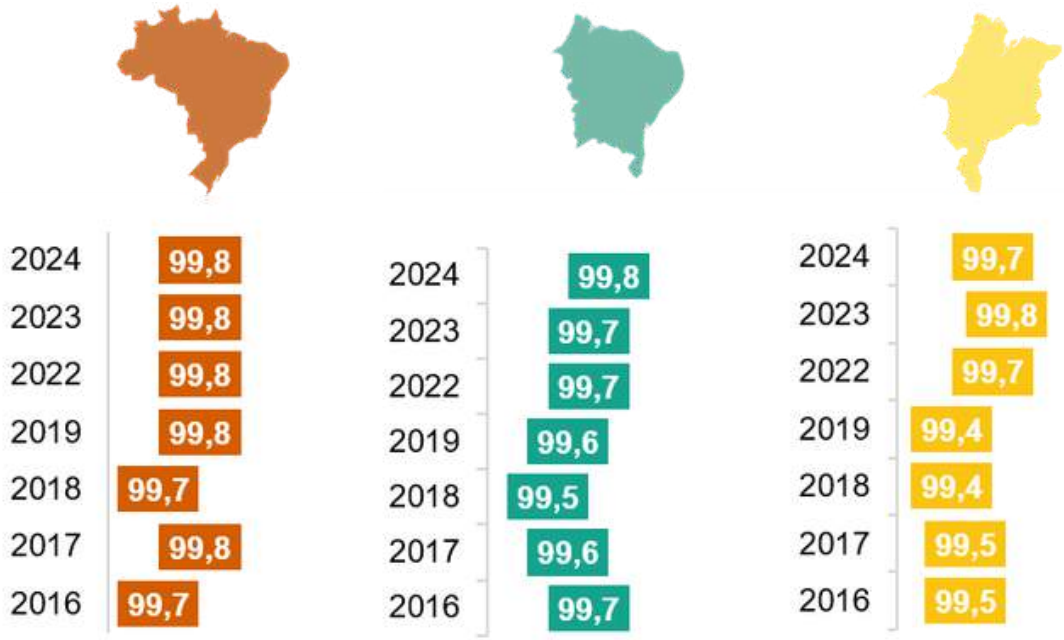
Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADC, disponibilizados via Plataforma ODS (2026)

A falta de acesso à água limpa está diretamente ligada ao aumento de doenças transmissíveis, prejudicando a qualidade de vida e a saúde das populações (Duarte, 2025).

No Maranhão, o acesso à água potável caminha para a universalização, seguindo a tendência nacional. Neste sentido, o Programa Vigiagua Maranhão busca diagnosticar e monitorar a água, a gestão de riscos à saúde, cobrança de melhorias sanitárias, educação para o consumo e transparência das informações à população. De acordo com os dados da Secretaria de Estado de Saúde entre 2020 e 2024, foram realizadas mais de 40 mil análises de amostras de água para consumo humano (IMESC, 2025).

ODS 7 – ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Percentual da população com acesso à energia elétrica, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2016 a 2019 e 2022 a 2024 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADC (2026)

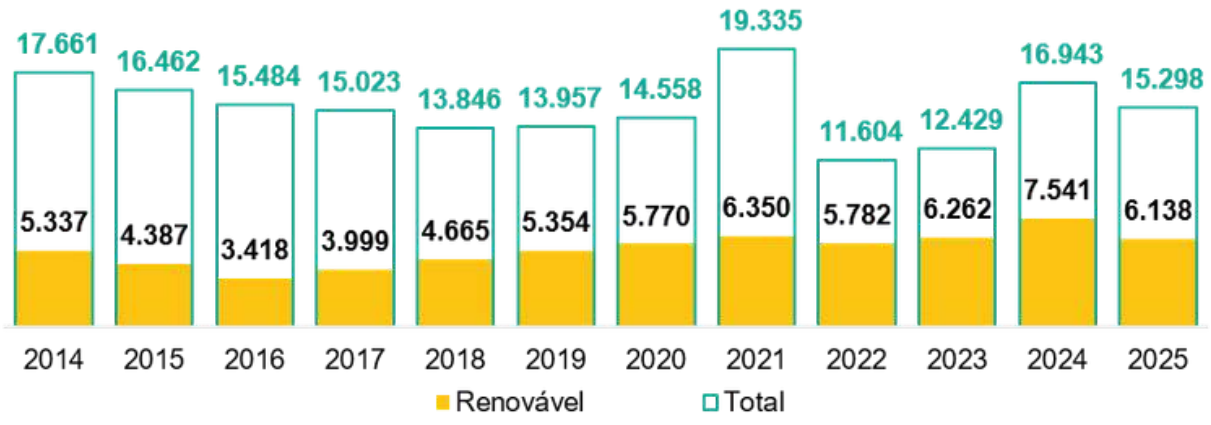
Apesar do acesso a energia elétrica não ser tipificado como direito humano, é considerado um dos serviços essenciais, conforme a Lei nº 7.783/1989. Assim, o acesso da população à energia elétrica é universal no Brasil (99,8%). No Maranhão, esse percentual foi de 99,7% em 2024.

ODS 7 – ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

É importante que a geração de energia elétrica seja limpa, ou seja, que não emita poluentes na atmosfera ou que um mínimo de impacto ocorra no território em que está instalada. O acesso à energia elétrica não se trata apenas de iluminação, mas de possibilidades de comunicação, de atividades produtivas e redução das desigualdade sociais.

Para além do recebimento de energia, é esperado que sua geração seja sustentável, com a expansão da matriz de fontes renováveis, tais como: hidroelétrica, eólica e fotovoltaica. No Maranhão, as fontes de energia limpa não são predominantes na matriz elétrica do estado.

Geração de energia total e de energia renovável (eólica, hidroelétrica e fotovoltaica), no Maranhão, de 2010 a 2025 (em GW/h)

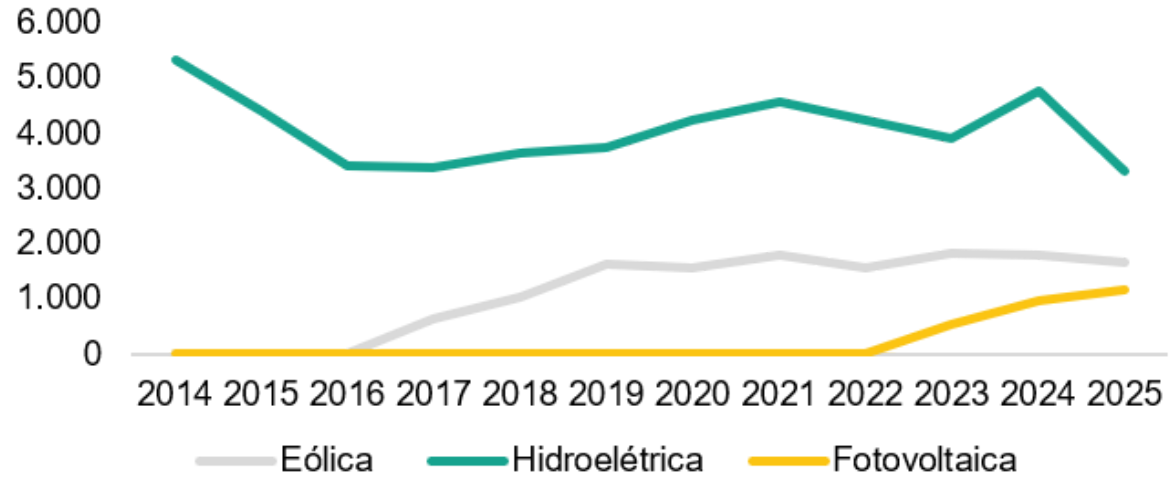


Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (2026)

ODS 7 – ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

As três principais fontes renováveis de energia renovável no Maranhão são a eólica, hidroelétrica e a fotovoltaica, que juntas representaram 40,1% da energia total gerada no estado em 2025. Elas foram 30,2% do total em 2014, revelando uma maior participação na matriz elétrica maranhense (+9,9 p.p.).

Geração de energia eólica, hidroelétrica e fotovoltaica, no Maranhão, de 2010 a 2025 (em GW/h)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (2026)

A geração de energia renovável de 2025 foi 15% maior que a de 2014, no Maranhão. Dessa maneira, observa-se que as fontes renováveis vêm crescendo no estado, em geração e variedade, colocando-o em uma posição relevante e estratégica para a geração de energia limpa e acessível à população.

ODS 7 – ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

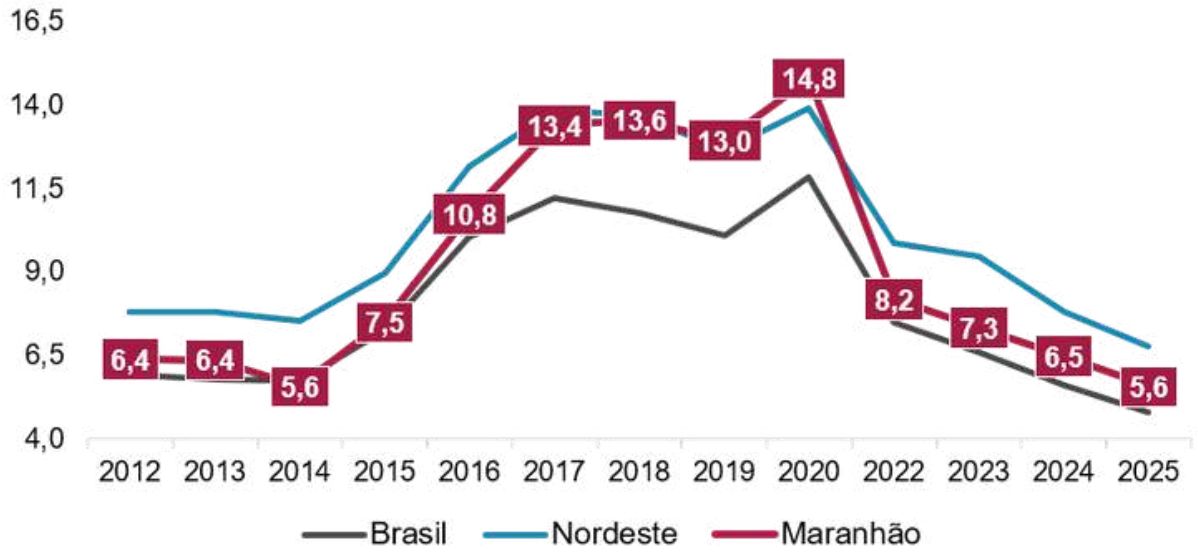


A geração hidrelétrica foi a principal fonte renovável no Brasil e no Maranhão, com 66,4% e 54,2 da geração renovável, respectivamente.

Já no Nordeste, a energia eólica é a maior participante (63,4%) na geração renovável de energia.

O Brasil e o Nordeste tem a energia renovável como matriz principal, 86,2% e 90,9%, respectivamente. O que indica a potencialidade ainda inerte no Maranhão.

Taxa de desocupação masculina, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2012 a 2020 e de 2022 a 2025 (%)



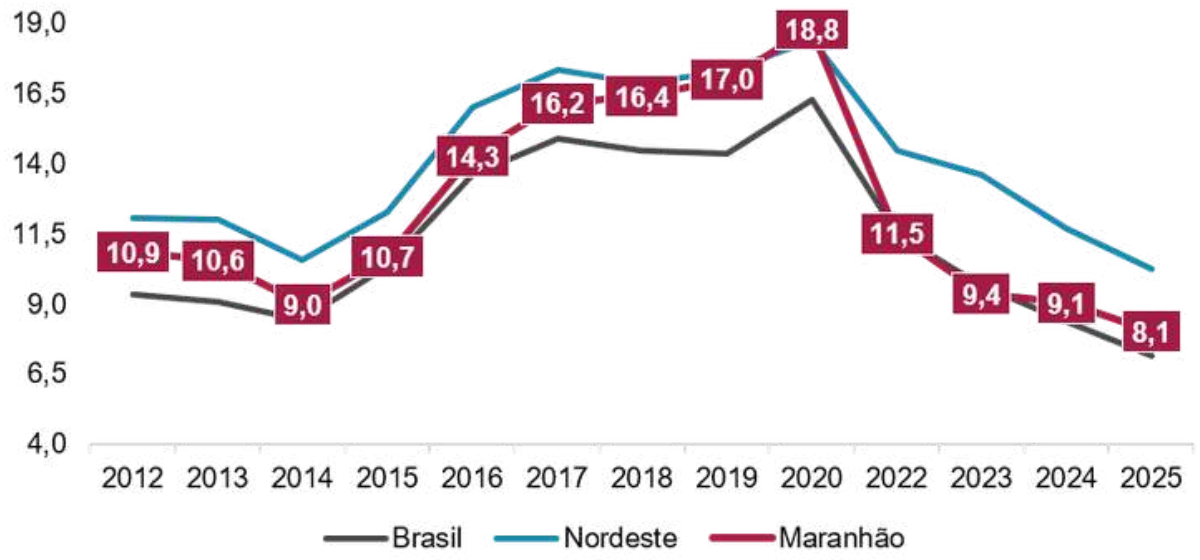
Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADC trimestral (2026)

Em geral, o Maranhão apresenta um histórico de desocupados, pessoas que procuraram emprego, mas não encontraram na semana de referência, menor que o nordestino; porém, mais elevado que o brasileiro.

A taxa de desocupação reduziu no período entre 2012 e 2025, para ambos os sexos, reduzindo a distância entre homens e mulheres. No entanto, a taxa de desocupação feminina mantém-se relativamente maior à masculina, cujo padrão também se observa no âmbito nacional e nordestino.

ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Taxa de desocupação feminina, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2012 a 2020 e de 2022 a 2025 (%)

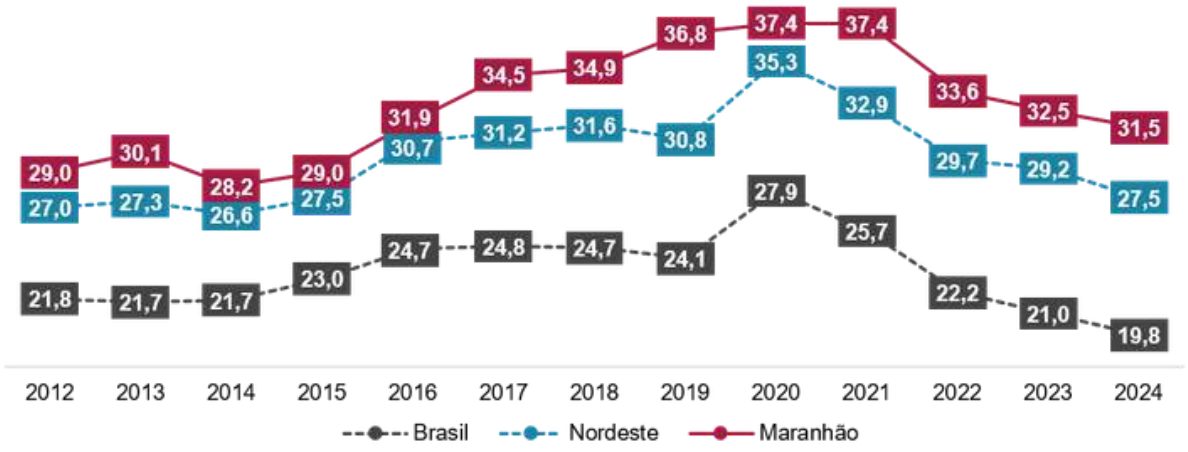


Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADC trimestral (2026)

A redução da taxa de desocupação, sobretudo, feminina, é um indicativo da melhora das condições econômicas do estado, como também, mostra uma menor disparidade de gêneros no mercado de trabalho, o que contribui para a redução da desigualdade socioeconômica, principalmente, das mulheres, que são grupos considerados vulnerabilizados.

ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Proporção de jovens de 15 a 29 anos que não estejam ocupados, nem estudando, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2012 a 2024 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/Síntese de Indicadores Sociais (2026)

Um ponto de atenção se refere aos jovens “nem-nem”, que nem estudam e nem trabalho, no Maranhão, em 31,5% de jovens entre 15 e 29 anos estiveram nessa condição em 2024.

O resultado do Maranhão contrasta com o verificado no Brasil e no Nordeste, com taxas superiores em todo o período analisado. Patamar elevado de jovens nem-nem compromete a capacidade produtiva, porque poderiam estar inseridos no mercado de trabalho ou estudando, seja na escola, universidade ou qualificação.

ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Assim, políticas públicas voltadas para os jovens são essenciais para a continuidade dos estudos e para inserção no mercado de trabalho.

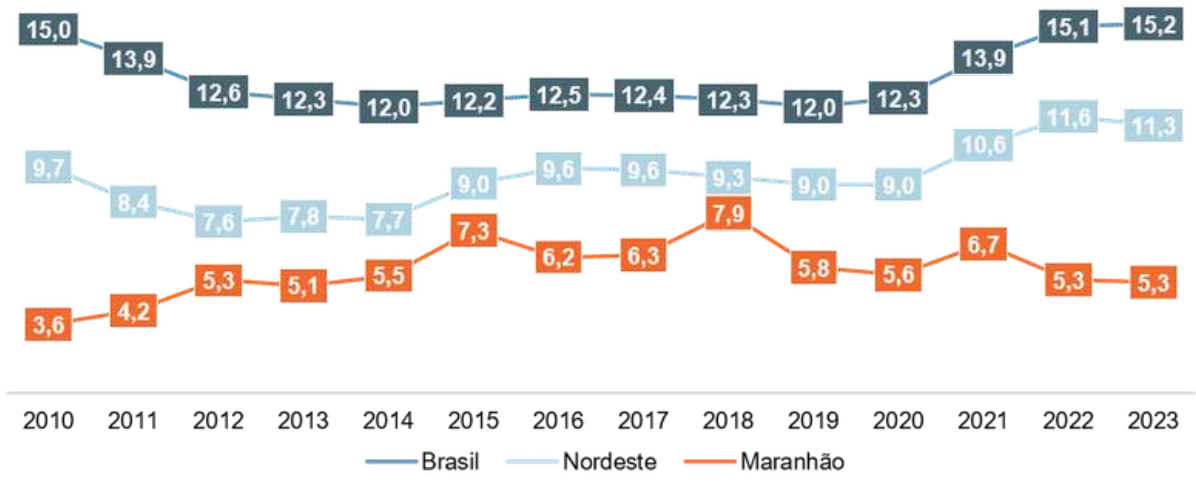
O Governo do Maranhão possui o Programa Cartão Transporte Universitário, o qual concede auxílio financeiro para estudantes universitários das redes pública e privada e alunos do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) se deslocarem de suas residências às instituições de ensino, conforme critérios de distância estabelecidos em editais (Maranhão, 2026).

Também tem o Programa Trabalho Jovem, que oferece estágio remunerado para jovens entre 17 e 25 anos, devidamente matriculados em instituição de ensino superior ou ensino médio e residentes em municípios maranhenses.



ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Percentual de participação do valor agregado da indústria de transformação no total de nível da atividade econômica de 2010 a 2023 (%)

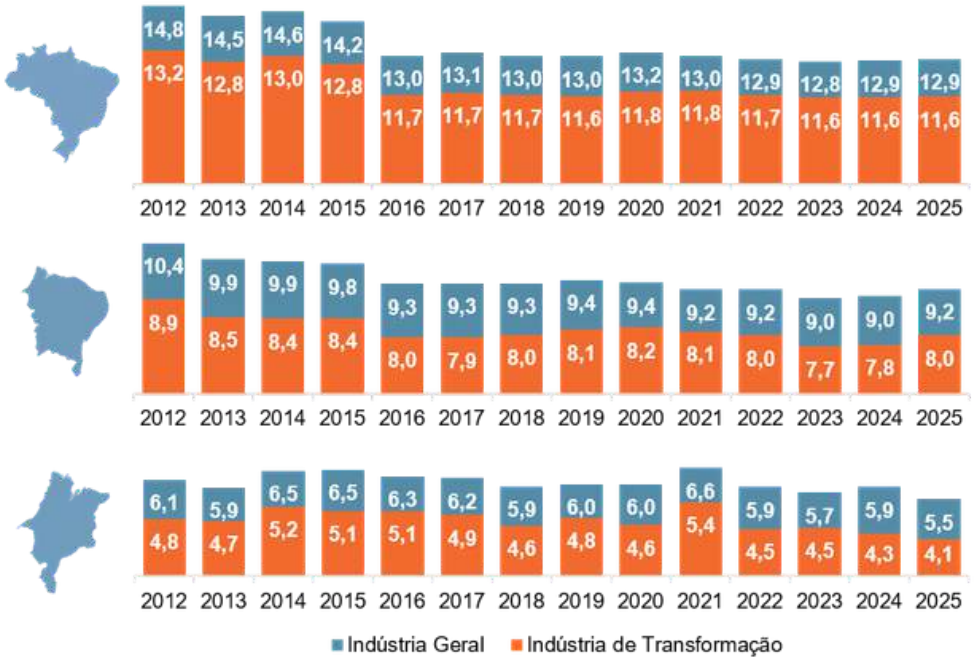


Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/Sistema de Contas Nacionais (2026)

A indústria é vista como um setor que traz dinamismo econômico, porque permite a produção de produtos de maior valor agregado e gera empregos mais qualificados e com melhores salários, impactando diretamente a produtividade da economia. De um modo geral, a participação da indústria de transformação no nível de atividade econômica do Brasil cresceu pouco entre 2010 e 2023, evidenciando a dificuldade de elevar a produtividade por meio de mudança estrutural.

Por outro lado, o Maranhão apresentou expansão desse setor entre 2010 e 2023 (+ 1,6 p.p.), apesar da sua trajetória oscilante em todo o período, e contribuiu diretamente no desempenho do Nordeste, juntamente com os estados de Pernambuco (+5,8 p.p.), Bahia (+2,6 p.p.) e Rio Grande do Norte (+1,5 p.p). Contudo, a indústria de transformação apresenta baixa participação no nível de atividade econômica do estado.

Taxa de ocupação de pessoas de 14 anos ou mais na indústria geral e de transformação, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2012 a 2025 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/Sistema de Contas Nacionais (2026)

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Por meio da taxa de ocupação na indústria é possível entender melhor o impacto econômico desse setor no estado, uma vez que a geração de empregos influencia diretamente no nível de renda e de atividade econômica.

Entre 2012 e 2025, a taxa de ocupação na indústria reduziu, com a indústria geral finalizando o período com 5,5% e a de transformação com 4,1%, resultado menor ao verificado no âmbito nacional e a regional. Também foi possível notar que a maioria do emprego da indústria maranhense está na indústria de transformação (74,5%).

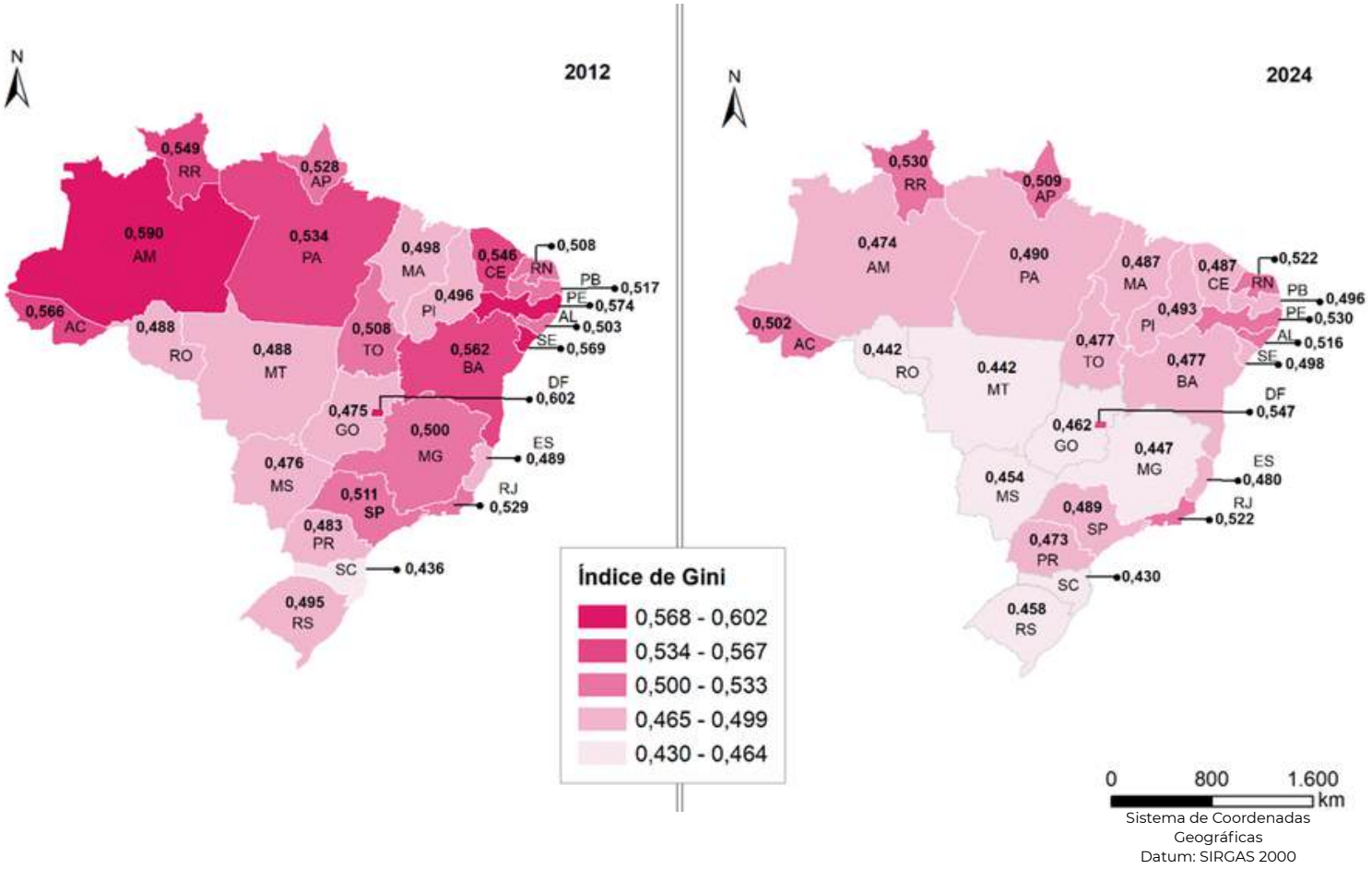
O percentual de pessoas com acesso à internet no Maranhão em 2023 foi de 72,9%, enquanto era de 35,5% ainda em 2016 (+37,4 p.p.), um importante salto para conectar o estado e criar oportunidades.



Os percentual de pessoas com acesso em 2023 no Brasil foi de 79% e no Nordeste 76,7%. O estado com maior percentual de acesso foi São Paulo (80,8%) e o com o menor foi Roraima (66%).

Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADC.

Índice de Gini nas UF brasileiras, em 2012 e 2024



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/Síntese de Indicadores Sociais (2026)

ODS 10 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

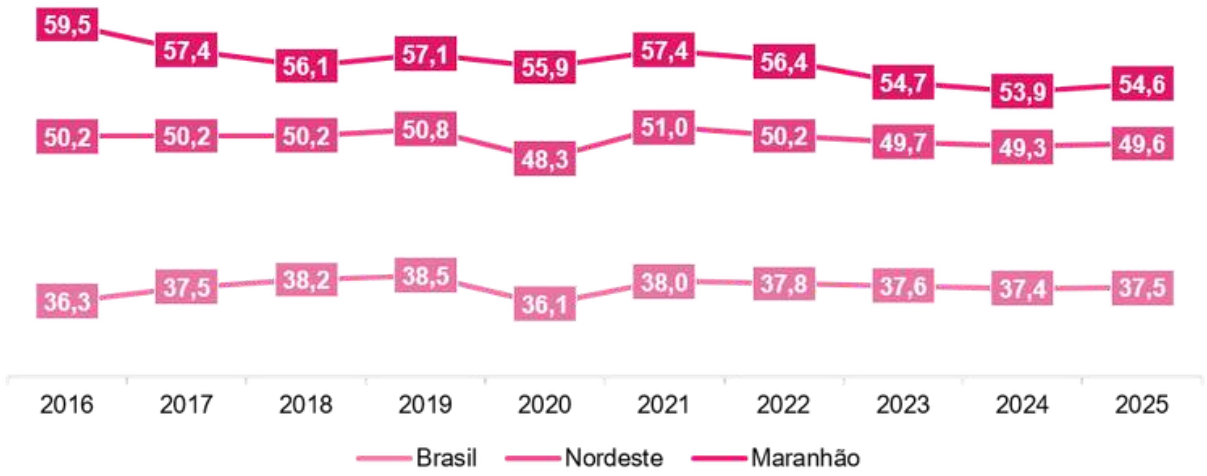


O índice de Gini busca estimar a desigualdade de renda ao comparar os 20% mais ricos e mais pobres de uma população, com 0 sendo maior igualdade possível (melhor) e 1 a maior concentração de renda (pior).

Observa-se que o estado do Maranhão apresentou redução da desigualdade econômica entre 2012 (0,498) e 2024 (0,487), acompanhando o desempenho da maioria dos estados brasileiros.

De um modo geral, o indicador reflete melhoria das condições econômicas, como a expansão do mercado de trabalho e políticas de transferência de renda.

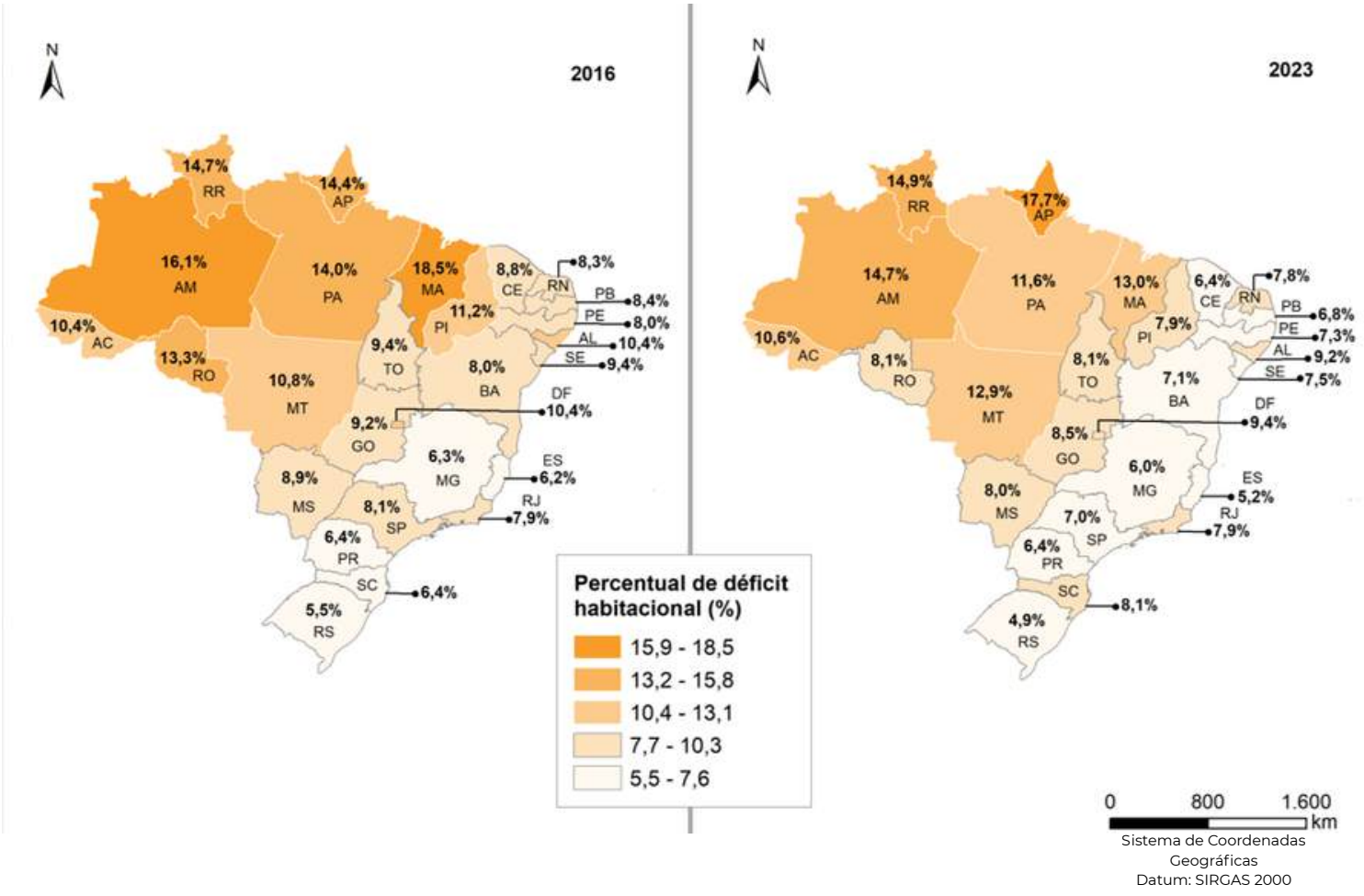
Percentual de pessoas de 14 anos ou mais em ocupações potencialmente precárias, no Brasil, Nordeste e Maranhão de 2016 a 2025 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADC trimestral (2026)

Dentre as desigualdades a serem superadas, consta a natureza das oportunidades, como a qualidade das ocupações. Como apontado acima, o Maranhão (54,6%) possui majoritariamente ocupações consideradas potencialmente precárias (trabalhos domésticos ou informais) em comparação ao Nordeste (49,6%) e ao Brasil (37,5%). Contudo, verifica-se que, ao longo dos anos, o Maranhão vem reduzindo o percentual de pessoas nesse tipo de ocupação, apresentando a maior redução (-4,9 p.p.) entre 2016 e 2025, enquanto no Nordeste, a redução foi estável (-0,6 p.p.) e no Brasil apresentou expansão (+1,2 p.p.).

Percentual de déficit habitacional nas UF brasileiras, em 2023 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados da Fundação João Pinheiro, baseado nos dados do IBGE/PNADC (2026)

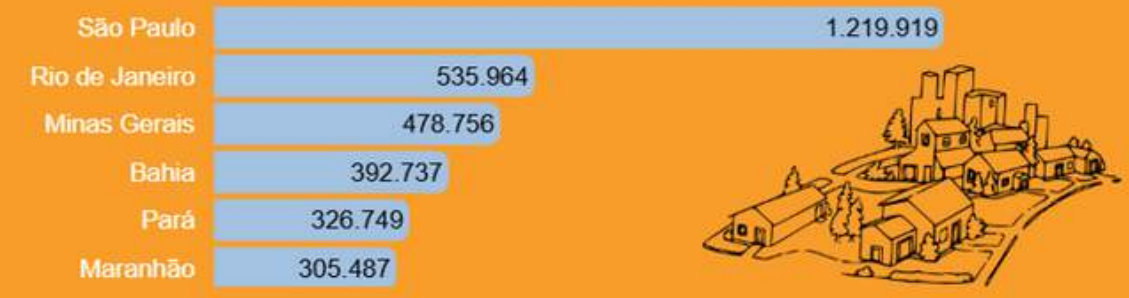
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

A acesso à moradia de qualidade é essencial na busca por uma comunidade sustentável. Nesse sentido, é necessário visualizar a evolução do déficit habitacional maranhense, que teve a maior diminuição em pontos percentuais do país (-5.5 p.p.) no período. Saindo de maior déficit percentual de 2016 (18,5%) para quarto maior em 2023 (13%).

De modo comparativo, o déficit brasileiro saiu de 8,5% para 7,6% (0,9 p.p.) e o nordestino de 9,7% para 7,9% (-1,8 p.p.), indicando que o estado apresentou maior intensidade na redução do déficit habitacional.

Em 2023 o Maranhão teve o sexto maior déficit do Brasil e o segundo maior do Nordeste. No mesmo ano, São Paulo supera todos os outros estados em valor bruto e Roraima tem o déficit bruto mais baixo (26.758).

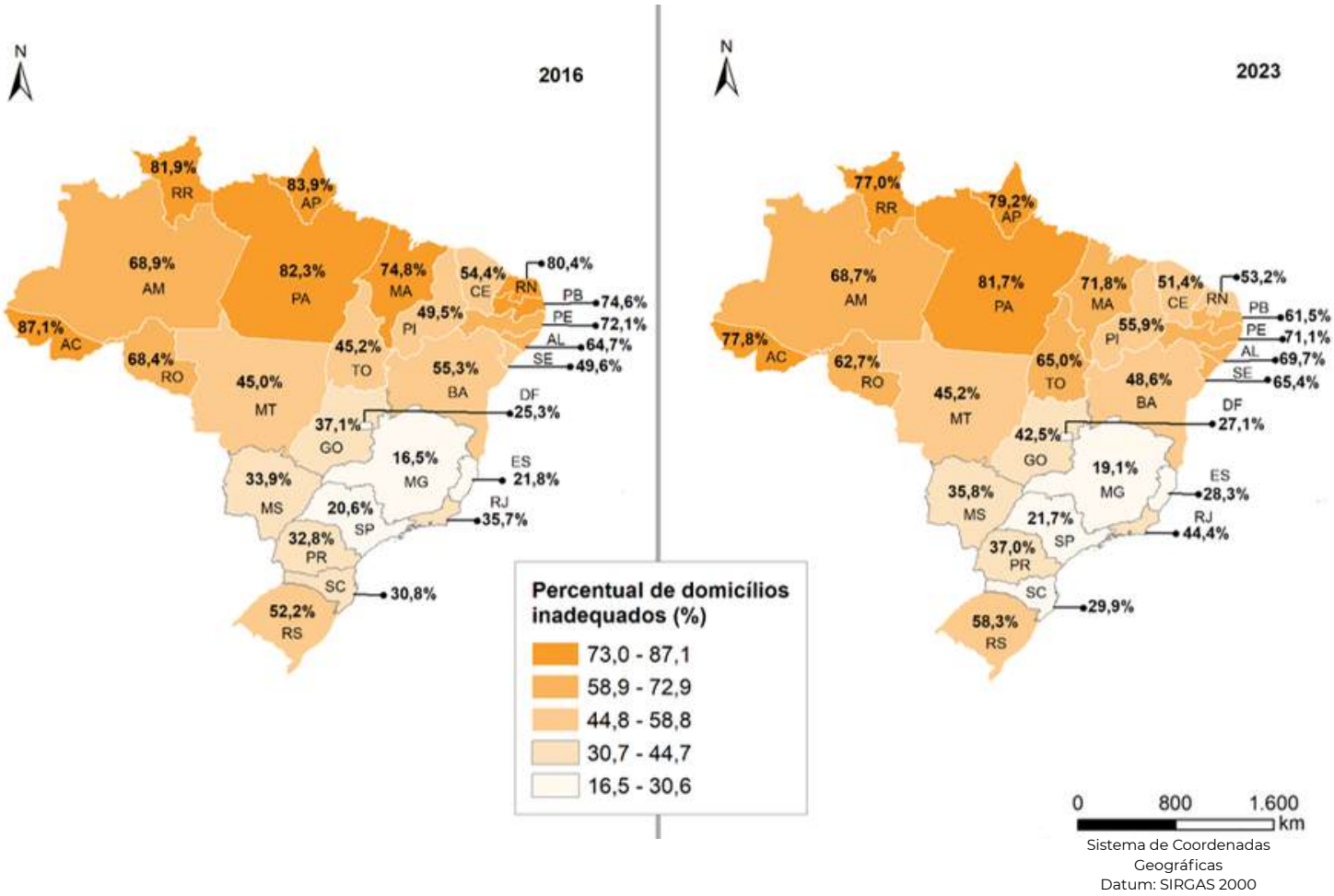
Gráfico 11.1 - Maiores déficits habitacionais absolutos das UF brasileiras, em 2023



Fonte: Elaboração IMESC, conforme Fundação João Pinheiro, com base nos dados do IBGE/PNADC.

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Percentual de domicílios inadequados nas UF brasileiras, em 2016 e 2023 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados da Fundação João Pinheiro, baseado nos dados do IBGE/PNADC (2026)

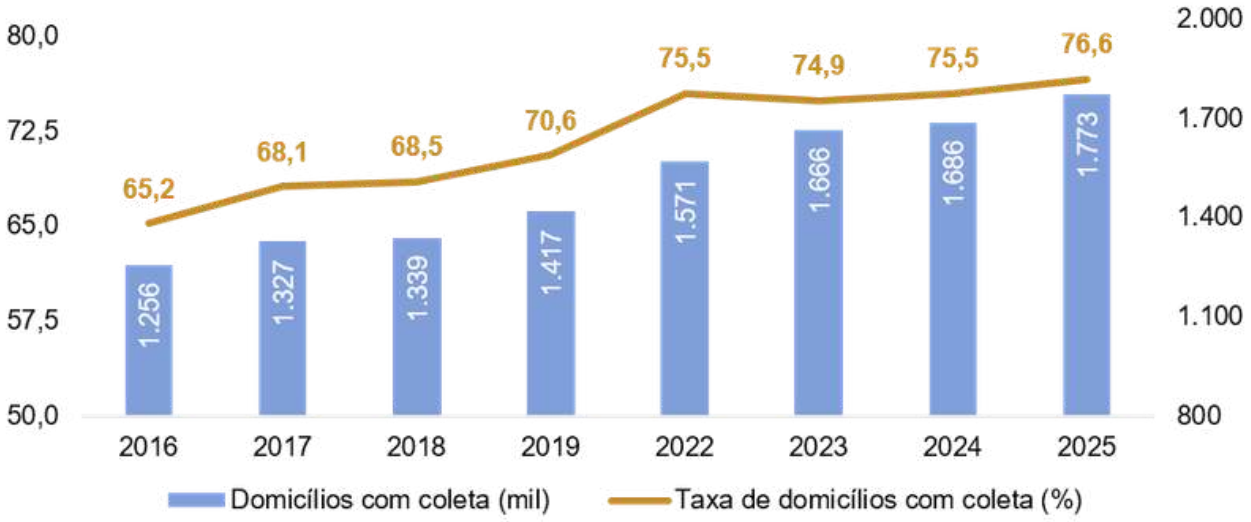
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Os domicílios inadequados são os que carecem de alguma infraestrutura básica, ou cuja infraestrutura não supre as exigências físicas dos moradores. Em 2023, no Brasil, a inadequação estava em 40,8% dos domicílios e, no Nordeste, 59,2%.

No Maranhão, em 2016, os domicílios com essas características foram 74,8%; em 2023, foram 71,8%, sendo o quinto maior percentual da federação. Entretanto, é necessário considerar que a redução de 3,0 p.p. é uma melhora que vai de encontro ao movimento observado nos estados brasileiros, ou seja, enquanto a maior parte deles registraram aumento da inadequação, o Maranhão conseguiu reduzir.

Quantidade, em milhares, e percentual de domicílios (%) com coleta de lixo, no Maranhão, de 2016 a 2019 e de 2022 a 2025



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do IBGE/PNADC (2026)
Nota: Dados referentes à coleta direta e indireta (em caçambas).

Em 2016, havia aproximadamente 1,3 milhões de domicílios com coleta de lixo no Maranhão. Em 2025, esse número foi de 1,8 milhões, atingindo o percentual de 76,6% domicílios com coleta direta e indireta. É importante ressaltar que, a partir de 2022, o estado deixou de ser o estado brasileiro com o menor percentual de cobertura, cuja posição é ocupada atualmente pelo Piauí. Dentre as iniciativas para incentivar a sustentabilidade e gerar renda no estado há o programa Recicla MA, realizado pelo Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e da Agência Executiva Metropolitana (AGEM). Apenas no Carnaval de 2026, o programa realizou a coleta de 16 toneladas de resíduos, contando com 100 catadores e 7 cooperativas de reciclagem (Maranhão, 2026).

Emissões totais de gases de efeito estufa, CO_2e GWP-AR5 (gás), em milhões de toneladas, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2010 a 2024

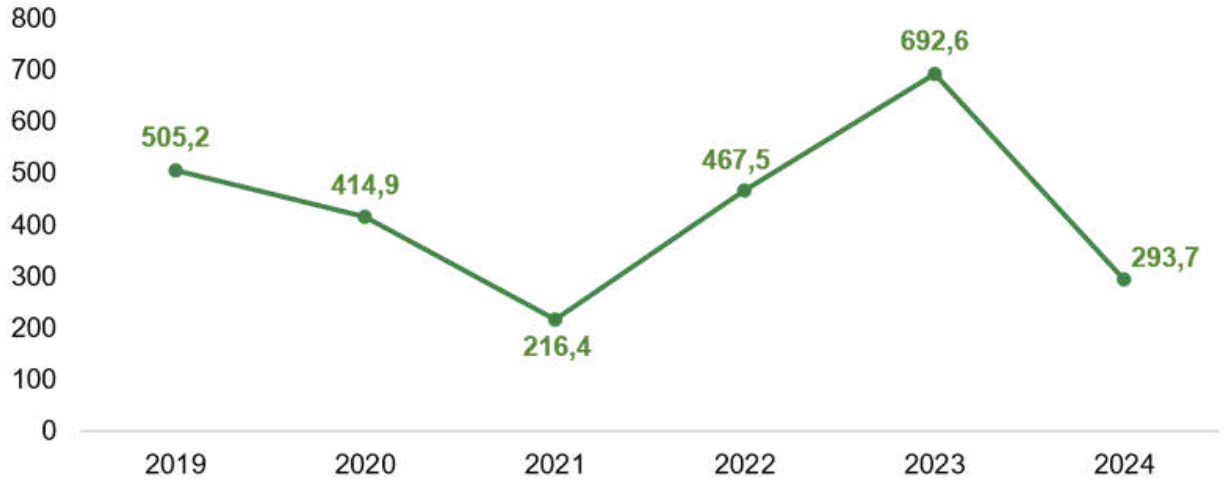


Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Observatório do Clima, disponibilizados no SEEG - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (2026)

O Maranhão apresentou um aumento de 35,1% na emissão de gases do efeito estufa entre 2010 e 2024, cujo crescimento foi próximo ao observado do Nordeste (+34,6%), mas consideravelmente mais alto que o brasileiro (+14,6%). O pico de emissões de gases de efeito estufa no Maranhão foi em 2023, quando 167,4 milhões de toneladas foram emitidas no território. Por fim, o Maranhão foi responsável por 6,2% da emissão brasileira em 2024.

Na intenção de fortalecer o enfrentamento à emissão de gases de efeito estufa (GEE) o Governo do Maranhão decretou, em 2024, a instituição do Plano de Ação Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano de Ação Estadual ABC+MA, a fim de Promover no Estado a redução da emissão de 31 milhões de toneladas de GEE (Maranhão, 2024).

Taxa de mortes, de pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres, por 100 mil habitantes, no Maranhão, de 2019 a 2024



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dado da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (2026)

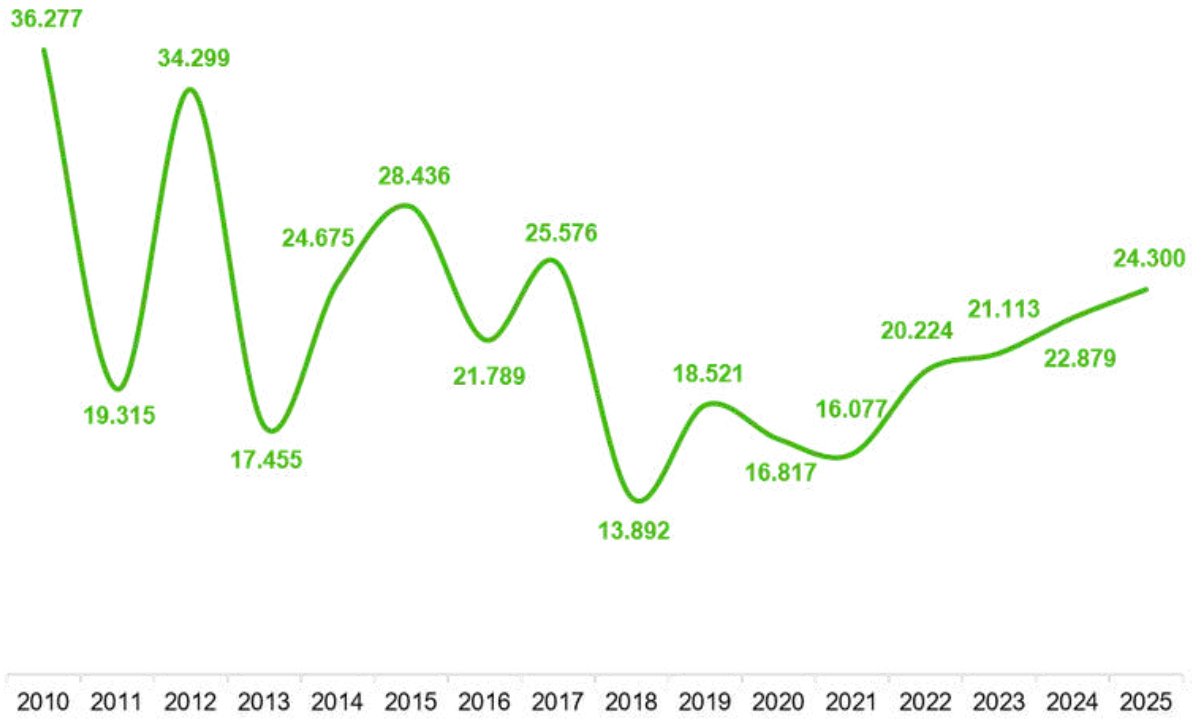
O indicador reflete o alto impacto de eventos raros e extremos que, quando ocorrem, afetam milhares ou milhões de pessoas. No Maranhão, o maior pico ocorreu em 2023, quando ocorreu fortes chuvas que acarretaram inundações, alagamentos, enxurradas e deslizamentos.

ODS 13 – AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O estado obteve reconhecimento federal de 72 ocorrências de situação de emergência (68) ou de estado de calamidade pública (4) em 69 municípios do Maranhão. Desse total, foram 53 ocorrências de Tempestade Local ou Convectiva, 9 de inundações, 5 de alagamentos e 2 de enxurradas (Brasil, 2024).

Como medida de prevenção de fatalidades em eventos climáticos extremos, o Governo do Maranhão anunciou a adesão do estado ao sistema Defesa Civil Alerta, iniciativa nacional que emite sinais sonoros, via celular, alertando a população em tempo real, cuja demonstração aconteceu em quatro municípios, ainda em junho de 2025 (Maranhão, 2025; Brasil, 2025).

Quantidade de focos de fogos ativos detectados, no Maranhão, de 2010 a 2025



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (2026)

Entre 2010 e 2025, a quantidade de focos de fogos ativos apresentou redução no Maranhão. Contudo, nos últimos cinco anos, observou-se crescimento considerável do quantitativo de focos ativos, fechando o ano de 2025 com o maior registro desde 2018.

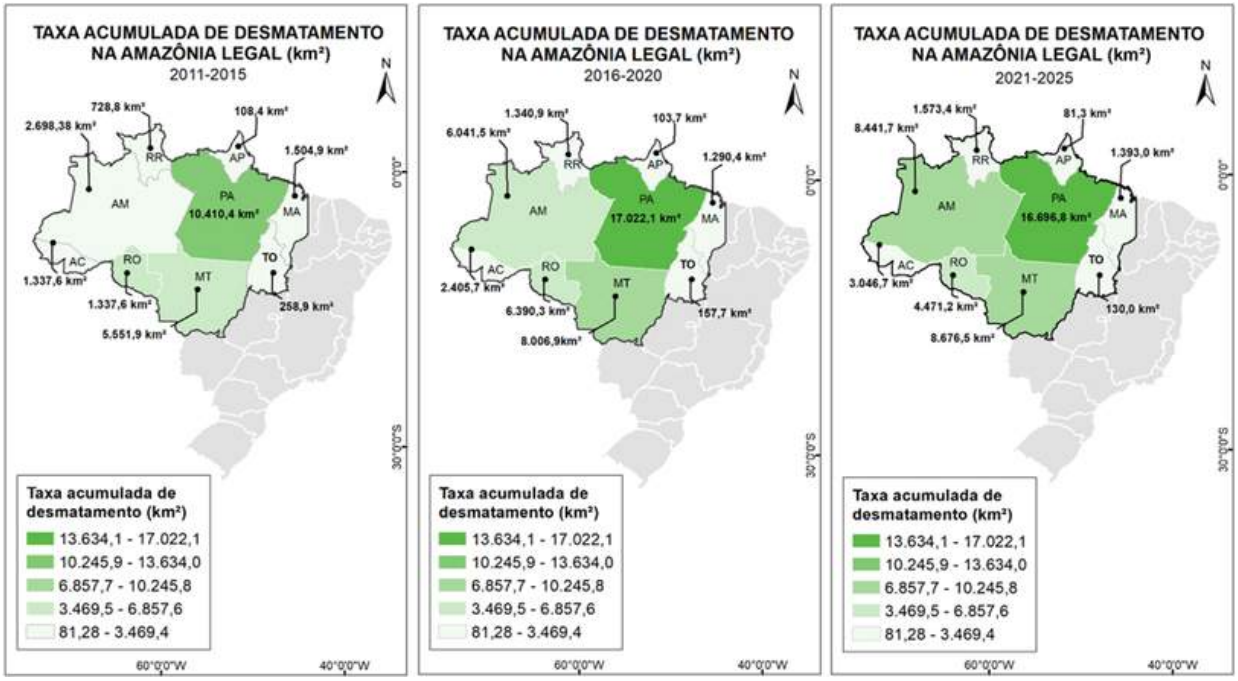


Ressalta-se que o fogo é culturalmente utilizado para limpeza de terrenos, manejo de pastagem, eliminação de resíduos sólidos e produção agrícola, principalmente na agricultura tradicional. Em alguns casos, pode acarretar propagação do fogo (IMESC, 2024).

O município maranhense com a maior quantidade de focos em 2025 foi Mirador, com 1.193. Desde 2018, o município registra a maior quantidade de focos do estado.

Dentre as medidas para frear a quantidade de queimadas, há o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Maranhão, com vigência de 2024 a 2027, que dispõe de diretrizes com o objetivo de controlar as queimadas e os incêndios florestais, visando garantir a conservação da biodiversidade e a manutenção de serviços ecossistêmicos (Maranhão, 2024).

Taxa acumulada de desmatamento na Amazônia Legal, de 2011 a 2015, 2016 a 2020 e 2021 a 2025 (Km²)

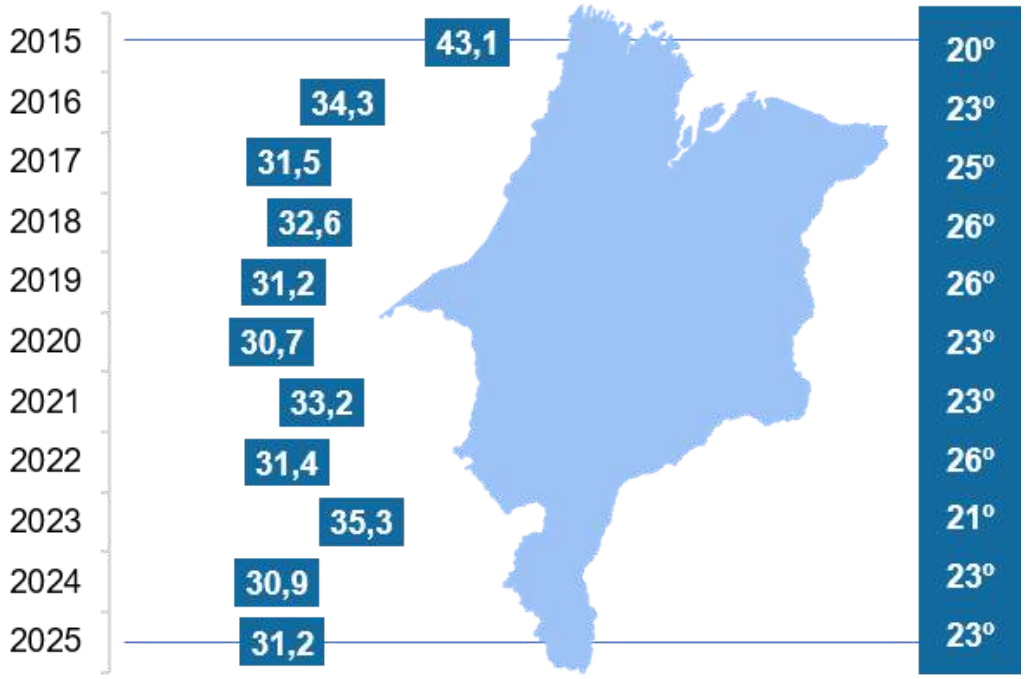


Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (2026)

O desmatamento é ocasionado, geralmente, por fatores antrópicos por meio da expansão de atividades produtivas, como a pecuária, no território da Amazônia Legal. O desmatamento acumulado no período de 2021 a 2025 cresceu 4,1% em relação ao período de 2016-2020. No Maranhão, o desmatamento cresceu 8,0% nessa mesma base de comparação.

Os dados revelam a necessidade de intensificar a fiscalização e fortalecer políticas de promoção à proteção e ao uso sustentável da floresta.

Nota e posição do Maranhão no Ranking de Competitividade dos Estados, de 2015 a 2025



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Centro de Liderança Pública (CLP) (2026).

Notas: Conforme a metodologia do Ranking de Competitividade dos Estados, "foram selecionados 100 indicadores considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros, distribuídos em 10 pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação". A pontuação é referente ao estado com melhor desempenho naquele indicador, com esse sempre pontuando 100 e o com o mais negativo sendo 0, servindo de base para pontuar os outros. Quando um estado não informa os dados necessários para contabilizar uma nota, ela é automaticamente zerada.

ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

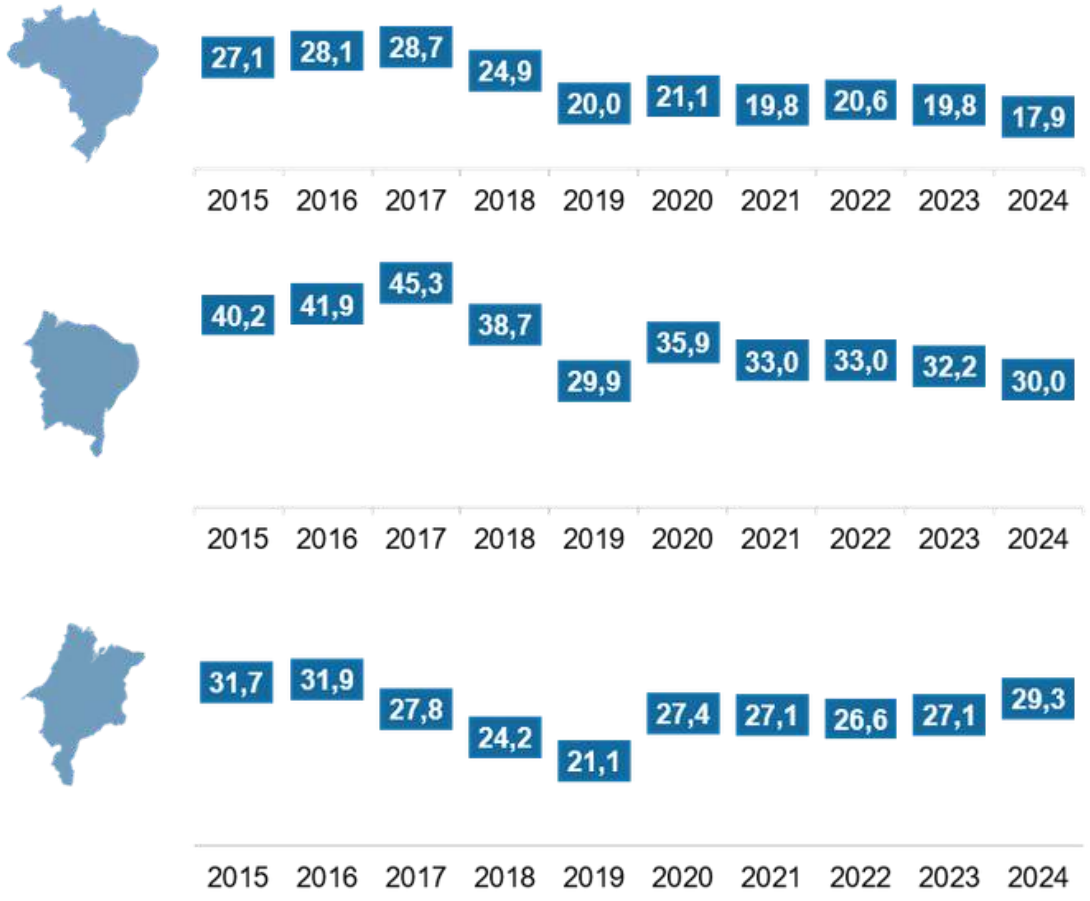
O Maranhão ocupa a 23ª posição no Ranking de Competitividade dos Estados desde 2024. No último ano, o estado melhorou a sua nota em relação a 2024, tendo como pilar central o de Solidez Fiscal, que subiu 18 posições. Com isso, o estado se tornou o segundo colocado em solidez fiscal na federação, registrando o maior salto de notas dentre todos os estados brasileiros.

Na comparação dos indicadores de **Solidez Fiscal**, as posições mais altas do Maranhão foram nos indicadores de **Poupança Corrente, Gasto com Pessoal e Resultado Primário ficando em segundo lugar em todos**. O maior aumento de posições dentro da Solidez Fiscal foi na **Regra de Ouro, em que subiu 15 posições**, ficando em sexto em 2025.



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Centro de Liderança Pública (CLP).

Taxa de crimes violentos letais intencionais, por 100 mil pessoas, no Brasil, Nordeste e Maranhão, de 2015 a 2024



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Centro de Liderança Pública (CLP) (2026).

ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



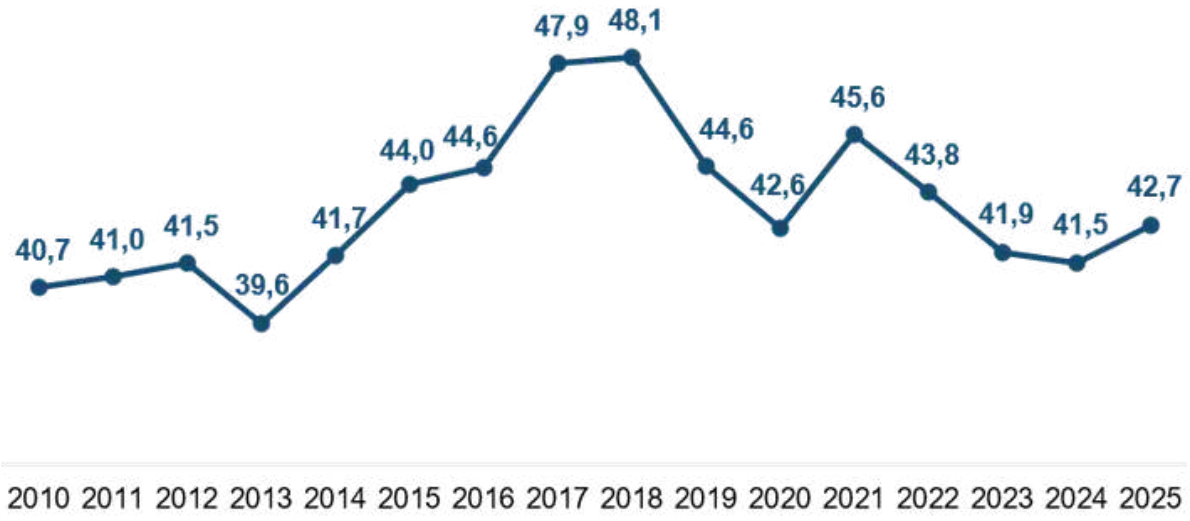
A taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI) abrange homicídios dolosos, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, sendo um importante indicador de monitoramento da violência.

O Maranhão apresentou redução da taxa de CVLI entre 2015 e 2024. Em todo o período, o estado apresentou taxas inferiores ao observado no Nordeste; porém, ainda está superior ao verificado no âmbito nacional.

No sentido de combater a criminalidade, desde 2015, o Programa Pacto pela Paz atua por meio de uma polícia de proximidade com os cidadãos, com discussão resolutiva local dos problemas. O programa também atua em ações de prevenção da violência nas comunidades.

Além disso, o governo estadual atua no enfrentamento direto ao crime organizado e à desarticulação de facções criminosas (Imparcial, 2026).

Participação das receitas tributárias próprias na receita total, de 2010 a 2025 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados compartilhados da SEPLAN/MA (2026).

No último ano, aumentou o percentual da receita total financiada por impostos internos, após três anos de queda de participação. Esse indicador é importante porque indica o quanto da parcela da receita é financiada pela própria capacidade de arrecadação tributária do Estado. Assim, quando esse indicador aumenta significa que há maior autonomia fiscal em relação a fontes externas de receitas.

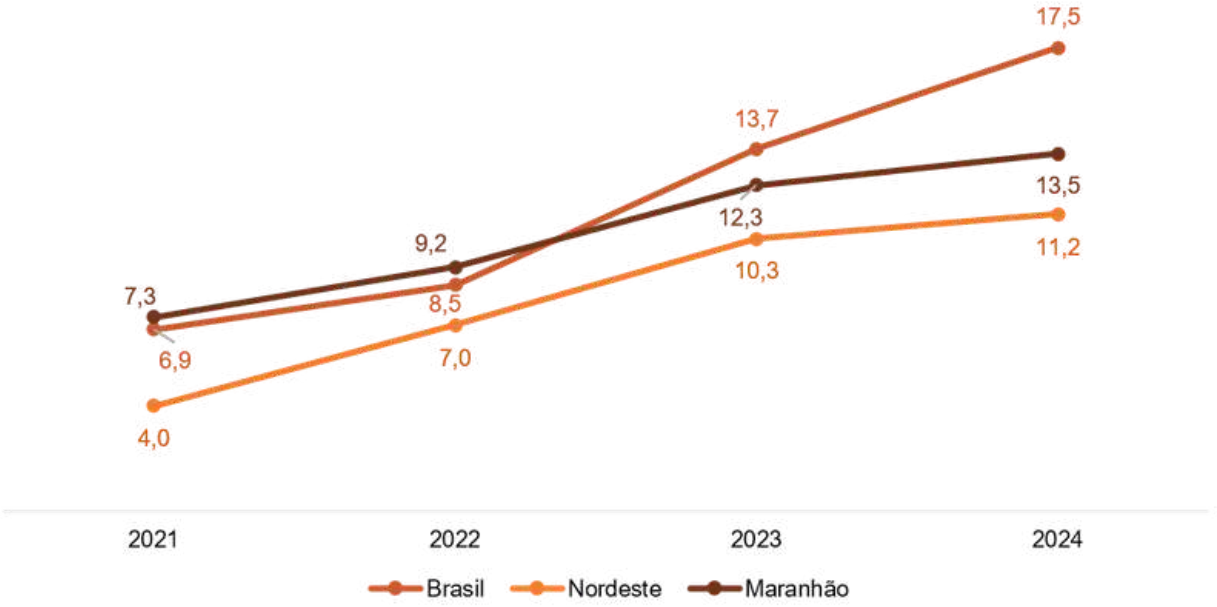
Receita total do governo em relação ao PIB, no Maranhão, de 2013 – 2023 (%)



Fonte: Elaboração IMESC, conforme dados do Tesouro Nacional/SICONFI; IBGE/Contas Nacionais (2026).

As receitas dos governos financiam bens e serviços que fornecem aos cidadãos e às empresas e têm papel redistributivo. O indicador mostra a importância do setor público na economia em termos de recursos financeiros disponíveis. Logo, a participação da receita total no PIB do Maranhão foi estável durante todo o período analisado.

Taxa de injúria racial e racismo, por 100 mil habitantes, de 2021 a 2024



Fonte: Elaboração IMESC, FBSP (2026).

A taxa de injúria racial e racismo cresceu entre 2021 e 2024 no Brasil, no Nordeste e Maranhão. É importante salientar que o aumento registrado nas três abrangências pode estar relacionado a dois fatores principais:

a) Em 2023, houve a sanção da Lei nº 14.532, de 11 de janeiro, que passou a tipificar a injúria racial como crime de racismo e aumentou significativamente as penas para condutas discriminatórias;

b) Com o fortalecimento da lei e da maior conscientização social, as vítimas registram boletim de ocorrência com maior segurança.

Apesar do avanço no registro de notificação, esse indicador provavelmente é subnotificado nos estados brasileiros, mascarando a dimensão da violência racial.



BOAS PRÁTICAS ODS MA

MARANHÃO | RLVODS

BOAS PRÁTICAS

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em parceria com o Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão (GT-ODS/MA), convidou instituições públicas, organizações da sociedade civil e entidades não governamentais a participarem ativamente da construção do Relatório Local Voluntário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Maranhão (RLVMA).

O cadastro e a seleção de Boas Práticas ODS no Maranhão foram realizados por meio do Edital nº 83/2025-GR/UEMA, que teve como objetivo incentivar, reconhecer e divulgar práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, desenvolvidas por organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil. A iniciativa buscou promover a socialização de experiências, ações e vivências de diferentes setores da sociedade, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos princípios da Agenda 2030.

A participação das organizações e dos diferentes setores da sociedade foi fundamental para que o Maranhão pudesse apresentar ao Brasil e ao mundo um retrato fiel, representativo e inspirador de suas práticas e de seus compromissos com a Agenda 2030 e com os ODS. Cada relato, projeto ou experiência compartilhada contribuiu para fortalecer as políticas públicas, ampliar a visibilidade das iniciativas desenvolvidas no território maranhense e consolidar uma rede de cooperação em prol do desenvolvimento sustentável.

O registro dessas ações contribui para a construção coletiva de um futuro mais justo, inclusivo, resiliente e sustentável, valorizando iniciativas que promovem transformações positivas e fortalecem o compromisso do Maranhão com o alcance dos ODS.

As ações cadastradas foram organizadas de acordo com o ODS prioritário ao qual estão relacionadas, contemplando informações como: título da ação; identificação da equipe responsável pelo registro; ODS secundários; instituições parceiras; setores envolvidos na instituição ou organização; descrição da ação e dos resultados obtidos; e registros fotográficos que evidenciem sua realização e seus impactos.

ODS 2

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



O ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável tem como objetivo acabar com a fome, garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes, melhorar a nutrição e promover sistemas agrícolas sustentáveis. Para isso, busca fortalecer a agricultura familiar, aumentar a produtividade de forma sustentável, conservar os recursos naturais e a biodiversidade, ampliar o acesso a tecnologias e incentivar práticas resilientes às mudanças climáticas, contribuindo para a segurança alimentar, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável.

Sua implementação contribui diretamente para a erradicação da pobreza (ODS 1), a promoção da saúde e do bem-estar (ODS 3) por meio da melhoria da nutrição, a garantia de educação de qualidade (ODS 4), ao favorecer o desenvolvimento cognitivo e a permanência escolar, e a igualdade de gênero (ODS 5), ao fortalecer o papel das mulheres na agricultura e na produção de alimentos. Também se relaciona com o trabalho decente e o crescimento econômico (ODS 8), o consumo e a produção responsáveis (ODS 12), a ação contra a mudança do clima (ODS 13), a conservação dos ecossistemas terrestres (ODS 15) por meio de práticas agrícolas sustentáveis e, de forma transversal, com o fortalecimento de parcerias (ODS 17), essenciais para a construção de sistemas alimentares mais inclusivos, resilientes e sustentáveis.



PROJETO AMAZÔNICO DE GESTÃO SUSTENTÁVEL – PAGES

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF)
Ubirajara do Pindaré Almeida SOUSA



ODS Prioritário

Fome Zero e Agricultura Sustentável

Meta 2.3 e Meta 2.4



ODS Secundários

ODS 1, ODS 2, ODS 4, ODS 5, ODS 8, ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 15 e ODS 17

Instituições Parceiras:

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

O Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (PAGES), executado pelo Governo do Estado do Maranhão com financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), atua como uma política pública integrada de promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no bioma amazônico maranhense. Estruturado para reduzir a pobreza rural, fortalecer a segurança alimentar e conservar os recursos naturais, o projeto articula produção sustentável, educação do campo, inclusão social, acesso a direitos e fortalecimento institucional em três regiões (Santa Inês, Açailândia e Maracaçumé) de 37 municípios e cinco Terras Indígenas (TI Carú, TI Arariboia, TI Awá, TI Maçaranduba, TI Rio Pindaré).

No centro de sua estratégia está o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, especialmente as metas 2.3 e 2.4, operacionalizadas por meio dos Planos de Gestão Sustentável (PGIS). Os PGIS funcionam como instrumentos comunitários e pedagógicos que integram práticas agroecológicas e agroflorestais à geração de renda, ao manejo responsável do solo e da água e à diversificação produtiva. Em 2025, o PAGES implementou 6 PGIS Piloto, voltados a associações rurais, e 9 PGIS Escolares, executados em Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs), com sistemas como hortas agroecológicas irrigadas, aviários caipiras, cultivo de mandioca em arranjos agroflorestais, manejo de açaizais, estufas produtivas, bancos de proteína e tecnologias sociais de acesso à água.

Essas ações promovem, de forma transversal, outros ODS estratégicos. O ODS 1 é fortalecido ao ampliar meios de subsistência e autonomia econômica das famílias rurais; o ODS 4 se materializa na integração entre educação e produção sustentável nas escolas do campo; o ODS 5 é impulsionado pelo protagonismo das mulheres nas iniciativas produtivas comunitárias; e o ODS 8 pela dinamização das economias locais por meio de cadeias sustentáveis da agricultura familiar.

O projeto também contribui diretamente para o ODS 10, ao priorizar jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais; para o ODS 12, ao incentivar sistemas produtivos responsáveis e de base agroecológica; para o ODS 13, com práticas resilientes às mudanças climáticas; e para o ODS 15, ao promover a conservação da floresta e da sociobiodiversidade amazônica por meio do uso sustentável dos recursos naturais.

De maneira complementar, o PAGES estrutura o acesso a políticas públicas essenciais ao desenvolvimento sustentável no campo, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a regularização fundiária, o acesso à água por tecnologias sociais de cisternas e o fortalecimento de mercados sustentáveis por meio de feiras agroecológicas e eventos de comercialização. Nos territórios indígenas, o projeto atua respeitando os direitos coletivos por meio das Consultas Livres, Prévias e Informadas (CLPI), assegurando que as ações sejam construídas de forma participativa e culturalmente adequada.

Assim, o PAGES se configura como uma plataforma territorial de implementação dos ODS na Amazônia maranhense, traduzindo os princípios da Agenda 2030 em ações concretas que integram produção de alimentos, justiça social, educação, conservação ambiental e resiliência climática.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Beneficiários totais	691 pessoas	2025
Agricultores	176	2025
Estudantes beneficiados	515	2025
Recursos PGIS Piloto	R$830.025,10	2025
Recursos PGIS Escolar	R$2.201.200,74	2025
Comunidades atendidas	143	2022-2025



Visita a TI Carú - PGIS Indígena



Entrega de equipamentos e materiais em Amapá do Maranhão

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UEMA: SEGURANÇA ALIMENTAR, PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO SOCIAL

Universidade Estadual do Maranhão (Uema)
Ilka Márcia Ribeiro de Souza SERRA, Camila Magalhães SILVA, Joaquim Vilanova Assunção VILA NETO e Noemia Ielva Ferreira SERRA



ODS Prioritário

Fome Zero e Agricultura Sustentável

Meta 2.1

Setores:

Pró-reitoria de Extensão e Assistência Estudantil - PROEXAE e Restaurante Universitário.



ODS Secundários

ODS 4 e ODS 10

A ação do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) integra a política institucional de segurança alimentar e nutricional e de assistência estudantil, garantindo oferta regular de refeições no cotidiano acadêmico. A iniciativa enfrenta um problema social imediato e recorrente: a insegurança alimentar, que incide de forma mais intensa sobre estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, produzindo impactos diretos sobre saúde, concentração, rendimento acadêmico, frequência e permanência no ensino superior. Ao assegurar alimentação gratuita e de qualidade, o RU reduz barreiras materiais à continuidade dos estudos, contribuindo para a inclusão e para a mitigação de desigualdades no percurso formativo.

No recorte de janeiro a dezembro de 2024, o RU registrou mais de 441 mil refeições servidas, evidenciando alcance social expressivo e capacidade de atendimento continuado.

Em 2025 entre janeiro a dezembro, o RU registrou mais de 419 mil refeições servidas, com média de atendimentos mensal de 64.569 refeições servidas, e tendo como maior público formado por discentes (43%). Esse resultado materializa a contribuição ao ODS 2 (Meta 2.1) ao ampliar o acesso a alimentação adequada, e repercute também na permanência e no bem-estar, com efeitos indiretos sobre equidade educacional (ODS 4) e redução de desigualdades (ODS 10).

Como desafio de gestão, permanece a necessidade de monitoramento e qualificação da série de indicadores (por exemplo, consolidação mensal/anual, perfil dos beneficiários e métricas de permanência), visando aprimorar planejamento e sustentabilidade da ação, atentos a evitar o desperdício de alimentos.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Quantidade de refeições servidas	441.243 refeições	2024
Quantidade de refeições servidas	419.698 refeições	2025



Restaurante Universitário - RU da Uema

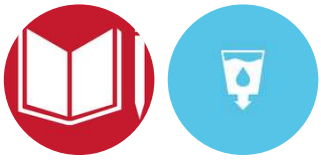
ODS 3

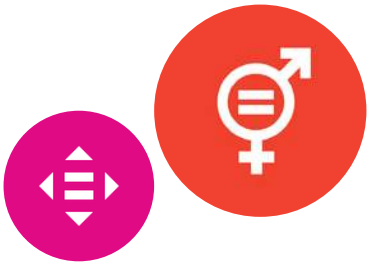
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.



O ODS 3 – Saúde e Bem-Estar tem como objetivo assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades. O objetivo contempla a redução da mortalidade materna e infantil, o enfrentamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis, a promoção da saúde mental, a prevenção e o tratamento do uso de substâncias, a ampliação do acesso universal aos serviços de saúde e aos medicamentos e vacinas essenciais, além do fortalecimento da prevenção de riscos à saúde e da capacidade dos sistemas de saúde.

Relaciona-se diretamente ao ODS 1, pela redução da pobreza e ampliação do acesso aos serviços de saúde; ao ODS 2, pela importância da segurança alimentar e da nutrição; ao ODS 4, por meio da educação em saúde e da formação de hábitos saudáveis; ao ODS 5, pela promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos; ao ODS 6, pelo acesso à água potável e ao saneamento; ao ODS 8, pelas condições de trabalho seguro e saudável; ao ODS 10, pela redução das desigualdades no acesso à saúde; ao ODS 11, pela construção de cidades mais seguras, inclusivas e sustentáveis; ao ODS 12, pela redução dos riscos associados à produção e ao consumo; ao ODS 13, pelos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde; e aos ODS 14 e 15, pela conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. Além disso, o ODS 16 contribui para o fortalecimento de políticas públicas e instituições responsáveis, enquanto o ODS 17 promove parcerias e cooperação essenciais para ampliar as ações de saúde e bem-estar, evidenciando que a saúde é, simultaneamente um resultado e um elemento estruturante do desenvolvimento sustentável.





PROJETO QUALISES: CUIDANDO DE QUEM CUIDA

Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SESMA)
Liliane Neves CARVALHO, Hugo Leonardo Araújo FERRO, Tayanne Marcelle S. da SILVA, Débora Cristina de O. MALHEIROS, Keully Bianne Menezes S. de OLIVEIRA, Thayanna Silva de BRITO e Lara Regina da Silva S. MOURA.



ODS Prioritário

Saúde e bem-estar

Meta 3.4 e 3.8



ODS Secundários

ODS 8 e ODS 17

Setor e Instituições Parceiras:

Subgerência de Gestão do Trabalho – SUBGT, Secretaria Adjunta de Administração e Engenharia e Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Maranhão – FAPEMA.

O Projeto QualiSES: Cuidando de Quem Cuida é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA), coordenada pela Subgerência de Gestão do Trabalho (SUBGT), dedicada à promoção do cuidado integral à saúde física e mental dos trabalhadores da saúde, com foco inicial nas equipes administrativas. O projeto contribui diretamente para a promoção do bem-estar dos trabalhadores e para o fortalecimento da gestão do trabalho na saúde pública estadual, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da Saúde (PNAIST) e às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A ação responde a um contexto de adoecimento físico, mental e ocupacional, caracterizado por sobrecarga de trabalho, estresse, riscos ergonômicos e desgaste emocional, fatores que afetam diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. A partir de uma equipe multidisciplinar, o projeto articula atendimentos individualizados, ações educativas e campanhas internas orientadas ao fortalecimento de hábitos saudáveis, à prevenção de agravos e à promoção de um ambiente de trabalho mais acolhedor e seguro.

Durante sua execução, o projeto estabelece uma forte convergência com os ODS 3, 8 e 17, promovendo saúde, inclusão, equidade, ambiente laboral seguro, participação institucional e fortalecimento de políticas públicas.

Entre os impactos registrados, destacam-se a ampliação do acesso aos cuidados em saúde dentro do ambiente institucional, a melhoria percebida na qualidade de vida no trabalho e a redução de queixas relacionadas ao estresse e às dores musculoesqueléticas.

O QualiSES se consolida como uma política institucional estratégica, com potencial de expansão para outras unidades de saúde e para integração com programas de vigilância, formação, educação permanente e gestão de pessoas. Constitui-se como um modelo replicável de cuidado ao trabalhador da saúde, baseado em evidências e boas práticas, reafirmando o compromisso da SES/MA com a valorização profissional, a promoção da saúde e o desenvolvimento sustentável.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° de atendimentos realizados	553 atendimentos	outubro e novembro/2025
Ações coletivas (palestras, oficinas, campanhas)	5 ações	outubro e novembro/2025
Acolhimentos psicológicos	59 atendimentos	outubro e novembro/2025



Inauguração do Projeto QualiSES em setembro/2025.

ODS 4

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.



O ODS 4 – Educação de Qualidade tem como objetivo assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas. O objetivo busca garantir o acesso e a permanência na educação em diferentes níveis, ampliar a qualidade do ensino, promover a alfabetização e o desenvolvimento de competências, reduzir desigualdades educacionais e assegurar ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos.

Está diretamente relacionado ao ODS 1, ao contribuir para a redução da pobreza por meio da ampliação de oportunidades; ao ODS 2, por favorecer conhecimentos sobre alimentação adequada e segurança alimentar; ao ODS 3, por promover educação em saúde e hábitos de vida saudáveis; ao ODS 5, pela promoção da igualdade de gênero e do empoderamento de meninas e mulheres; ao ODS 8, pela formação profissional e ampliação das oportunidades de trabalho decente; ao ODS 10, pela redução das desigualdades educacionais e sociais; aos ODS 11, 12 e 13, ao estimular conhecimentos relacionados às cidades sustentáveis, ao consumo responsável e à ação climática; aos ODS 14 e 15, por fortalecer a educação ambiental e a conservação dos ecossistemas; ao ODS 16, ao promover cidadania, direitos humanos, cultura de paz e instituições inclusivas; e ao ODS 17, ao fortalecer a cooperação, a produção e o compartilhamento de conhecimentos e ao ODS 18, ao promover uma educação antirracista, inclusiva e comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial, o enfrentamento do racismo e a igualdade de oportunidades para diferentes grupos étnico-raciais.

A CONTRIBUIÇÃO ESTRATÉGICA DA FUNDAÇÃO EGMA NA AGENDA GLOBAL DOS ODS NOS ANOS DE 2023 A 2025 – ATIVIDADES FORMATIVAS

Fundação Escola de Governo do Maranhão (Fundação EGMA)
Leuzinete Pereira da SILVA e Pierre Batista Moraes JANUÁRIO



ODS Prioritário

Educação de Qualidade

Meta 4.1, 4.3, 4.4, 4.5 e 4.7

Setor:

Presidência da Fundação EGMA e Assessoria de Inovação e Sustentabilidade



ODS Secundários

ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 5, ODS 8, ODS 9, ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 13 E ODS 16

A Fundação Escola de Governo do Estado do Maranhão (EGMA) consolida seu papel como agente estratégico na implementação da Agenda 2030 no Estado. Por meio de um extenso portfólio de atividades formativas, a instituição traduz os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em competências práticas para o serviço público, atuando em quatro grandes áreas: Gestão Pública, Educação e Desenvolvimento Econômico, Sustentabilidade e Igualdade.

O pilar mais robusto das ações concentra-se no fortalecimento da governança pública (ODS 16). Com foco na modernização tecnológica, integridade e formação de lideranças, as capacitações incluem a nova Lei de Licitações (nº 14.133/21), Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo administrativo disciplinar, Lei Geral de Proteção de Dados e planejamento estratégico. Essas ações impactam diretamente o combate à corrupção, transparência e eficácia institucional.

O portfólio educacional (ODS 4) atua de forma sistêmica: fortalece gestores, instrumentaliza educadores com metodologias ativas e promove inclusão. Formações em gestão educacional, educação ambiental e preparação pré-universitária buscam um salto qualitativo no sistema educacional maranhense.

Na área econômica (ODS 8), capacitações sobre empreendedorismo, microcrédito, gestão de pessoas e turismo sustentável criam um ecossistema mais resiliente e inclusivo. A introdução de tecnologias como inteligência artificial, blockchain e Power BI (ODS 9, 11 e 12) demonstra compromisso com modernização responsável, incluindo acessibilidade, compras públicas sustentáveis e educação para relações étnico-raciais.

Formações sobre regularização fundiária, alimentação escolar, Sistema Maranhão Livre da Fome e atendimento humanizado conectam-se ao combate à pobreza e fome (ODS 1, 2 e 3). Cursos sobre saúde mental no trabalho, cuidado de idosos e mudanças climáticas (ODS 13) reforçam que desenvolvimento sustentável passa pelo cuidado integral com pessoas e planeta.

O compromisso com igualdade de gênero (ODS 5) materializa-se em trilhas de aprendizagem para gestoras, oficinas sobre paternidade responsável e palestras sobre protagonismo feminino, buscando transformação cultural e institucional desde a base familiar até espaços de liderança.

Ao traduzir os ODS em formações práticas, a Fundação EGMA não apenas qualifica servidores – constrói capacidade institucional para políticas públicas efetivas, transparentes e sustentáveis. Cada curso representa investimento direto na capacidade do Maranhão de atingir as metas de desenvolvimento sustentável, transformando o princípio "não deixar ninguém para trás" em ações concretas.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Agentes públicos certificados	39.928	2023-2025



Ação Formativa EGMA

AGENDA 2030 NA UNIVERSIDADE: CIRCUITO ODS DA UEMA COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Ariadne Enes ROCHA, Claudia Costa e SILVA, Joice Belfort PEREIRA e Stalys Ferreira ROCHA



ODS Prioritário

Educação de Qualidade

Meta 4.7

Setor:

Assessoria Especializada na Articulação dos ODS na Uema



ODS Secundários

ODS 17

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em consonância com os compromissos da Agenda 2030, implementou, a partir de 2023, o Circuito Agenda 2030 e os ODS na UEMA como ação institucional de educação e sensibilização voltada a ampliar o engajamento da comunidade acadêmica com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase na formação cidadã e na educação para o desenvolvimento sustentável (Meta 4.7).

A iniciativa responde a um problema social estruturante do estado: a persistência de desigualdades socioeconômicas, associadas a baixos níveis de acesso a oportunidades, informação qualificada e participação social, que tendem a reproduzir vulnerabilidades nos territórios. Nesse cenário, a universidade pública é convocada a fortalecer processos formativos que qualifiquem a leitura crítica da realidade e estimulem práticas de intervenção social, contribuindo para que estudantes e trabalhadores universitários reconheçam, incorporem e multipliquem referências de sustentabilidade, direitos e cidadania em seus contextos de atuação.

A estrutura multicampi da UEMA favoreceu a capilaridade territorial e a circulação do tema em diferentes contextos do Maranhão, com protagonismo de equipes locais e articulação com setores acadêmicos e administrativos, fortalecendo uma cultura institucional orientada à sustentabilidade.

Entre os desafios identificados, destacam-se a adesão e a disponibilidade de parte do corpo acadêmico para discussões sistemáticas sobre sustentabilidade, aspecto que orienta o aperfeiçoamento das estratégias de mobilização, tais como planejamento com agenda prévia e fortalecimento da comunicação institucional.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Nº de encontros realizados (palestras/rodas de conversa/visitas técnicas)	29 encontros	2023–2025
Nº de campi/municípios alcançados	20 campi/municípios	2023–2025
Nº total de participantes	1626 pessoas	2023–2025
Participantes (discentes)	1346 pessoas	2023–2025
Participantes (docentes)	193 pessoas	2023–2025
Participantes (técnico-administrativos)	87 pessoas	2023–2025
Avaliação do evento (respostas)	1233 avaliações; 1196 “Ótimo” (97%)	2023–2025
Participantes por ano	2023: 914; 2024: 496; 2025: 216	2023–2025



Campus Balsas, Circuito ODS/UEMA



Campus Grajaú, Circuito ODS/UEMA



Campus São João dos Patos, Circuito ODS/UEMA

CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: A FORMAÇÃO *STRICTO SENSU* COMO MOTOR DA AGENDA 2030 NO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)
Ricardo Tadeu Bugarin DUAILIBE; Teresa Cristina de Carvalho Pereira MENDES; Rodrigo Augusto Smith FONSECA; Fabrício Drummond Vieira da SILVA; Jaciara Pinto SILVA; Terezinha de Jesus Silva OLIVEIRA; Nathanaeli Braga MARTINS



ODS Prioritário

Educação de Qualidade

Meta 4.7

Setor:

Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social



ODS Secundários

ODS 13

A ação consiste na implementação de uma Turma Especial de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), fruto de um convênio de cooperação técnica e acadêmica entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por intermédio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM). O projeto visa a capacitação stricto sensu de magistrados e servidores em temáticas críticas como gestão ambiental, licenciamento, biodiversidade e políticas públicas.

O processo seletivo, regido pelo Edital nº 001/2025, foca em duas linhas de pesquisa fundamentais: LP1 - Ecossistemas Naturais e Antropizados e LP2 - Desenvolvimento e Gestão Socioambiental. Através desta formação, o TJMA busca institucionalizar o conhecimento científico para fundamentar decisões judiciais e processos administrativos sob a ótica da sustentabilidade, fortalecendo a governança socioambiental no estado do Maranhão.

O impacto desta iniciativa é multidimensional, atuando na qualificação da prestação jurisdicional e na eficiência da gestão pública, fortalecendo a instituição, produzindo conhecimento local, gerando justiça ambiental e consolidando articulação em rede.

O Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Turma Especial TJMA) representa um marco na estratégia de educação corporativa voltada para a Agenda 2030. Ao transformar servidores em pesquisadores da sustentabilidade, o Tribunal de Justiça do Maranhão não apenas cumpre metas normativas, mas assume um papel de liderança intelectual e operacional na transição para um futuro resiliente e ambientalmente equilibrado no estado.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Vagas de Mestrado	15	2025
Carga Horária de Disciplinas	420h	2025
Linhas de Pesquisa Atendidas	2	2025



Aula Magna do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFMA

COM-VIDA NA ESCOLA: PROTAGONISMO JUVENIL E MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MARANHÃO

Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)
Maria Eliana Alves LIMA, Avanne Costa DOMINICI e Área Regina dos Prazeres MACHADO, Rosangela dos Santos RODRIGUES, Luís José Câmara PEDROSA



ODS Prioritário

Educação de Qualidade

Meta 4.7

Setor:

Coordenação de Educação Ambiental



ODS Secundários

ODS 3, ODS 6, ODS 7, ODS 10 ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 14 e ODS 16

A implementação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA) consolidou-se como uma ação estruturante da Educação Ambiental na rede pública estadual do Maranhão. As COM-VIDAs foram institucionalizadas em 2023, por meio da Portaria SEDUC nº 128/2023, garantindo diretrizes para sua criação e funcionamento nas escolas.

A partir desse marco normativo, houve ampliação significativa das ações formativas em Educação Ambiental com foco na criação e fortalecimento das COM-VIDAs. Em 2025, aproximadamente 5 mil professores participaram de formações presenciais e à distância voltadas à Educação Ambiental, fortalecendo a implementação da política na rede estadual. Paralelamente, ações formativas específicas sobre COM-VIDA alcançaram 50 municípios, ampliando a capilaridade das ações nos territórios.

Como desdobramento da implementação das COM-VIDAs, cerca de um terço das escolas estaduais realizou Conferências Escolares pelo Meio Ambiente, entre 2024 e 2025, com foco nas temáticas das emergências climáticas e da justiça climática, a partir de problemas socioambientais identificados nos territórios escolares. Considerando o universo do Ensino Médio da rede estadual, essas ações atingiram aproximadamente 80 mil estudantes, configurando um amplo processo de mobilização e participação juvenil.

Os resultados evidenciam impactos relevantes na formação dos estudantes, com fortalecimento do protagonismo juvenil, ampliação da participação estudantil nos processos decisórios da escola e desenvolvimento de competências relacionadas ao pensamento crítico, à cidadania e à corresponsabilidade socioambiental. As ações realizadas contribuíram para a integração da Educação Ambiental ao cotidiano escolar e ao planejamento pedagógico, fortalecendo a escola como espaço de formação para a sustentabilidade.

A experiência da COM-VIDA constitui o principal instrumento por meio do qual a SEDUC materializa a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 9.279/2010) e assegura o cumprimento do Plano Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 10.796/2018), dialogando diretamente com a Meta 4.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao promover uma educação orientada para o desenvolvimento sustentável, a cidadania e a cultura de paz.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Professores formados em Educação Ambiental	3.000 a 6.000	2023-2025
Estudantes atingidos pelas ações da COM-VIDA	80.000	2023-2025
Municípios atendidos por formação em COM-VIDA	50	2024-2025
Conferências Escolares Realizadas	365	2024-2025



Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – culminância das ações da COM-VIDA no Estado

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONSTRUINDO RELAÇÕES A PARTIR DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Universidade Ceuma (Uniceuma)
Marina Gabriella dos Santos SILVA, Marcella Miranda da SILVA,
Rita de Cássia Mendonça de MIRANDA



ODS Prioritário

Educação de Qualidade

Meta 4.7

Setor:

Curso de Biomedicina, de Responsabilidade Social e Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente



ODS Secundários

ODS 2, ODS 3, ODS 6, ODS 13, ODS 14 e ODS 15

A Agenda 2030 da ONU, aprovada em 2015, reforçou o compromisso com a sustentabilidade ao propor os 17 ODS e suas 169 metas, que abrangem as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento. No Brasil, sua implementação exige esforços conjuntos entre governos, universidades e sociedade civil, especialmente no campo educacional, que se constitui como espaço privilegiado para a construção de uma consciência crítica e sustentável (ONU Brasil, 2021). Nesse sentido, a Universidade Ceuma, em consonância com suas políticas de responsabilidade social, sustentabilidade e educação ambiental, propõe a execução de um projeto de extensão universitária em escolas de ensino básico em São Luís/MA, priorizando os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 6 (Água Potável e Saneamento), 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), 14 (Vida na Água) e 15 (Vida Terrestre).

A relevância da proposta se ancora nas diretrizes nacionais para a extensão universitária (FORPROEX, 2018), que orientam para a interação dialógica, por meio da escuta e da troca de saberes entre docentes e discentes da Universidade Ceuma e a comunidade escolar. A interdisciplinaridade e interprofissionalidade, articulando diferentes áreas do conhecimento em atividades formativas ministradas por docentes e discentes de diversos cursos em diferentes níveis (doutorado, mestrado e graduação), indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão assegurando a extensão.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° total de participação	50 crianças e 50 adolescentes	2021-2022
Escolas participantes	3	2021-2022
Professores capacitados	20	2021-2022



Aula de microscopia - ensino fundamental de escola pública em São Luís/MA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UEMA: PERMANÊNCIA E JUSTIÇA SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Ilka Márcia Ribeiro de Souza SERRA, Camila Magalhães SILVA e Alcirene Sousa dos SANTOS

ODS Prioritário

Educação de Qualidade

Meta 4.4 e 4.5

Setor:

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE)

ODS Secundários

ODS 1; ODS 2 e ODS 10

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE), executa uma Política de Assistência Estudantil estruturada como conjunto de ações voltadas a estudantes da graduação (presencial, EaD e de Programas especiais) e programas institucionais, visando permanência e êxito, com foco em inclusão social, produção de conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico.

A política se fundamenta no entendimento da educação como direito e compromisso com a formação integral, orientando-se para reduzir desigualdades socioeconômicas e promover justiça social no percurso formativo.

Seus objetivos incluem: minimizar os efeitos das desigualdades sociais; reduzir evasão e retenção; assegurar igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; fortalecer políticas de inclusão social; e democratizar as condições de permanência na educação superior.

A ação enfrenta um problema social recorrente no acesso e permanência no ensino superior: a vulnerabilidade socioeconômica, compreendida como situação em que indivíduos e famílias são submetidos a processos de exclusão e discriminação, com capacidade de reação limitada e oportunidades restritas para superar desigualdades, privação e fragilização de vínculos de pertencimento.

Ao mitigar barreiras materiais (alimentação, moradia, cuidado infantil e outras) e apoiar condições de estudo e participação acadêmica, a Assistência Estudantil contribui diretamente para a equidade educacional (Meta 4.5) e para o acesso (Meta 4.3) e permanência no ensino superior (Meta 4.4), articulando inclusão, dignidade e continuidade dos estudos.

No âmbito operacional, o Programa de Assistência Estudantil está regulamentado por resoluções institucionais, com editais específicos para seleção e acompanhamento.

Entre os benefícios ofertados, destacam-se: Bolsa Permanência (até R$ 500,00/mês; 12 meses), Auxílio Alimentação (até R$ 300,00/mês; 12 meses; voltado a campi sem restaurante universitário), Auxílio Moradia (até R$ 500,00/mês; 12 meses), Auxílio Creche (até R$ 500,00/mês; 12 meses), Bolsa de Apoio a Estudantes com Deficiência (até R$ 500,00/mês; 12 meses), Auxílio Transporte (04 parcelas de R$ 250,00) e Auxílio para Apresentação de Trabalhos em Eventos, que apoia a participação estudantil em eventos nacionais e internacionais, além de compromissos oficiais de representação discente (concessão uma vez por ano).

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N.° de Auxílios/ Apoios Estudantis ofertados pela UEMA	5 tipos	Até 2025
Alunos beneficiados	2210 pessoas	2025





Card de divulgação dos Auxílios Estudantis

PROETNOS: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR POR MEIO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A DIVERSIDADE ÉTNICA NO MARANHÃO

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Marivania Leonor Souza FURTADO, Tatiana Raquel Reis SILVA e Leandro Chaves BATISTA



ODS Prioritário

Educação de Qualidade

Meta 4.5

Setor:

Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica



ODS Secundários

ODS 10 e ODS 18

Criado em 2016, o Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica do Maranhão (PROETNOS), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), constitui uma política institucional de reconhecimento, reparação histórica e valorização da diversidade étnica, por meio da oferta de cursos específicos e diferenciados para povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, agroextrativistas e demais populações do campo.

O programa já formou 60 educadores indígenas dos povos Krikati, Gavião, Canela e Guajajara, que atuam hoje em suas comunidades como agentes de transformação social. Atualmente, o Proetnos atende a mais de 260 estudantes distribuídos em 9 turmas, contabilizando, até 2025, 321 beneficiados diretos entre egressos e graduandos.

As habilitações ofertadas atendem às especificidades dos públicos atendidos, formando docentes para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação do Campo, nas áreas de Ciências Humanas, da Natureza e da Linguagem, com habilitação também para a gestão escolar.

O Proetnos conta com atividades nos municípios de Alcântara, Barra do Corda, Bom Jardim, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Santa Inês, São Bento e São Luís. Duas turmas funcionam diretamente em territórios tradicionais: na Aldeia Piçarra Preta, na Terra Indígena Rio Pindaré (Bom Jardim-MA), e na comunidade quilombola de Oitiua (Alcântara-MA), fortalecendo a relação entre educação, território e identidade cultural.

Em janeiro de 2026, 113 dos 120 ingressantes de 2022 integralizaram todas as disciplinas e defenderam seus trabalhos de conclusão de curso, estando aptos a colarem grau - um índice de 94% de aproveitamento. O Proetnos foi reconhecido pelo Prêmio Magno Cruz (2022), Prêmio ODS (2023), Prêmio Marandu JOMP (2024), Troféu Babaçu (2024) e Prêmio BRB de Impacto Social (2025), pela sua contribuição para a redução das desigualdades educacionais e a promoção da inclusão e da diversidade étnica no ensino superior.



Ações Proetnos

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Nº de cursos de licenciatura ofertados pelo PROETNOS	5 cursos em funcionamento	2022–2025
Nº de professores indígenas formados	60	Até 2025
Nº de estudantes em formação (indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco)	261	Até 2025
Nº de beneficiados diretos	321 adultos	2022–2025
Nº de municípios de execução dos cursos	8	2022-2025
Nº de turmas	9	2024-2025
Nº de turmas ocorrendo diretamente nos territórios tradicionais	2	2024-2025
Nº de premiações	5	2022-2025

PROGRAMA GESTOR: CAPACITAR PARA INOVAR

Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SESMA)
Liliane Neves CARVALHO, Hugo Leonardo Araújo FERRO, Tayanne Marcelle S. da SILVA, Keully Bianne Menezes S. de OLIVEIRA, Lara Regina da S. Souza MOURA, Débora Cristina de O. MALHEIROS e Rayssinele de Cássia VALENTE.



ODS Prioritário

Educação de Qualidade

Meta 4.4

Setor:

Subgerência de Gestão do Trabalho – SUBGT
Secretaria Adjunta de Administração e Engenharia



ODS Secundários

ODS 8 e ODS 17

O Programa Gestor é uma iniciativa da Secretaria Adjunta de Administração e Engenharia da SES-MA, realizada pela Subgerência de Gestão do Trabalho (SUBGT), desenvolvida para fortalecer as competências técnicas e comportamentais, aperfeiçoar a gestão pública em saúde e promover a cultura da inovação entre os servidores. O programa teve início em 2022, com a realização de uma turma piloto, cujo objetivo foi testar a metodologia, validar os conteúdos e identificar as principais necessidades dos setores. Em 2023, ocorreu a primeira turma oficial, em parceria com a ESP-MA e a EGMA (ODS 17), consolidando o programa como uma política contínua de formação dentro da Secretaria. Em 2024, o programa foi selecionado pelo Ministério de Gestão e Inovação (MGI) como prática exitosa implementada no âmbito da administração pública estadual.

Em 2025, o Programa Gestor chega à sua edição mais estruturada, sob o tema “Capacitar para Inovar”. A edição atual amplia a participação dos servidores interessados, promove maior integração entre os setores, fortalece a cultura de inovação dentro da SES-MA e direciona a formação para desafios reais vivenciados. O impacto da ação é evidenciado pelo desenvolvimento de competências essenciais para o serviço público, como liderança, planejamento, comunicação estratégica, gestão de processos e tomada de decisão.

A iniciativa contribui diretamente para o ODS 4 – Educação de Qualidade, especialmente a Meta 4.4, ao promover capacitação continuada e desenvolvimento de competências relevantes para o trabalho. De forma complementar, fortalece o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ao incentivar práticas modernas de gestão pública, valorizar os servidores, estimular ambientes laborais saudáveis e promover maior produtividade institucional.

Assim, entre 2022 e 2025, o Programa Gestor consolidou-se como uma ação estratégica da SES-MA, impactando positivamente a formação dos servidores, incentivando a inovação e contribuindo para uma gestão pública mais eficiente, moderna e alinhada às necessidades da sociedade maranhense.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Número de turmas realizadas	6 turmas realizadas	2022–2025
Número total de servidores participantes	Total: 194 servidores	2022–2025
Total de módulos formativos ofertados	30 módulos temáticos	2022–2025
Ampliação do alcance institucional	Inclusão de 36 gestores das Unidades Regionais de Saúde	2025



Encontro de Encerramento turma 2025.1

ODS 5

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



O ODS 5 – Igualdade de Gênero tem como objetivo alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, eliminando todas as formas de discriminação e violência baseadas em gênero. O objetivo busca garantir a participação plena e efetiva das mulheres na vida social, econômica, política e institucional, ampliar sua autonomia e o acesso a oportunidades, recursos e direitos, além de promover a igualdade no trabalho, na educação e na tomada de decisões. Entre suas prioridades estão o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, a eliminação de práticas prejudiciais, a valorização do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Dessa forma, o ODS 5 é fundamental para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis, contribuindo diretamente para o alcance dos demais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Relaciona-se ao ODS 1, ao contribuir para a redução da pobreza e ampliar a autonomia econômica das mulheres; ao ODS 2, pela valorização da participação feminina na produção e segurança alimentar; ao ODS 3, pela promoção da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos e pelo enfrentamento da violência; ao ODS 4, pela garantia de educação inclusiva e igualitária; ao ODS 8, pela promoção do trabalho decente e da igualdade salarial; e ao ODS 10, pela redução das desigualdades. Articula-se aos ODS 11, 12 e 13, ao fortalecer a participação feminina na construção de cidades sustentáveis, no consumo responsável e nas ações climáticas; e aos ODS 16 e 17, ao incentivar instituições inclusivas, participação social, políticas públicas e parcerias para a igualdade de gênero.





COMITÊ ESTADUAL DE EQUIDADE DA GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE DO SUS NO MARANHÃO

Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SESMA)
Hugo Leonardo Araújo FERRO, Tayanne Marcelle Soares da SILVA, Keully Bianne Menezes S. de OLIVEIRA, Joana Mariel Couto Silva SOUSA e Thayanna Silva de BRITO



ODS Prioritário

Igualdade de gênero

Meta 5.1, 5.5 e 5.c



ODS Secundários

ODS 3, ODS 8, ODS 10, ODS 17 e ODS 18

Setor e Instituições Parceiras:

Subgerência de Gestão do Trabalho – SUBGT, Secretaria Adjunta de Administração e Engenharia, Ministério da Saúde (SGTES / Programa Nacional de Equidade), Conselho Estadual de Saúde - CES, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Maranhão - COSEMS/MA, Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão - DSEI/MA, Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão e Grupo Construindo Igualdade para Travestis, Transexuais e Homens Trans.

Em alinhamento ao Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS (Portaria GM/MS nº 230/2023) e às diretrizes estaduais de gestão do trabalho, a Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES/MA) instituiu, por meio de Portaria, o Comitê Estadual de Equidade da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do SUS. Trata-se de instância colegiada, consultiva e de assessoramento técnico, criada para enfrentar desigualdades estruturais que impactam as condições de trabalho no Sistema Único de Saúde.

A criação do Comitê marca o fortalecimento institucional do tema da equidade nas políticas de gestão do trabalho, reafirmando o compromisso da SES/MA com ambientes laborais inclusivos, seguros e alinhados à Agenda 2030 e às metas de desenvolvimento sustentável. O processo de implantação envolveu articulação entre setores da SES, instituições de ensino, movimentos sociais e atores estratégicos do SUS, resultando em uma composição intersetorial. As primeiras ações incluem reuniões de planejamento, definição da agenda anual, elaboração de instrumentos diagnósticos e integração com políticas estaduais relacionadas.

A implantação do Comitê configura-se como ação estratégica e de longo prazo e contribui diretamente para os ODS 5, 10, 17 e 18, ao ampliar espaços de participação, promover representatividade e fortalecer a capacidade institucional para o enfrentamento das desigualdades. Também dialoga com o ODS 3, ao abordar condições de trabalho que afetam a saúde física e mental das trabalhadoras e trabalhadores, e com o ODS 8, ao reforçar a agenda de trabalho decente e ambientes laborais seguros, contribuindo para a construção de um SUS mais inclusivo e justo no Maranhão.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Nº de atividades de articulação realizadas (oficinas + reuniões)	14	2023-2025
Instituições integrantes do Comitê	13	2024-2025
Representantes nomeados (titulares + suplentes)	26	2024-2025



Participação do Comitê na Oficina Nordeste

ODS 8

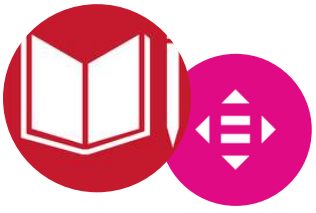
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.



O ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico busca promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas as pessoas. Destaca a ampliação de oportunidades de trabalho digno, a garantia dos direitos trabalhistas, a melhoria das condições laborais e a promoção de ambientes de trabalho seguros. Incentiva ainda a diversificação econômica, a inovação, o empreendedorismo, o aumento da produtividade e a adoção de práticas produtivas sustentáveis. Entre suas prioridades estão a erradicação do trabalho forçado, da escravidão moderna e do trabalho infantil, além da promoção da igualdade de oportunidades e do acesso ao emprego para jovens e grupos vulneráveis. O ODS 8 também contribui para a inclusão social, a geração de renda e a redução das desigualdades.

Sua implementação relaciona-se ao ODS 1, pela redução da pobreza e geração de renda; ao ODS 2, pelo fortalecimento da capacidade produtiva e da segurança alimentar; ao ODS 3, pela promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis; e ao ODS 4, pela qualificação profissional. Articula-se ao ODS 5, pela igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, e ao ODS 10, pela redução das desigualdades. Também dialoga com os ODS 9, 11, 12 e 13, ao estimular inovação, infraestrutura sustentável, produção responsável e empregos verdes, além dos ODS 16 e 17, por meio de instituições eficazes, políticas públicas e parcerias para o desenvolvimento sustentável.





PROGRAMA MAIS INFÂNCIA, MAIS TURISMO

Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)
Ruan Tavares RIBEIRO, Maria do Socorro ARAÚJO e Talyta Ávila Noronha FIALHO



ODS Prioritário

Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Meta 8.7



ODS Secundários

ODS 16 e ODS 17

Instituições Parceiras:

Secretarias Municipais de Turismo, Instâncias de Governança Regional (IGR's), Comunidades locais, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), Escolas Municipais e Estaduais de Ensino.

Compreendendo que a prática de um turismo sustentável pode contribuir para a redução da pobreza e gerar novos empregos (especialmente para mulheres e jovens), o Governo do Maranhão, por meio da Superintendência de Qualificação da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR MA), realiza ações que visam minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos da atividade turística nos 10 Polos Turísticos do Maranhão.

No âmbito do "Programa Mais Infância, Mais Turismo", desenvolve-se um conjunto de ações de prevenção e mobilização para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, promove-se a defesa, garantia e promoção dos seus direitos.

Dentre as principais ações desenvolvidas pelo Programa, pode-se destacar:
a) Palestras de Sensibilização: realização de palestras para sensibilizar os empresários do setor, as instituições que trabalham com a temática, membros da sociedade civil e todos os envolvidos com turismo no Maranhão;

b) Campanhas de Conscientização: realização de campanhas de incentivo às denúncias dos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes em eventos no âmbito estadual, distribuindo variados materiais de comunicação; e a Blitz Mais Infância: desenvolvidas diretamente em escolas no âmbito estadual a crianças e adolescentes com orientações a respeito de eventuais situações de ameaça ou de violação de direitos.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° de crianças e adolescentes	11.410	2023 - 2025







Ações do Programa Mais Infância, Mais Turismo.

PROJETO TRILHA DOS SABERES PARA O TURISMO

Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)
Ruan Tavares RIBEIRO, Maria do Socorro ARAÚJO e Talyta Ávila Noronha FIALHO



ODS Prioritário

Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Meta 8.3 e 8.9

Instituições Parceiras:

Secretarias Municipais de Turismo, Instâncias de Governança Regional (IGR's), Comunidades locais



ODS Secundários

ODS 4, ODS 8, ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 15 e ODS 17

O "Projeto Trilha dos Saberes para o Turismo" protagonizado pela Superintendência de Qualificação da Secretaria de Estado do Turismo surge como resposta a histórica invisibilidade, exclusão econômica e ausência de políticas estruturantes que inserem no setor turístico, de forma planejada e sustentável, comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas.

Visa-se com o "Projeto Trilha dos Saberes para o Turismo" desenvolver habilidades e competências em moradores de comunidades tradicionais, preparando-as para atuarem no Turismo de Base Comunitária de forma estruturada e sustentável. Além disso: a) Promover diagnósticos em conjunto com os comunitários de forma a identificar experiências tradicionais que possam se tornar produtos turísticos; b) Realizar cursos e formações com os comunitários direcionados para o Turismo de Base Comunitária e c) Criar Núcleos de Turismo Local (NTL) para garantir a continuidade das ações bem como a autogestão por parte dos comunitários.

Iniciado no ano de 2025, O Projeto Trilhas dos Saberas para o Turismo espera: a) atender 12 comunidades tradicionais, garantindo a participação mínima de uma comunidade em cada um dos 10 Polos Turísticos do Maranhão, além de incluir 3 comunidades em caráter piloto; b) Capacitar diretamente cerca de 600 moradores (estimativa de 50 participantes por comunidade) e c) Formar 12 Núcleos de Turismo Local, um por comunidade atendida.

Vale sublinhar que o “Projeto Trilha dos Saberes para o Turismo” impacta diretamente na valorização das práticas culturais tradicionais e saberes populares, gerando emprego e renda por meio de serviços e roteiros turísticos. Configura-se como uma estratégia da Secretaria de Estado do Turismo para fortalecer a identidade cultural maranhense no mercado turístico e reduzir desigualdades sociais com inclusão produtiva.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° de comunitários envolvidos	867 comunitários	Até setembro de 2025



Ações do Projeto Trilhas dos Saberes para o Turismo

ODS 10

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.



O ODS 10 – Redução das Desigualdades busca reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, promovendo a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, independentemente de idade, gênero, deficiência, raça, origem, condição econômica ou outras características. O objetivo destaca a necessidade de garantir igualdade de oportunidades, combater a discriminação e ampliar o acesso a direitos e serviços essenciais. Também incentiva políticas fiscais, salariais e de proteção social que contribuam para a redução das disparidades de renda e para a inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade. O ODS 10 aborda ainda a importância da migração segura, ordenada e responsável, bem como da participação dos países em desenvolvimento nas decisões das instituições econômicas e financeiras internacionais. Dessa forma, contribui para sociedades mais justas, inclusivas, equitativas e sustentáveis.

Articula-se ao ODS 1, ao contribuir para a redução da pobreza; ao ODS 2, pela promoção do acesso equitativo à alimentação; ao ODS 3, pela ampliação do acesso à saúde; e ao ODS 4, pela garantia de oportunidades educacionais. Relaciona-se ao ODS 5, pelo enfrentamento das desigualdades de gênero, e ao ODS 8, pela promoção do trabalho decente e da inclusão econômica. Também dialoga com os ODS 9 e 11, ao incentivar infraestrutura inclusiva e cidades acessíveis; com os ODS 12 e 13, ao promover justiça socioambiental; e com os ODS 16 e 17, por meio de instituições inclusivas, participação social, políticas públicas e parcerias voltadas à redução das desigualdades.



A CIDADE OPERÁRIA QUE QUEREMOS – FORTALECIMENTO DA AGENDA TERRITORIAL E INCIDÊNCIA POLÍTICA

Fundação Justiça e Paz se Abraçarão (FJPA)
Cleber Ribeiro de SOUZA, Elivania Estrela AIRES, Arthur Pedro Morais da SILVA



ODS Prioritário

Redução das Desigualdades

Meta 10.2

Instituições Parceiras:

Uniperiferias



ODS Secundários

ODS 11 e ODS 16

A ação “A Cidade Operária que Queremos” integra um processo político-pedagógico de fortalecimento das lutas territoriais por direitos na macrorregião da Cidade Operária, em São Luís (MA), uma das maiores periferias urbanas do estado, com cerca de 150 mil habitantes (IBGE, 2022). Desenvolvida pela Uniperiferias e pela Fundação Justiça e Paz se Abraçarão, em articulação com lideranças do território, a iniciativa teve como foco central a redução das desigualdades territoriais, ampliando a inclusão social e política da população periférica nos processos de incidência sobre políticas públicas.

A atividade deu continuidade ao 3º Festival Cidade Operária Criativa e Antirracista (2025), quando foi construída coletivamente a Agenda / Carta-Demanda “A Cidade Operária que Queremos”, reunindo reivindicações nas áreas de saneamento, mobilidade, educação, saúde, cultura, segurança, proteção à infância e juventude. Esta etapa buscou transformar a Agenda em instrumento concreto de incidência política, por meio de uma reunião de pactuação com cerca de 40 lideranças do território e de uma reunião institucional com autoridades da sociedade civil e municipais, na qual o documento foi formalmente apresentado e protocolado na Câmara Municipal de São Luís.

A ação está diretamente alinhada ao ODS 10 – Redução das Desigualdades, especialmente à Meta 10.2, ao reconhecer as lideranças do território como sujeitos políticos legítimos e fortalecer sua participação nos processos decisórios. Como resultados, destacam-se a validação coletiva da Agenda, a entrega formal ao poder público, a abertura de canais permanentes de diálogo institucional e a sistematização de 16 reivindicações prioritárias, com potencial de impacto indireto sobre mais de 150 mil moradores. De forma complementar, a iniciativa dialoga com os ODS 11 e 16, reafirmando a centralidade do território na construção de cidades mais justas e democráticas.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° total de participação	40 lideranças do território	2025
Número de matérias nos jornais	6	2025



Momento de construção no Centro de Ensino Maria José de Aragão.



Diálogo na Câmara Municipal de São Luís fortalece futuro coletivo

A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UEMA COMO VIABILIZADOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Marilda de Fátima Lopes ROSA, Pedro Lima da SILVA, Ramon de Almeida MIRANDA e Valéria Carvalho LIMA.



ODS Prioritário

Redução das Desigualdades

Meta 10.2 e 10.3.

Setor:

Núcleo de Acessibilidade da UEMA (NAU)



ODS Secundários

ODS 4 e ODS 11.

O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão (NAU/UEMA) atua como instância institucional responsável pela implementação, acompanhamento e fortalecimento das políticas de inclusão no âmbito do ensino superior, assegurando o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência. Para tanto, está alinhado com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais (ODS 10), para a garantia de uma educação inclusiva e equitativa (ODS 4) e para a promoção de ambientes institucionais mais acessíveis e sustentáveis (ODS 11).

Entre as principais frentes de atuação do NAU, destacam-se os atendimentos individualizados e coletivos a estudantes com deficiência, realizados de forma contínua, e as demandas acadêmicas apresentadas. Esses atendimentos incluem escuta qualificada, orientação psicopedagógica, articulação com docentes, adaptação de material e acompanhamento acadêmico, focando na eliminação de barreiras pedagógicas, comunicacionais, arquitetônicas e atitudinais.

O Núcleo ainda se destaca pela oferta de cursos de extensão voltados à temática da inclusão e da acessibilidade, abertos à comunidade acadêmica e externa.

Além disso, o NAU desenvolve ações junto às famílias dos estudantes, formação e sensibilização da comunidade universitária, rodas de conversa nos cursos de graduação, visitas técnicas às unidades acadêmicas e administrativas da UEMA, e ações de orientação a docentes e equipes pedagógicas. Tais iniciativas visam ampliar o conhecimento sobre educação inclusiva, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência, promovendo mudanças nas práticas pedagógicas e institucionais, e reduzindo as desigualdades no ensino superior maranhense.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Equipe Multidisciplinar	40 profissionais	2025
Discentes Cadastrados no NAU	2022: 35 estudantes; 2023: 18 estudantes; 2024: 40 estudantes; 2025: 42 estudantes	2022-2025
Serviços de tradução/interpretação em Libras	2024: 45 atendimentos (16 on-line; 29 presencial); 2025: 65 atendimentos (23 on-line; 42 presencial)	2025
Cursos de Extensão Ofertados	21 cursos	2022-2025
Visitas Técnicas	18 visitas aos campi	2024-2025



Atividades do NAU

ODS 11

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



O ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O objetivo promove o acesso de todas as pessoas à habitação adequada, aos serviços básicos, ao transporte seguro e sustentável e aos espaços públicos de qualidade. Também incentiva o planejamento urbano participativo, a redução dos impactos ambientais das cidades, a gestão adequada dos resíduos e a preservação do patrimônio cultural e natural. Entre suas prioridades estão a redução da vulnerabilidade das populações diante de desastres e eventos climáticos extremos, o fortalecimento da resiliência urbana e a melhoria da qualidade ambiental. O ODS 11 reconhece a importância de políticas públicas integradas para construir cidades mais inclusivas, eficientes, ambientalmente responsáveis e capazes de oferecer melhores condições de vida às gerações presentes e futuras.

Articula-se ao ODS 1, pela redução da pobreza urbana; ao ODS 3, pela promoção da saúde e qualidade ambiental; ao ODS 4, pela ampliação do acesso à educação; e ao ODS 5, pela igualdade de gênero nos espaços urbanos. Relaciona-se aos ODS 6 e 7, pelo acesso à água, saneamento e energia sustentável; ao ODS 8, pela geração de trabalho decente; e ao ODS 9, pelo desenvolvimento de infraestrutura e inovação. Também dialoga com os ODS 10 e 12, pela redução das desigualdades e promoção do consumo responsável, e com os ODS 13, 15, 16 e 17, fortalecendo a ação climática, a conservação ambiental, a governança e as parcerias.



PROGRAMA EXPEDIÇÕES DO TURISMO

Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)
Ruan Tavares RIBEIRO, Maria do Socorro ARAÚJO e Talyta Ávila Noronha FIALHO



ODS Prioritário

Cidades e comunidades sustentáveis

Meta 11.4 e 11.a



ODS Secundários

ODS 8, ODS 12, ODS 14, ODS 15, ODS 17 e ODS 18

Instituições parceiras:

Secretarias Municipais de Turismo, Instâncias de Governança Regional (IGR's), Conselhos Municipais de Turismo

Compreendendo a capacidade do turismo de gerar novos empregos, renda e promover o desenvolvimento social e econômico do Estado do Maranhão, a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR MA) desenvolve ações nos mais de 60 municípios turísticos do estado, por meio do "Programa Expedições do Turismo". Sob a liderança da Superintendência de Regionalização da SETUR MA, em parceria com as gestões municipais e instâncias de governança regional, desenvolve-se um conjunto de ações que fortalecem o turismo de forma regionalizada e descentralizada – conforme preconiza o Ministério do Turismo (MTUR) por meio do Programa Nacional de Regionalização.

A partir da integração das políticas públicas federais, estaduais e municipais dos 10 Polos Turísticos do Maranhão, o "Programa Expedições do Turismo" da SETUR MA impulsiona a estruturação dos destinos turísticos maranhenses, criando roteiros/experiências turísticas, fortalece as gestões municipais do turismo e capacita o capital humano para a prestação de serviços turísticos mais competitivos.

As ações desenvolvidas pelo “Programa Expedições do Turismo” com o envolvimento das comunidades locais, trade turístico, gestores públicos e associações vão ao encontro do que propõe o ODS 11 que consiste em “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, desdobrando-se nas metas “ 11.4 e 11.a, a saber, respectivamente: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; e apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° de municípios visitados	63 municípios	2023
N° de municípios visitados	12 municípios	2024
N° de municípios visitados	67 municípios	2025



Seminário de Regionalização no município de Balsas/MA

ODS 12

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



O ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis busca assegurar padrões sustentáveis de produção e consumo, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais. O objetivo incentiva a gestão sustentável dos recursos, a diminuição da geração de resíduos, a prevenção do desperdício de alimentos e o fortalecimento de práticas de reciclagem, reutilização e economia circular. Também destaca a necessidade de reduzir a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, recuperação e reaproveitamento, além de estimular empresas e instituições a adotarem práticas sustentáveis e transparentes. O ODS 12 valoriza ainda a educação para o desenvolvimento sustentável, a conscientização da sociedade e a adoção de estilos de vida responsáveis. Dessa forma, contribui para conciliar desenvolvimento econômico, proteção ambiental e melhoria da qualidade de vida, garantindo o uso responsável dos recursos para as gerações presentes e futuras.

Relaciona-se ao ODS 1, pela redução da pobreza e promoção de oportunidades sustentáveis; ao ODS 2, pela redução do desperdício de alimentos; ao ODS 3, pela diminuição da exposição a substâncias e ambientes prejudiciais; e ao ODS 6, pela gestão responsável da água. Articula-se aos ODS 7 e 8, ao estimular eficiência energética, inovação e produção sustentável; aos ODS 9 e 11, pelo desenvolvimento de tecnologias e cidades sustentáveis; e ao ODS 13, pela redução das emissões e dos impactos climáticos. Também contribui para os ODS 14 e 15, ao reduzir a pressão sobre oceanos e ecossistemas terrestres, e relaciona-se aos ODS 16 e 17, fortalecendo políticas, governança e parcerias.



CAMPANHA DESTRALHE 2025: MAIS SUSTENTABILIDADE E MENOS DESPERDÍCIO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)
Ricardo Tadeu Bugarin DUAILIBE; Teresa Cristina de Carvalho Pereira MENDES; Rodrigo Augusto Smith FONSECA; Fabrício Drummond Vieira da SILVA; Jaciara Pinto SILVA; Terezinha de Jesus Silva OLIVEIRA; Helena de Jesus Santos SERRA



ODS Prioritário

Consumo e Produção Responsáveis

Meta 12.5

Setor:

Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social



ODS Secundários

ODS 3

A "Campanha Destralhe 2025", promovida pela Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do TJMA entre 15 e 20 de setembro de 2025, é uma iniciativa estratégica alinhada ao Dia Mundial da Limpeza. A ação focou na gestão eficiente de recursos por meio da destinação adequada de bens irrecuperáveis, doação de itens antieconômicos e remanejamento de bens ociosos. Além da vertente material, a campanha incentivou a eliminação de processos físicos cumpridos e a "limpeza digital", otimizando sistemas e espaços de trabalho.

O projeto articula-se com a Agenda 2030 ao promover o descarte socioambientalmente correto e a economia circular, fortalecendo a cultura de sustentabilidade institucional. Um diferencial da edição de 2025 é a integração com a saúde mental, compreendendo que ambientes organizados reduzem o estresse e aumentam a produtividade, culminando em palestras educativas sobre o desapego e equilíbrio emocional.

A iniciativa gerou impactos multidimensionais: econômico, através do reuso de materiais; ambiental, pelo desvio de resíduos dos aterros; e social, mediante doações a entidades sem fins lucrativos. A gestão documental eficiente, com o envio de processos para reciclagem em cooperativas, reforça o compromisso com a logística reversa.

A campanha demonstra que a sustentabilidade no Judiciário ultrapassa a conformidade normativa (Resolução CNJ nº 400/2021), tornando-se uma ferramenta de melhoria da qualidade de vida e eficiência administrativa.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Itens patrimoniais	177	2025
Unidades do Judiciário	32	2025
Economia estimada	R$ 600 mil	2025
Solicitações de devolução de itens de informática	Mais de 100	2025





Atividades de organização e descarte sustentável no TJMA.

CONECTA VERDE: PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN)
Anne Karoline Moraes DE MATOS, Luiza da Silva NAKAMURA, Mayarha do Nascimento SECUNDINO e Marília Valporto FERNANDES

ODS Prioritário

Consumo e Produção Responsáveis

Meta 12.2 ,12.5 ,12.6, 12.7 e 12.8

Setor:

Assessoria de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

ODS Secundários

ODS 1, ODS 4, ODS 6, ODS 7, ODS 13, ODS 16 e ODS 17

O plano de ação do Conecta Verde: Planejamento Sustentável da SEPLAN, Figura 1, está diretamente relacionado com o Índice de Iniciativas de Sustentabilidade (IIS) do órgão (SEPLAN, 2025), encontra-se atualmente em fase de diagnóstico, com foco na estruturação de ações integradas de educação ambiental, gestão de resíduos, consumo responsável dos recursos naturais e engajamento institucional. O projeto tem como objetivo promover práticas sustentáveis dentro da SEPLAN e fortalecer a cultura de responsabilidade socioambiental entre servidores, terceiros e visitantes. A ação está alinhada principalmente ao ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, especialmente às metas 12.2, 12.5, 12.6, 12.7 e 12.8, além de contribuir de forma complementar com os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 4 (Educação de Qualidade), 6 (Água Potável e Saneamento), 7 (Energia Acessível e Limpa), 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

O impacto esperado envolve a redução significativa de resíduos destinados ao Aterro Sanitário de Titara, beneficiamento de Associações e/ou Cooperativas Catadores de Materiais Recicláveis e/ou Reutilizáveis, a ampliação da participação dos servidores em práticas sustentáveis, conscientização do público interno e externo e o fortalecimento de processos de compras públicas responsáveis.

A ação também pretende incentivar práticas de neutralização de carbono, educação ambiental e plantio de árvores, integrando setores e promovendo corresponsabilidade ambiental.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° total de servidores, terceiros e visitantes ativos da SEPLAN	500 pessoas atingidas	2025
Quantidade de resíduos desviados do Aterro do Titara (ton/mês)	1 tonelada	2025



Conecta Verde e seus principais eixos.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CAMPUS SÃO LUÍS – MONTE CASTELO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)
Amanda de Araújo OLIVEIRA, Angelina Aranha RAMOS,Dhonnes Gabriel Felix GOMES, Lara Asevedo de AROUCHE, Lyzandra da SILVA, Tharsis Hilbert Gomes de JESUS,Luis Andre da Cruz LINDOZO, Maria Patricia Magalhaes da SILVA, Maria Eduarda Macedo de OLIVEIRA, Georgiana Eurides de Carvalho MARQUES



ODS Prioritário
Consumo e Produção Responsáveis

Meta 12.5

Setor:

Curso Tecnologia em Processos Químicos



ODS Secundários
ODS 4

O projeto foi desenvolvido por estudantes do curso de Tecnologia em Processos Químicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) no período de agosto de 2025 a janeiro de 2026, no âmbito da disciplina de curricularização da extensão.

A proposta fundamentou-se no processo de conscientização sobre a gestão de resíduos sólidos, contemplando o levantamento e a quantificação dos resíduos gerados em quatro setores do Campus São Luís – Monte Castelo: Departamento de Mecânica, Departamento de Química, Biblioteca e Diretoria de Ensino Superior.

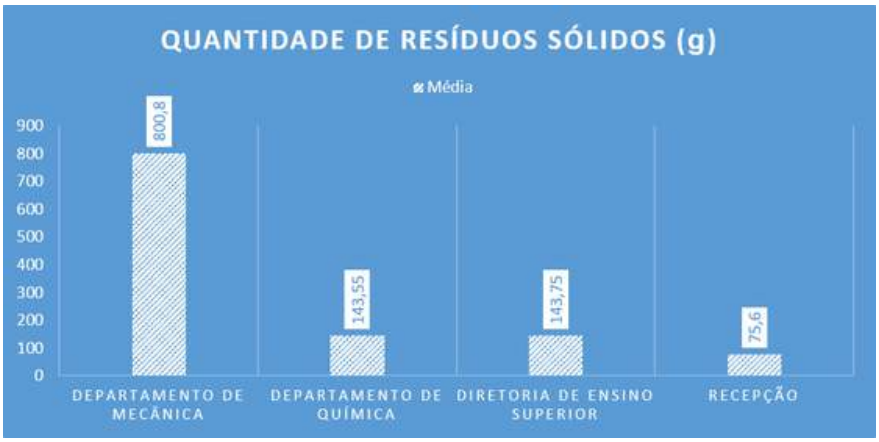
Como etapa inicial, os(as) estudantes participaram de uma formação sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em seguida, elaboraram folders educativos direcionados a visitantes, estudantes, servidores e colaboradores da instituição, os quais foram distribuídos durante um evento técnico-científico que contou com a circulação de mais de dois mil participantes.

Por fim, a etapa final consistiu na quantificação dos resíduos sólidos produzidos no campus. Para isso, foram definidos os setores participantes, nos quais foram instaladas caixas devidamente identificadas e realizada a coleta diária dos materiais ao longo de um mês, sendo pesados com auxílio de uma balança digital.

A quantificação do material mostrou que a produção de resíduos varia de acordo com o setor estudado. Os materiais coletados foram principalmente papel, papelão, plástico e restos de tecido. No Departamento de Mecânica e Materiais há um descarte de metal, que influenciou na maior média encontrada na comparação entre os setores.

Ao final da atividade disciplinar, observou-se que a experiência despertou nos(as) estudantes o reconhecimento da importância da conscientização sobre a geração de resíduos sólidos, especialmente no contexto das instituições de ensino. As discussões realizadas evidenciaram a preocupação dos(as) discentes com a necessidade de elaboração e implementação de um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos na instituição, processo que já se encontra em fase inicial pela gestão.

Indicadores da Atividade





Folders produzidos e distribuídos durante o Universo IF

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos



O ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima busca adotar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos. O objetivo envolve o fortalecimento da resiliência e da capacidade de adaptação às mudanças climáticas, a redução da vulnerabilidade de populações e territórios diante de eventos extremos e a integração das medidas climáticas às políticas, estratégias e planejamentos nacionais. Também destaca a importância da educação, da conscientização e da ampliação das capacidades institucionais para prevenção, mitigação e adaptação climática. O ODS 13 reconhece ainda a necessidade de mobilizar recursos financeiros e fortalecer a cooperação internacional, especialmente para apoiar países e populações mais vulneráveis. Dessa forma, contribui para um desenvolvimento sustentável, resiliente e capaz de enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos decorrentes das mudanças climáticas.

Articula-se ao ODS 1, pela redução da vulnerabilidade das populações pobres; ao ODS 2, pela proteção da produção e segurança alimentar; ao ODS 3, pela prevenção dos impactos climáticos sobre a saúde; e ao ODS 6, pela segurança hídrica. Relaciona-se aos ODS 7, 8 e 9, ao estimular energias renováveis, economia sustentável e inovação; ao ODS 11, pela construção de cidades resilientes; e aos ODS 12, 14 e 15, pela redução dos impactos ambientais e conservação dos ecossistemas. Também fortalece os ODS 16 e 17, por meio de políticas climáticas, governança e cooperação.



INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GEE: DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA PARA A NEUTRALIDADE CLIMÁTICA NO JUDICIÁRIO MARANHENSE

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)
Ricardo Tadeu Bugarin DUAILIBE; Teresa Cristina de Carvalho Pereira MENDES; Rodrigo Augusto Smith FONSECA; Fabrício Drummond Vieira da SILVA; Jaciara Pinto SILVA; Terezinha de Jesus Silva OLIVEIRA; Helena de Jesus Santos SERRA



ODS Prioritário

Ação contra a mudança global do clima

Meta 13.2 e 13.3.

Setor:

Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social



ODS Secundários

ODS 7 e ODS 12

O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Tribunal de Justiça do Maranhão representa a etapa fundamental de diagnóstico do Programa Justiça Carbono Zero. Esta ação consiste no mapeamento rigoroso, quantificação e relato das emissões provenientes das atividades do Tribunal, seguindo a metodologia internacional do GHG Protocol. O documento diferencia as emissões fósseis das biogênicas, garantindo a integridade técnica dos dados coletados.

A iniciativa atende diretamente às normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especificamente a Resolução nº 594/2024, que estabelece a meta de neutralização de emissões no Poder Judiciário. O inventário funciona como uma bússola para a gestão institucional, permitindo identificar os principais focos de emissão (como consumo de energia, frota de veículos e viagens oficiais) para que medidas de redução e compensação ambiental possam ser planejadas de forma precisa.

O principal impacto do Inventário é a promoção da Justiça Climática através do exemplo institucional. Ao quantificar sua pegada de carbono, o TJMA transita de uma gestão ambiental subjetiva para uma baseada em dados reais, permitindo transparência institucional, mitigação de impactos, eficiência operacional e alinhamento internacional, demonstrando que o setor público está ativo na transição para uma economia de baixo carbono.

A elaboração do Inventário de GEE transcende a obrigação técnica e normativa; é um passo ético do Tribunal de Justiça do Maranhão em direção à sustentabilidade. Ao integrar os resultados deste diagnóstico com metas de descarbonização, o TJMA não apenas mitiga seus impactos ambientais, mas também educa seu corpo funcional e a sociedade maranhense sobre a urgência da agenda climática global.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Neutralidade de Carbono	Meta de atingir 100% de neutralidade até o ano de 2030, conforme diretrizes do CNJ	2025



Inventário de Emissões de GEE do prédio-sede do TJMA

JORNADA DA SUSTENTABILIDADE 2025: A DESCARBONIZAÇÃO COMO JUSTIÇA AMBIENTAL

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)
Ricardo Tadeu Bugarin DUAILIBE; Teresa Cristina de Carvalho Pereira MENDES; Rodrigo Augusto Smith FONSECA; Fabrício Drummond Vieira da SILVA; Jaciara Pinto SILVA; Alan Patrick Carvalho RODRIGUES; Camila Raíssa Ferreira SÁ



ODS Prioritário

Ação contra a mudança global do clima

Meta 13.2 e 13.3.

Setor:

Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social



ODS Secundários

ODS 3, ODS 7 e ODS 12

A "Jornada da Sustentabilidade 2025: A Descarbonização como Justiça Ambiental" foi uma iniciativa estratégica da Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do TJMA, realizada dia 28 de agosto de 2025. O projeto consistiu em um evento educativo presencial, com palestras e painéis voltados para magistrados, servidores e público externo, focado no desafio global da emergência climática e no papel do Judiciário na mitigação de impactos ambientais.

A ação está inserida no "Programa Justiça Carbono Zero", que visa atingir a neutralidade de carbono no Poder Judiciário brasileiro até 2030, conforme as Resoluções CNJ nº 400/2021 e nº 594/2024. Durante a jornada, foram abordados temas críticos como o uso sustentável de recursos biológicos, a substituição de insumos fósseis por biomassa e a adoção de práticas de eficiência energética, como a instalação de sistemas de energia solar e otimização da frota veicular.

O evento contou com a participação do especialista Dr. Leonardo Silva Soares, professor e vice-reitor da UFMA, reforçando a integração entre o conhecimento técnico-científico e a gestão pública. O impacto do projeto foi medido pela capacidade institucional de transformar o debate teórico em ações práticas de redução da pegada de carbono.

A jornada promoveu a conscientização sobre a transição energética e a bioeconomia como vetores de inovação e competitividade para o Judiciário. A Jornada da Sustentabilidade 2025 reafirma o compromisso do TJMA com a Agenda 2030, demonstrando que a descarbonização é um passo essencial para a garantia da justiça ambiental e do equilíbrio socioeconômico regional.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° total de participantes	200 pessoas	2025
Palestras	2	2025
Nº de árvores plantadas	3 árvores	2025



Jornada da Sustentabilidade



Participantes da Jornada

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)
Ricardo Tadeu Bugarin DUAILIBE; Teresa Cristina de Carvalho Pereira MENDES; Rodrigo Augusto Smith FONSECA; Fabrício Drummond Vieira da SILVA; Jaciara Pinto SILVA; Terezinha de Jesus Silva OLIVEIRA; Alan Patrick Carvalho RODRIGUES



ODS Prioritário

Ação contra a mudança global do clima

Meta 13.2 e 13.3.

Setor:

Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Social



ODS Secundários

ODS 7 e ODS 12

O Plano de Descarbonização do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) é um instrumento estratégico de gestão ambiental estabelecido para dar cumprimento ao Programa Justiça Carbono Zero, instituído pela Resolução CNJ nº 594/2024. A ação consiste na implementação de diretrizes para medir, reduzir e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) decorrentes das atividades judiciais e administrativas.

As frentes de atuação prioritárias incluem a redução do consumo de energia elétrica, a instalação e ampliação de sistemas de energia solar, a adoção de práticas de eficiência energética e a otimização da frota veicular institucional. Além das medidas estruturais, o plano prevê ações de educação e sensibilização, como a Jornada da Sustentabilidade 2025, que promove o debate sobre a bioeconomia e inovações tecnológicas como vetores para a transição energética e a neutralidade de carbono.

O impacto do plano reside na mitigação dos efeitos da emergência climática através da descarbonização das operações públicas, servindo como modelo de justiça ambiental. A transição para um modelo de "Carbono Zero" visa não apenas a conformidade normativa, mas a eficiência econômica através da redução de desperdícios e custos operacionais.

O Plano de Descarbonização reafirma o compromisso do TJMA com a construção de um Judiciário sustentável. Ao integrar metas de redução de emissões com o desenvolvimento regional, o Tribunal contribui para um futuro ambientalmente equilibrado e economicamente próspero.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Neutralidade de Carbono	Meta de atingir 100% de neutralidade até o ano de 2030, conforme diretrizes do CNJ	2025



Plano de Descarbonização TJMA

PROJETO FLORESTA+ AMAZÔNIA NO MARANHÃO: RESULTADOS E INCENTIVOS À AGRICULTURA FAMILIAR

Unidade de Gestão do Projeto Floresta+ Amazônia - PMU/PNUD
Geusa Fonseca DOURADO, Paulo Leonardo Santos GOUVEIA, Pedro Gomes BERNARDINO e Carlos Henrique Pires Luiz CASTELONI



ODS Prioritário

Ação contra a mudança global do clima

Meta 13.2



ODS Secundários

ODS 5 e ODS 11

Instituições parceiras:

Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – AGERP, Pacto PCI da Região de Balsas.

No estado Maranhão, a ação de “Mutirões Ambientais” tem sido realizada pelo Projeto Floresta+ Amazônia com foco na regularização do Cadastro Ambiental Rural e inscrição no edital de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, para o público da agricultura familiar, em sua Modalidade Conservação. O Projeto Floresta+ Amazônia apoia financeiramente quem protege e mantém a vegetação em pé e contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa e seus impactos sobre as mudanças climáticas, nos nove estados da Amazônia Legal. Já foram realizados 19 mutirões ambientais no Maranhão (2023-2025), impactando mais de 1200 agricultores e agricultoras familiares.

O projeto é uma iniciativa do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e recursos do Fundo Verde para o Clima (GCF).

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Nº total de Homens atendidos nos mutirões	902 homens atendidos	2023-2025
Nº total de Mulheres atendidas nos mutirões	376 mulheres atendidas	2023-2025
Nº de CAR analisado	1620 análises de CAR	2023-2025
Nº de orientações sobre regularização ambiental	1257 orientações realizadas	2023-2025
Nº de Inscrições CAR	151 inscrições de CAR	2023-2025
Nº de retificações CAR	445 retificações de CAR	2023-2025
Nº de CAR validado	170 validações de CAR	2023-2025
Nº de orientações sobre o Floresta+	1231 orientações sobre Floresta+	2023-2025
Nº de inscritos no Floresta+ nos mutirões	126 inscrições no Floresta+	2024-2025



Principais resultados do edital de PSA no MA





Registro dos atendimentos durante os mutirões







Registro dos inscritos no edital de PSA nos mutirões

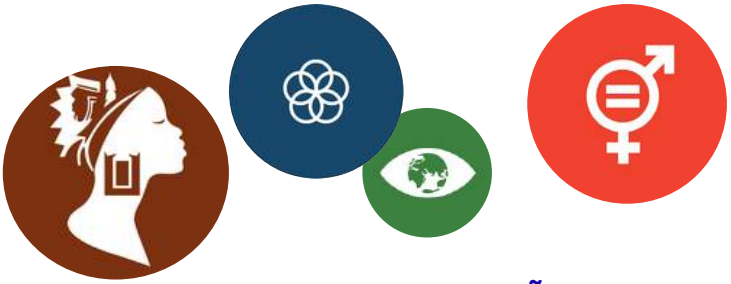
ODS 16

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



O ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes busca promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. O objetivo envolve a redução da violência, o combate à corrupção e à criminalidade, a promoção do Estado de Direito, a proteção dos direitos humanos e a ampliação da participação social. Dessa forma, contribui para fortalecer a democracia, a transparência, a cidadania e a governança.

Contribui para o ODS 1, pela redução das vulnerabilidades; para os ODS 3 e 4, ao fortalecer direitos e acesso a serviços; e para os ODS 5 e 10, ao combater discriminações e desigualdades. Articula-se aos ODS 8, 11 e 12, promovendo trabalho digno, governança urbana e responsabilidade. Também fortalece os ODS 13, 14 e 15, por meio de políticas ambientais eficazes, e é essencial ao ODS 17, ao promover transparência, cooperação, participação social e parcerias institucionais. A correlação entre os ODS 16 e 18 reforça a construção de instituições sólidas e justas, apoiadas por inovação e tecnologia, ampliando a capacidade de governança democrática e sustentável.



A CONTRIBUIÇÃO ESTRATÉGICA DA FUNDAÇÃO EGMA NA AGENDA GLOBAL DOS ODS NOS ANOS DE 2023 A 2025 – GESTÃO DA INOVAÇÃO

Fundação Escola de Governo do Maranhão (Fundação EGMA)
Leuzinete Pereira da SILVA e Pierre Batista Moraes JANUÁRIO



ODS Prioritário

Paz, justiça e instituições eficazes

Meta 16.1, 16.3, 16.5, 16.6 e 16.a

Setor:

Subgerência de Gestão do Trabalho – SUBGT
Secretaria Adjunta de Administração e Engenharia



ODS Secundários

ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 6, ODS 7, ODS 8, ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 15 e ODS 17

A Fundação Escola de Governo do Estado do Maranhão (EGMA) vem consolidando seu papel como protagonista na modernização da máquina pública por meio da Gestão da Inovação. O pilar central desta estratégia é a realização do Prêmio Inovação na Gestão Pública – "InovaGP", uma iniciativa desenhada para estimular, reconhecer e replicar soluções criativas desenvolvidas pelos próprios servidores estaduais e municipais.

O prêmio não é apenas uma honraria, mas uma ferramenta de alinhamento estratégico com a Agenda 2030 da ONU. Ao exigir que os trabalhos apresentados estejam obrigatoriamente vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Plano Plurianual (PPA 2024-2027), a EGMA garante que a inovação no Maranhão tenha um propósito claro: promover eficiência, sustentabilidade e impacto social positivo.

O InovaGP é estruturado em duas modalidades principais que atendem a diferentes estágios de maturidade das ideias, a) Práticas Inovadoras de Sucesso: Focadas em experiências que já foram implementadas e apresentam resultados comprovados e b) Iniciativas Inovadoras Implementáveis: Voltadas para projetos com alto potencial de impacto que ainda buscam sua aplicação prática.

Os resultados mais recentes demonstram um salto quantitativo e qualitativo na participação dos servidores. Entre 2024 e 2025, o número de inscrições totais saltou de 31 para 61, representando um crescimento de 97%. Além disso, a diversidade institucional também aumentou, com o envolvimento de 31 órgãos participantes em 2025 contra 21 no ano anterior.

Além de fomentar a pesquisa e inovação interna (Meta 9.5), o prêmio fortalece a parceria interinstitucional (ODS 17) ao incluir servidores municipais na competição. Essa integração permite que soluções escaláveis sejam desenvolvidas em todo o território maranhense, assegurando que a modernização administrativa não deixe ninguém para trás.

Com o InovaGP, a Fundação EGMA transforma a criatividade do servidor em política pública de Estado, provando que é possível gerir o desenvolvimento de forma intersetorial e sustentável.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Trabalhos avaliados nos seus méritos	92	2024-2025



Premiação InovaGP

CULTURA DE PAZ NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO MARANHENSE: a criação do Núcleo de Práticas Restaurativas da FUNAC como resposta inovadora ao ODS 16 da Agenda 2030

Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC)
Sorimar Sabóia AMORIM, Vanderson Viana RODRIGUES e Nikson Daniel Souza da SILVA



ODS Prioritário

Paz, justiça e instituições eficazes

Meta 16.1, 16.2, 16.3 e 16.6



ODS Secundários

ODS 8 e ODS 10

A Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), que é a entidade governamental responsável pela execução das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade no Estado do Maranhão, a qual instituiu o Núcleo de Práticas Restaurativas e Bem-Estar do Servidor por meio da Portaria nº 452/2024, visando promover a cultura de paz no sistema socioeducativo, transformando conflitos em oportunidades de diálogo, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE - Lei nº 12.594/2012).

Em 2024, a FUNAC atendeu 741 socioeducandos em cumprimento de medidas socioeducativas, com o envolvimento de 1.010 servidores, totalizando 3.420 atendimentos. Em comparação entre os últimos dois anos observou-se uma tendência de otimização operacional, com aumento nos círculos restaurativos classificados como “menos complexos” (de 67,3% em 2022 para 69,1% em 2024) e redução nos “mais complexos” (de 32,6% para 30,8%), o que indica uma diminuição progressiva de tensões laborais e violência institucional.

O Núcleo, operando sem caráter investigativo ou punitivo, e abrange atribuições como: promoção de ações de escuta e mediação de conflitos entre servidores/socioeducandos e socioeducandos/socioeducandos, facilitando os diálogos restaurativos. Ademais, 83,3% dos centros socioeducativos receberam o Selo de Práticas Restaurativas em 2024 (após uma oscilação para 75% em 2023), e 80% das equipes foram capacitadas pela Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA), promovendo a (re)integração social dos adolescentes e o bem-estar dos profissionais.

Essa ação alinha-se diretamente ao ODS 16 da Agenda 2030, contribuindo para a redução significativa da violência (Meta 16.1), o fim do abuso, exploração e violência contra crianças e adolescentes (Meta 16.2), a promoção do Estado de Direito e acesso à justiça (Meta 16.3) e o desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas (Meta 16.6), por meio de abordagens humanizadas que constroem sociedades pacíficas e inclusivas.

A iniciativa integra o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 da FUNAC, especificamente o Programa 0635 – Proteção e Promoção de Direitos dos Adolescentes em Atendimento Socioeducativo e a Ação 6050 – Execução das Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade, sob o Eixo 4 “Sociedade Saudável, Segura e Justa”.

Indicadores da Atividade

Indicador da Atividade	Valor/Base (2024)	Evolução / Comparativo	Fonte / Observação
Percentual de círculos restaurativos classificados como “menos complexos”	69,10%	Aumento de 67,3% (2022) 69,1% (2024)	ASPLAN/FUNAC 2025
Percentual de círculos restaurativos classificados como “mais complexos”	30,80%	Redução de 32,6% (2022) 30,8% (2024)	ASPLAN/FUNAC 2025
Percentual de Centros Socioeducativos premiados com o Selo de Práticas Restaurativas	83,3% dos centros	83,3% (2022) 75% (2023) 83,3% (2024)	Portarias nº 173/2022, 345/2023 e 532/2024
Percentual de equipes capacitadas em Práticas Restaurativas pela ESMA	80% das equipes capacitadas	–	ESMA - 2024



Círculo de formação inicial em práticas restaurativas



Círculo de celebração com socioeducandos e equipe técnica

IMPLANTAÇÃO DE PESQUISA DIGITAL E EM TEMPO REAL DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH)
Daniel Cunha REGO, Ramirio Costa RIBEIRO, Priscila de Lourdes Silva DIAS, Lucas Carneiro Aguiar de SOUZA, Paulo Eduardo Pacheco Cardoso RONCHI, Moises Ferreira SERRA



ODS Prioritário

Paz, justiça e instituições eficazes

Meta 16.6

Setor:

Diretoria Executiva de Planejamento, Governança e Inovação – DEPGI



ODS Secundários

ODS 3

A Pesquisa de Satisfação dos Usuários é um instrumento de mensuração e análise da percepção dos cidadãos quanto à qualidade dos serviços de saúde prestados nas unidades administradas pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH. Os dados levantados por meio dessa pesquisa subsidiam a elaboração de ações estratégicas, voltadas à melhoria contínua da qualidade assistencial.

O desenvolvimento de mecanismos de mensuração da satisfação dos usuários de serviços públicos é essencial para a meta 16.6, já que compõe o indicador 16.6.2, que mede a "proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos" (IBGE, 2025).

A importância da ação deriva do fato de não haver ainda dados consolidados a nível nacional do indicador (IBGE, 2025), o que reforça a responsabilidade das instituições na construção colaborativa das bases.

Em alinhamento ao Planejamento Estratégico 2023–2027 (EMSERH, 2023) foi implementado, em 2023, um modelo inovador de pesquisa com metodologia fundamentada nas cinco dimensões da qualidade: confiabilidade, responsividade, segurança, empatia e tangíveis (Parasuraman et. al., 1988).

O modelo também promoveu a modernização do processo de coleta de dados por meio de um sistema digital baseado em QR Code, com informações enviadas de maneira automática para o banco de dados da EMSERH e disponibilizadas continuamente via dashboard aos gestores de saúde.

A implantação das pesquisas compreende ainda um processo de sensibilização dos colaboradores de cada unidade, mapeamento de pontos de contato com usuários para a fixação dos banners e mobilização para estimular a participação do público.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Percentual de unidades elegíveis com pesquisa de satisfação implantada	91%	2025 (exceto dez.)
Nº de respostas à pesquisa de satisfação em todas as unidades	247.918 respostas	2023-2025 (exceto dez.)
Índice de Satisfação Geral (UPAs e Policlínicas)	88,97%	2025 (exceto dez.)



Pesquisa de Satisfação nos Hemonúcleos de Santa Inês e Bacabal



Dashboard com Mapa do índice de Satisfação por Localidade

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – OP

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN)
Roberto Santos MATOS, Patrícia Reis FRANÇA, Brenda Hellen BERGMANN, Daniela Duailibe Barros RÊGO



ODS Prioritário

Paz, justiça e instituições eficazes

Meta 16.6 e 16.7



ODS Secundários

ODS 17

Setor e Instituição parceira:

Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento e Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP

O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo consolidado de democracia participativa que garante à população contribuir efetivamente sobre as decisões relacionadas à alocação dos recursos públicos estaduais. Trata-se de um instrumento que estabelece uma ponte entre as demandas da sociedade civil e o planejamento governamental de médio prazo. Seu objetivo central é identificar as prioridades e propostas da população para obras, ações, serviços e políticas públicas a serem consideradas na elaboração do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício seguinte.

Implementado desde 2015, o Orçamento Participativo se consolidou por meio da realização de audiências anuais. Mesmo durante o período da pandemia, manteve sua execução ao adotar o formato remoto, retornando às atividades presenciais em 2022.

O Plano Plurianual 2024-2027 apresentou como inovação o alinhamento de ações e programas do Estado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Essa metodologia garante que o investimento público tenha uma contribuição estratégica para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades, alinhada a um pacto global. Neste cenário, como ação inserida na programação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), o OP está vinculado ao ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

O OP se concretiza por meio de Audiências Públicas realizadas nas 32 Regiões de Planejamento do Maranhão, que abrangem os 217 municípios, convertendo as prioridades da população em ações governamentais efetivas. O processo de escuta territorializada do OP, nos anos de 2024 e 2025, contou com a participação de mais de 20.000 pessoas na etapa de votação popular realizada pela Plataforma Participa MA, o que possibilitou a inclusão de 64 propostas como prioridades nas respectivas Leis Orçamentárias. A participação popular integrada ao processo de elaboração do orçamento fortalece a execução de ações de elevado impacto social, contribuindo diretamente para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Maranhão.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° total de participação nas audiências Públicas presenciais	12.207 pessoas	2024-2025
N° total de participação na plataforma	21.517 votos	2024-2025
N° de audiências realizadas	64 audiências	2024-2025
Nº de Propostas Eleitas	64 propostas	2024-2025



Audiência Pública - OP

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEPLAN

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN)
Mayarha do Nascimento SECUNDINO, Anne Karoline Moraes DE MATOS, Luiza da Silva NAKAMURA, e Marília Valporto FERNANDES

ODS Prioritário

Paz, justiça e instituições eficazes

Meta 16.6

Setor:

Assessoria de Gestão Estratégica - SEPLAN

ODS Secundários

ODS 9 e ODS 17

A iniciativa de Planejamento Estratégico é fruto do diagnóstico da necessidade de implementação de uma gestão orientada para resultados na Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). O processo de elaboração do Planejamento promoveu por cerca de oito meses ao longo do ano de 2024, a introdução de ferramentas de gestão de projetos e o fortalecimento da cultura de gestão por resultados no órgão, por meio de levantamentos documentais e oficinas realizadas com os servidores.

O diagnóstico identificou desafios significativos que limitam a consolidação de uma gestão estratégica madura e orientada para resultados, como a ausência de um modelo robusto de avaliação de desempenho institucional; a baixa cultura de monitoramento contínuo; fragilidades na gestão de projetos e processos; a fragmentação dos sistemas de informação e lacunas na formação dos servidores em ferramentas de gestão.

Nesse sentido, foram elaborados Planos de Ação em conjunto com os setores da SEPLAN, com o objetivo de elevar a efetividade da atuação da Secretaria e promover melhorias concretas nos indicadores institucionais, reforçando o compromisso com a construção de uma gestão pública alinhada aos princípios da eficácia, responsabilidade e transparência preconizados pelo ODS 16.

Os 32 Planos de Ação foram desdobrados em 308 subações, gerando 308 evidências a serem monitoradas ao longo do ano de 2025. De acordo com dados divulgados na Primeira Reunião de Avaliação da Estratégia, até outubro deste ano, 94 subações haviam sido realizadas, 112 não haviam sido iniciadas, 86 estavam atrasadas e 16 estavam em andamento. Como resultados alcançados por meio das ações estratégicas, é possível citar casos de sucesso como a Secretaria Adjunta de Contabilidade (SAC) que alcançou posição B no ranking de Qualidade da Informação Contábil; a Secretaria Adjunta do Tesouro e Dívida (SATED) que evoluiu de C para A a nota referente à Capag (Capacidade de Pagamento) divulgada pelo Tesouro Nacional; e o alcance da meta de acompanhamento de todos os 19 projetos prioritários do Plano Maranhão 2050 previstos para ano de 2025 por parte da Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento (SPLAN).

Diante o exposto, conclui-se que os achados dialogam diretamente com os ODS 9, 16 e 17 que versam, entre outros temas, sobre inovação, eficácia institucional e consolidação de parcerias. O progresso na superação das fragilidades mapeadas representa o compromisso institucional da SEPLAN com a valorização de uma gestão robusta e orientada para resultados.



Primeira Reunião de Avaliação da Estratégia

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN)
Roberto Santos MATOS, Patrícia Reis FRANÇA, Thais Kely Nascimento CAJADO



ODS Prioritário

Paz, justiça e instituições eficazes

Meta 16.6 e 16.7

Setor:

Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento



ODS Secundários

ODS 9 e ODS 17

Instituição parceira:

Associação Comercial do Maranhão (ACM), Associação dos Jovens Empresários do Maranhão (AJE), Associação Maranhense de Distribuidores e Atacadistas (AMDA), Companhia Maranhense de Gás (GASMAR), Conselho Regional de Economia (CORECON/MA 15° Região), Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Fundação Escola de Governo (Fundação EGMA), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (FAEMA), Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (FECOMÉRCIO), Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA), Frente Parlamentar de Combate à Pobreza, Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Maranhão Parcerias (MAPA), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEINC), Secretaria de Estado de Monitoramento das Ações Governamentais (SEMAG), Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), Secretaria Geral da Governadoria do Estado (SEG), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Maranhão (SEBRAE), Sindicato dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Maranhão e Pará (SINDICANÁLCOOL), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O Plano Maranhão 2050 é a primeira estratégia de desenvolvimento de longo prazo do Estado, criada para orientar políticas públicas e investimentos até 2050, com foco em sustentabilidade, redução das desigualdades e fortalecimento da governança pública.

O processo de formulação do Plano Maranhão 2050 teve início em 2022, com a criação de uma estrutura de governança composta pela Comissão Maranhão 2050, instância responsável por acompanhar e validar metodologias, resultados intermediários e diretrizes estratégicas. Entre 2022 e 2023, foram desenvolvidos diagnósticos, mapeamento de indicadores, definição da visão de futuro e construção de documentos orientadores, marcando a base técnica do plano. Nesse período inicial, a ação se destacou pela mobilização contínua de órgãos públicos, especialistas, academia e sociedade civil, garantindo uma construção participativa e institucionalmente sólida.

A partir de 2023, avançou-se para a escolha dos projetos prioritários, definição das agendas estratégicas e integração do Maranhão 2050 ao PPA 2024–2027, garantindo que as diretrizes de longo prazo fossem incorporadas ao planejamento governamental. Em 2024 e 2025, o foco passou a ser a implementação e o acompanhamento dos 19 projetos prioritários, bem como o monitoramento de 22 indicadores estratégicos, consolidando um sistema de gestão baseado em evidências. Nesse período, foram realizadas reuniões periódicas da Comissão para avaliar avanços, ajustar estratégias e reforçar a integração com secretarias setoriais.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
N° reuniões realizadas	21 reuniões	2024-2025
N° de projetos prioritários acompanhados	19 projetos	2024-2025
N° de indicadores monitorados	22 indicadores	2024-2025

O Plano Maranhão 2050 se consolida como a principal estratégia estadual de desenvolvimento de longo prazo, oferecendo visão, metas, projetos e instrumentos de monitoramento capazes de orientar políticas públicas e investimentos ao longo das próximas décadas. Sua construção contínua entre 2022 e 2025 evidencia o compromisso do Estado com planejamento estruturado, governança qualificada e desenvolvimento sustentável.



Lançamento do Plano Maranhão 2050

PLATAFORMA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MARANHÃO

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) Marlana Portilho Rodrigues SANTOS, Iago Freitas de SOUSA, Herbet Silva MACHADO, Maysa Thaís Póvoas de ALBUQUERQUE, Sanndy Dayse Fonseca RIBEIRO e Filipe Benjamim Maciel MACÊDO



ODS Prioritário

Paz, justiça e instituições eficazes

Meta 16.6

Setor:

Departamento de Estudos Sociais, Supervisão de Informática e Coordenadoria de Informação e Documentação.



ODS Secundários

ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 6, ODS 7, ODS 8, ODS 9 , ODS 10, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 15, ODS 16 E ODS 17.

A Plataforma dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão foi construída pelo IMESC ao longo de 2022. Foi resultado das atividades do IMESC na Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CEODS), em que é um de seus integrantes, conforme Decreto Estadual nº 33.115, de 14 de julho de 2017.

A Plataforma foi lançada oficialmente em 07 de dezembro de 2022, durante a Semana Estadual de Direitos Humanos, estando hospedada no site do Maranhão 2030.

A Plataforma ODS Maranhão apresenta as metas estadualizadas para o Maranhão e disponibiliza 182 indicadores com abrangência nacional, estadual e municipal maranhense. Para a estadualização das metas, levou-se em consideração:

- O trabalho original do Programa das Nações Unidas, a denominada “A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, com as respectivas metas e indicadores globais;

- A publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018), denominada ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que propõe a adequação de metas para o âmbito nacional e subsidia a elaboração e monitoramento de indicadores.

As metas estadualizadas para o Maranhão contemplaram as metas do PNUD ou do IPEA, com ou sem adaptações, e também, novas metas foram elaboradas pelo próprio IMESC, que considerou os aspectos socioeconômicos, territoriais e ambientais do estado. Por sua vez, os indicadores selecionados para o acompanhamento do alcance ODS no estado foram vinculados às respectivas metas.

Portanto, o Maranhão se destaca no cenário nacional, tendo em vista que poucos estados brasileiros possuem uma plataforma de monitoramento das metas ODS. Além disso, a plataforma permite acompanhar os indicadores através de mapas e da evolução histórica em tabelas.

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Quantidade de indicadores	182	2022-2025
Quantidade de metas estadualizadas	169	2022



Plataforma ODS MA

PROFISSIONALIZAÇÃO COMO GARANTIA DE DIREITOS E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO MARANHÃO NA PERSPECTIVA DO ODS 16

Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC)
Sorimar Sabóia AMORIM, Vanderson Viana RODRIGUES e Nikson Daniel Souza da SILVA.



ODS Prioritário
Paz, justiça e instituições eficazes

Meta 16.1; 16.2; 16.3 e 16.6



ODS Secundários

ODS 8 e ODS 10

A Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), implementa desde 2019 Projetos de Profissionalização com Oficinas Permanentes, visando garantir o direito à formação profissional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE - Lei nº 12.594/2012).

As oficinas escola, instaladas nos centros socioeducativos de São José de Ribamar (Padaria, Horticultura, Aviário e Piscicultura), São Cristóvão (Barbearia), Sítio Nova Vida (Alfaiataria e Hidráulica), Canaã (Barbearia) e Florescer (Salão de Beleza), oferecem cursos de capacitação em áreas como alimentação, vestuário, saúde e bem-estar.

Os cursos são certificados via convênio com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) (Convênio nº 01/2019), incorporando módulos de gestão, empreendedorismo e boas práticas de higiene, com duração média de 3 meses.

Parcerias com Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) facilitam estágios e inserção no Programa Jovem Aprendiz (Lei nº 10.097/2000), promovendo a (re)integração social e a (res)significação de projetos de vida desvinculados de atos infracionais.

Nos últimos cinco anos já foram certificados mais de 3.853 adolescentes e jovens, nos cursos em cooperação com o IEMA, o que corresponde a 81.89% dos 4.706 atendidos neste período. Essa iniciativa é de suma importância para a promoção da formação profissional, e da garantia da dignidade da pessoa humana ao público juvenil.

As ações articulam-se diretamente com o ODS 16, promovendo sociedades pacíficas, inclusivas e instituições responsáveis, ao reduzir vulnerabilidades sociais e fomentar a cultura de paz nos centros socioeducativos e minimizando violências institucionais por meio de diálogos e engajamento cooperativo. As oficinas contribuem para o ODS 4 (educação de qualidade, via EJA e FICs), ODS 8 (trabalho decente, com foco em habilidades para o mercado) e ODS 10 (redução de desigualdades, priorizando jovens pretos/pardos - 80,7% dos atendidos - e faixas etárias de 13-17 anos 54,38%).

Indicadores da Atividade

Indicador	Resultados	Referência
Total de adolescentes e jovens certificados (2020-2024)	3.853	Representa 81,89% dos 4.706 atendidos no período
Distribuição anual de certificações	318 (2022); 1.115 (2023); 626 (2024)	Total de certificações via convênio FUNAC e IEMA
Produção anual das oficinas (2023)	133.796 produtos	Exemplos: pães (7.600/mês), hortaliças, aves e peixes
Atendimentos totais (2024)	3.420	Ao público feminino (30) e público masculino (711)
Oficinas instaladas	10	Anos de implantação variando de 2019 a 2024
Redução de conflitos internos	Maior harmonia interpessoal	Fortalecimento da cultura de paz



Produto da Padaria Escola



Oficina de Piscicultura

PLANO MARANHÃO 2050



MARANHÃO 2050

PLANO MARANHÃO 2050



O Plano Estratégico de Longo Prazo Maranhão 2050 representa uma importante inovação no modelo de gestão pública estadual ao instituir uma perspectiva de planejamento de Estado orientada para o longo prazo, capaz de ultrapassar os ciclos político-administrativos dos governos e estabelecer uma visão estratégica continuada para o desenvolvimento do Maranhão. Seu propósito é orientar esforços públicos e privados para a construção de um estado mais sustentável, dinâmico e justo, articulando governo, sociedade, setor produtivo e academia na definição de estratégias e projetos voltados à redução das desigualdades sociais e regionais e à promoção do desenvolvimento socioeconômico.

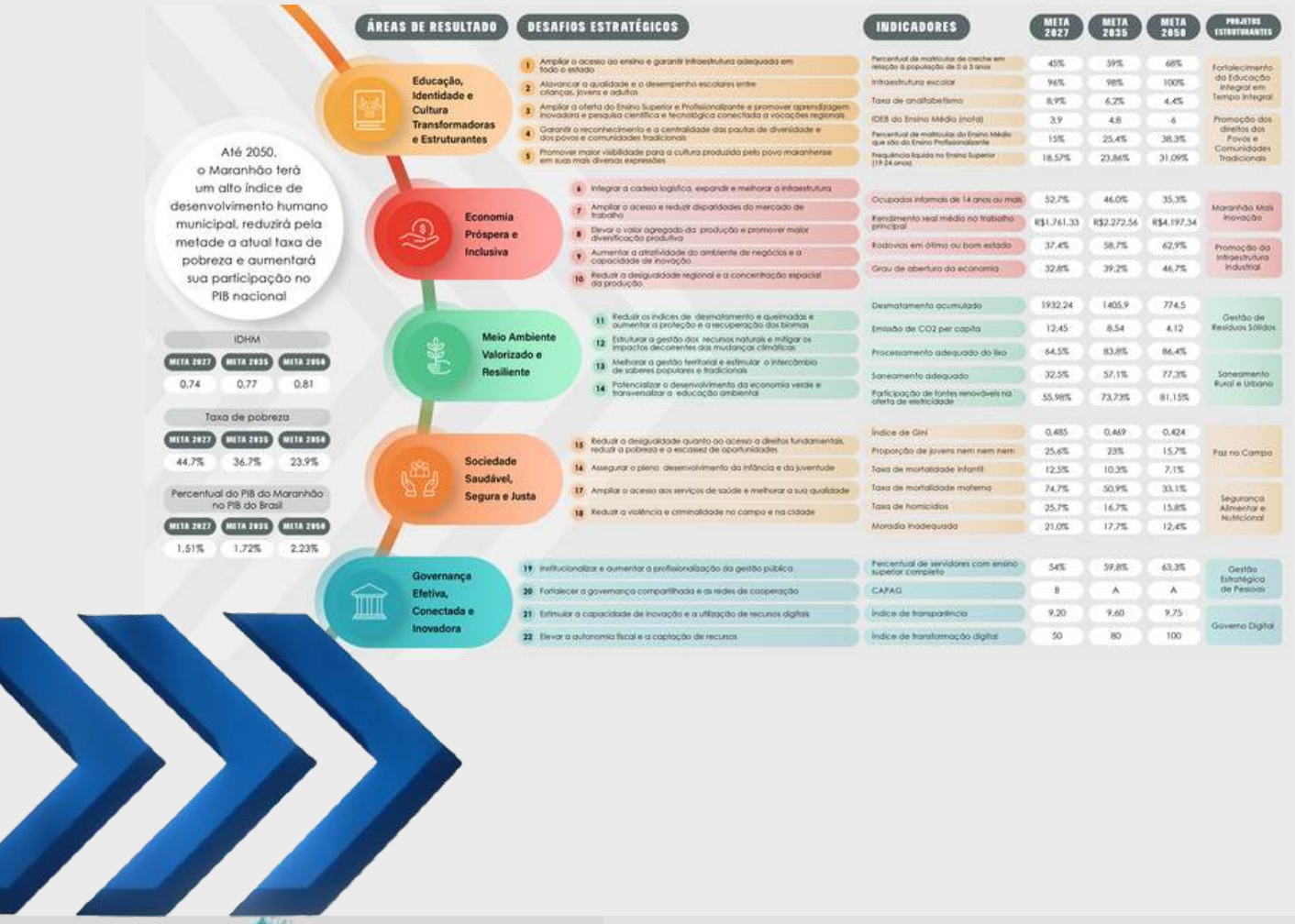
Governo, sociedade, setor produtivo e academia

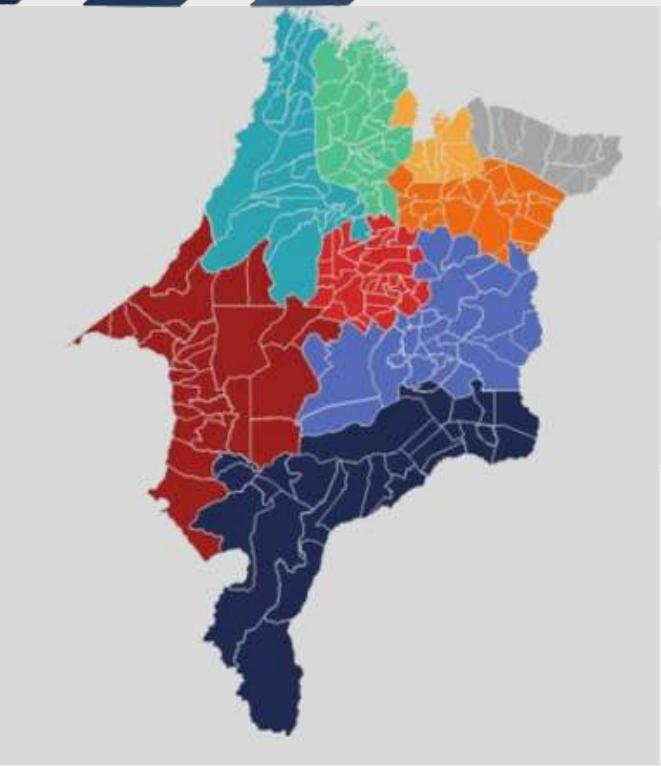
O Plano Maranhão 2050 introduz uma perspectiva prospectiva na gestão pública, na medida em que o planejamento deixa de se concentrar apenas na resposta às demandas imediatas e passa a incorporar a antecipação de tendências, riscos, oportunidades e incertezas. O Plano analisa diferentes possibilidades de futuro e constrói cenários alternativos até 2050, considerando, entre outros fatores, a dinâmica econômica e a força das políticas ambientais, sociais e inclusivas. Dessa forma, a prospectiva torna-se instrumento para qualificar a tomada de decisão no presente, preparando o Estado para diferentes contextos futuros e ampliando sua capacidade de adaptação.

Outro elemento inovador está na adoção de uma gestão orientada para resultados e baseada em evidências, articulando visão de futuro, desafios estratégicos, diretrizes, indicadores e metas. O Maranhão 2050 transforma aspirações de desenvolvimento em compromissos mensuráveis, estabelecendo metas intermediárias para 2027 e 2035 e metas de longo prazo para 2050. Entre as metas mobilizadoras estão a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, a redução pela metade da taxa de pobreza e o aumento da participação do Maranhão no PIB nacional.

A inovação também se expressa na própria concepção de governança pública proposta pelo Plano. A área denominada “Governança efetiva, conectada e inovadora” propõe uma administração pública estruturada, inovadora, profissional, eficiente e cooperativa, com alocação estratégica dos recursos, monitoramento da efetividade das políticas, avaliação de impactos e utilização de evidências para melhorar a qualidade do gasto público. Ao mesmo tempo, fortalece a colaboração intra e intergovernamental, a participação social e a formação de redes, buscando ampliar a geração de valor público. O Plano prevê, ainda, a institucionalização do monitoramento e da avaliação das políticas públicas, a profissionalização dos quadros do Estado, a governança compartilhada, a ampliação da transparência e da participação social, bem como o uso da inovação, da experimentação e da transformação digital para aperfeiçoar os serviços públicos.

Mapa geral do Plano Maranhão 2050





Regiões Plano Maranhão 2050

- Baixada e Reentrâncias Maranhenses
- Centro Maranhense
- Grande São Luís
- Itapecuru/Munim
- Lençóis Maranhenses
- Meridional Maranhense
- Médio Parnaíba
- Noroeste Maranhense
- Sudoeste Maranhense

Fonte: Elaboração Macroplan Consultoria & Analytics, 2023.

https://maranhao2050.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/09/RESUMO-EXECUTIVO.pdf

Ativos e vantagens do estado do MA



Fonte: Elaboração Macroplan Consultoria & Analytics, 2023.

OBS : A numeração é aleatória, não representando nenhuma ordem de importância.

Passivos e fragilidades do estado do MA



Fonte: Elaboração Macroplan Consultoria & Analytics, 2023.

OBS : A numeração é aleatória, não representando nenhuma ordem de importância.

https://maranhao2050.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/09/RESUMO-EXECUTIVO.pdf

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, o Maranhão 2050 aproxima-se diretamente dos princípios que orientam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, ainda que seu horizonte temporal seja mais amplo. Suas cinco áreas de resultados: Educação, identidade e cultura transformadoras e estruturantes; Economia próspera e inclusiva; Meio ambiente valorizado e resiliente; Sociedade saudável, segura e justa; e Governança efetiva, conectada e inovadora, são concebidas de maneira interconectada, reconhecendo que os avanços em uma dimensão repercutem sobre as demais. Essa abordagem integrada dialoga com a própria natureza indivisível dos ODS, ao relacionar desenvolvimento econômico, redução das desigualdades, educação, saúde, proteção ambiental, inclusão social, instituições eficazes e cooperação.

Nesse sentido, o Plano constitui um importante instrumento para territorializar os compromissos globais da Agenda 2030 no contexto maranhense, traduzindo grandes desafios do desenvolvimento sustentável em estratégias, indicadores, metas e projetos adequados às características sociais, econômicas, culturais e ambientais do Estado. Ao mesmo tempo, permite que o cumprimento dos ODS seja compreendido não como um conjunto de ações isoladas, mas como parte de uma estratégia integrada de desenvolvimento. A preocupação com metas ambientais é evidenciada, por exemplo, pelo estabelecimento de objetivos quantitativos para redução das emissões de CO_2, com metas intermediárias e projeção de redução significativa até 2050.

A continuidade dessa estratégia é sustentada por um modelo de governança baseado em capacidade de resposta, integração e articulação multi-institucional, participação social e transparência, princípios que favorecem tanto a implementação quanto o acompanhamento dos resultados alcançados. Dessa forma, o Maranhão 2050 contribui para substituir uma lógica predominantemente setorial e de curto prazo por uma gestão pública prospectiva, integrada, participativa, orientada por evidências e comprometida com resultados de longo prazo.

PLANO MARANHÃO 2050

Assim, sua relevância para o desenvolvimento estadual reside não apenas nas metas que estabelece, mas na mudança de paradigma que propõe para a própria administração pública: planejar o presente a partir do futuro que se pretende construir. Ao articular planejamento de longo prazo, inovação institucional, sustentabilidade, participação social, monitoramento de indicadores e integração entre políticas públicas, o Maranhão 2050 oferece uma referência estratégica para que o Estado avance no cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS e, simultaneamente, construa uma trajetória própria de desenvolvimento sustentável para além de 2030, orientada para o horizonte de 2050.



Lançamento do Plano Maranhão 2050

1ª Conferencia Estadual ODS Maranhão



GT ODS MA
Organização

UEMA
Coordenação do evento

CNODS
Promoção

1ª Conferência Estadual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão

Síntese de Dados e Propostas de Políticas Públicas

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio da Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/UEMA), e o GT ODS MA, realizaram, nos dias 22 e 23 de abril de 2026, a 1ª Conferência Estadual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Maranhão, convocada pelo Edital nº 71/2026-GR/UEMA. O evento integrou-se à 1ª Conferência Nacional dos ODS, reafirmando o compromisso da instituição com a promoção e fortalecimento da agenda global de desenvolvimento sustentável.

A etapa maranhense foi realizada em formato virtual, em parceria com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA), e evidenciou expressiva capacidade de mobilização e articulação interinstitucional. Ao todo, registraram-se 300 pessoas inscritas, com representatividade territorial de 36 municípios maranhenses, além da participação de observadores de outros quatro estados, reforçando o alcance e a relevância do debate.

Os trabalhos foram organizados em seis eixos temáticos estruturantes, alinhados aos desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável no território maranhense:

- Eixo 1: Democracia e instituições fortes
- Eixo 2: Sustentabilidade ambiental
- Eixo 3: Promoção da inclusão social e combate às desigualdades
- Eixo 4: Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável
- Eixo 5: Governança participativa
- Eixo 6: Colaboração multissetorial e financiamento da Agenda 2030

Ao final, foram sistematizadas 20 propostas estaduais, submetidas à deliberação na plenária, com 6 propostas aprovadas para encaminhamento à etapa nacional, consolidando o caráter participativo, democrático e orientado a resultados da Conferência.

A organização foi conduzida por Comissão Organizadora paritária e diversa, instituída pela Portaria n.º 292/2026-GR/UEMA, presidida pela Prof.ª Ariadne Rocha (ODS/UEMA), reunindo representantes do poder público, do sistema de justiça, de movimentos sociais e de comunidades tradicionais, assegurando pluralidade e legitimidade ao processo conferencial.

Composição da **Comissão Organizadora** do evento
(Instituída pela Portaria n.º 292/2026-GR/UEMA)

Nome Completo	Representação	Organização/ Órgão
Ariadne Rocha (Presidente)	Poder Público	Universidade Estadual do Maranhão (Uema)
Elivânia Estrela Aires (Vice-Presidente)	Sociedade Civil	Fundação Justiça e Paz se Abraçarão (FJPA)
Maria Eliana Alves Lima (Coordenação Geral)	Poder Público	Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (Seduc)
Gardênia Mota Ayres (Coordenação Adjunta)	Sociedade Civil	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)
Pierre Batista Moraes Januário (Membro)	Poder Público	Fundação Escola de Governo do Maranhão (Egma)
Raimundo Alves Da Silva (Membro)	Sociedade Civil	Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama)
Fabrício Drummond Vieira Da Silva (Membro)	Poder Público	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)
Lucas De Andrade Veloso (Membro)	Sociedade Civil	Movimento Nacional ODS Maranhão
Ronald Henrique Gomes Chaves (Membro)	Sociedade Civil	Fórum Maranhense de Meio Ambiente e Emergência Climática (Fomaec)

Painelistas e mediadores por eixo temático na etapa estadual

Tema	Painelista	Mediador(a)
1- Democracia e instituições fortes	João Paulo Tobias Teixeira de Souza Cordeiro Diretor Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Mestre em Administração e Contabilidade pela Fucape Business School – FUCAPE.	Soraia Raquel Alves da Silva Coordenadora do Comitê Maranhão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Doutoranda em Educação (UFMA), Mestre em Educação e Graduada em Pedagogia.
2- Sustentabilidade ambiental	Georgiana Eurides de Carvalho Marques Dra. em Biodiversidade e Biotecnologia. Coordenadora do NEA – IFMA. Membro da RAMA.	Ariadne Enes Rocha Engenheira Agrônoma (UEMA), com Mestrado em Agroecossistemas (UFSC) e Doutorado em Agronomia (UFPB). Assessora-Chefe da Assessoria ODS - Uema.
3- Promoção da inclusão social e o combate às desigualdades	Gilberto Assunção Costa Júnior Psicólogo do Tribunal Judicial do Maranhão. Professor e Pesquisador em Saúde Coletiva. Mestre em Gestão de Programas e Serviços de Saúde.	Sandra Sena PNUD. Coordenadora de Mobilização da Conferência Nacional ODS da CNODS. Pós Graduada em Psicologia Organizacional. Esp. em Cultura Afro Brasileira.
4- Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável	Thaiane Coelho dos Santos Doutoranda em Biotecnologia. Assessora de Inovação em Saúde no Hub de Inovação em Saúde do SESI Maranhão.	Pierre Januário Me. em Gestão Empresarial. Chefe da Assessoria de Inovação e Sustentabilidade da Fundação EGMA.
5- Governança participativa	Jorge Antônio Sales Leite Juiz titular da 2ª Vara Cível, Comarca de Caxias/TJMA, e integrante do Grupo do Meio Ambiente do TJMA no CNJ. Esp. em Justiça Restaurativa – PUC / MG.	Áurea Regina Machado Pedagoga, mestre e especialista em Educação na Assessoria Especial do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Representante SEDUC na CIEA/MA.
6- Colaboração multisetorial e financiamento da Agenda 2030	Aline Sousa Doutoranda e Mestre em Filosofia do Direito pela Universidade de Coimbra. Esp. em Direito Ambiental, PUC-Minas. Coordenadora de ESG na empresa Virtú Ambiental.	Ariana Pimentel Mestre em Contabilidade e Administração pela FUCAPE Business School. Gerente da Incubadora UEMA - Marandu (Agência de Inovação e Empreendedorismo).

Delegados eleitos da **Sociedade Civil** na Conferencia Estadual ODS MA para representarem o estado na Conferência Nacional ODS, Brasília-DF, 2026.

Nome completo	Organização/Instituição da Sociedade Civil
Ariosto Carvalho de Oliveira	Instituto Movimentação para o Desenvolvimento Social - IMDS
Celso Isidoro Araujo Pacheco	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
Elias Pinheiro dos Santos	Org Departamento de Futebol Sport Sat
Francisco Jonh Medeiros Santos	Associação cultural e Assistencial Brilho da Noite
Francisco dos Santos Borges	Instituto Limpa Brasil/Limpa Brasil Maranhão
Ilton Carlos Saraiva Pacheco	Associação dos Trabalhadores Rurais do Povoado Pelonea e Pescadores do Povoado Pelonea
Lucas de Andrade Veloso	Movimento Nacional ODS Maranhão
Luciene Ramos Boeira Teixeira	Movimento ODS Maranhão e FUNBRAESP
Maxuel Rodrigues Pinto	Associação Rede Buriti do Bom Gosto
Raimundo Alves da Silva	Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA)

...continuação

Nome completo	Organização/Instituição da Sociedade Civil
Raimundo Nonato Moraes Andrade	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pindaré - CBH
Ronald Henrique Gomes Chaves	Fórum Maranhense de Meio Ambiente E Emergência Climática (FOMAEC)
Silvia Cristina Viana Silva Lima	Associação Brasileira de Enfermagem do Maranhão (ABEN/MA)
Wilmington Michael Lopes	Centro de Integração Sociocultural Aprendiz do Futuro (CISAF)

Delegados eleitos do **Poder Público** na Conferencia Estadual ODS MA para representarem o estado na Conferência Nacional ODS, Brasília-DF, 2026.

Nome Completo	Organização/órgão do Poder Público
Ariadne Enes Rocha	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Arllan Silva Matos	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – (IFMA/ Santa Inês)
Dimas dos Reis Ribeiro	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Ladyanne Pinheiro Asevedo	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF)
Liene Soares Pereira	Agência Executiva Metropolitana - Conselho Participativo Metropolitano
Núbia Cassia de Oliveira Silva	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA)
Pierre Batista Moraes Januário	Escola de Governo do Maranhão (EGMA)
Wilma Maria Martins Pereira	Secretaria de Igualdade Racial (SEIR)

300
INSCRITOS

56,3%
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

71
organizações da sociedade civil

INSTITUIÇÕES
51
do poder público

MULHERES
193

66
Delegados inscritos

6
Propostas para a etapa nacional

20
Propostas para a etapa estadual

https://ods.uema.br/conferencia-estadual-ods-ma/

Democracia e instituições fortes

Mais votada para etapa nacional

1 – Fortalecer e criar mecanismos de formação, de canais de engajamento da população, principalmente a mais vulnerável socialmente, nos diferentes níveis administrativos (estadual, municipal e federal), de forma garantir efetiva participação da sociedade na elaboração das políticas públicas e no fortalecimento de tomada de decisões de forma inclusiva e participativa.

2 – Fortalecer as condições (técnicas e orçamentárias) de funcionamento de Conselhos e Fóruns Permanentes de Gestão Participativa em cada secretaria ou órgão executor de políticas públicas (nas instâncias de governança municipal, estadual e federal), garantindo a atuação da sociedade civil na deliberação e na definição do desenho das metas das políticas.

3 – Fortalecer e criar mecanismos de transparência com força de lei atualizada, utilizando, inclusive, as novas tecnologias, para democratizar a publicidade dos dados dos órgãos públicos, de forma regular e formato aberto, garantindo o processo de fiscalização e combate à desinformação.

4 - Apoiar a atuação de organizações da sociedade civil, o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e formação política, para o fortalecimento da cidadania e da democracia no país.



Sustentabilidade ambiental

Mais votada para etapa nacional

1 - Criar legislação que proíba a pulverização aérea de agrotóxicos por meio de avião, drone e helicóptero criando programas de apoio técnico, educacional e financeiro para povos e comunidades tradicionais que adotem práticas agroecológicas.

2 – Inserir propostas de natureza didático-pedagógicas nas diretrizes curriculares federal, estadual e municipal, bem como elaborar estratégias de processos formativos e de divulgação plena sobre os impactos dos agrotóxicos ao meio ambiente e na saúde única, que articulem as dimensões socioambientais, econômicas, culturais e institucionais, aplicados ao ensino formal e não formal.

3 – Fortalecer a fiscalização dos impactos dos agrotóxicos ampliando o monitoramento ambiental e de saúde, integrando órgãos estaduais e federais, e garantindo a participação social nas decisões, por meio da criação e estruturação de observatórios, fóruns,
conselhos, conferências e ouvidorias.

4 – Criar o Plano e o Fundo Estadual de Produção Orgânica e Agroecológica para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis viabilizando acesso ao crédito, desenvolvimento de pesquisa-extensão-inovação, fortalecimento de mercados institucionais e participação social, usando como referência a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão - PEAPOMA e o Comitê Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - CEAPO.



Promoção da inclusão social e o combate às desigualdades

1 - Implantar unidades móveis de Restaurantes Populares (ônibus/caminhões) para ampliar cobertura em áreas vulneráveis, garantindo acesso contínuo à alimentação adequada, reduzindo insegurança alimentar e mitigando pobreza extrema, com gestão integrada e monitoramento de impacto social.

2 - Instituir Conselhos ODS (nacional, estaduais e municipais), de caráter deliberativo e consultivo, para integrar e transversalizar políticas públicas, promovendo articulação interconselhos, governança participativa e fortalecimento institucional na implementação dos ODS.

Mais votada para etapa nacional

3 - Desenvolver plataforma digital para Rede de Políticas Sociais, transversalizadas ao Cad Único e SUS, integradas ao Trabalho, Educação, Agricultura, Direitos Humanos e demais Políticas Públicas para o Público Prioritário.

4 - Instituir política nacional intersetorial para prevenir, fiscalizar e responsabilizar o trabalho análogo à escravidão, assegurando inclusão socioprodutiva das vítimas. Garantir financiamento contínuo e execução integrada entre União, estados e municípios, com base em dados e monitoramento, promovendo inclusão social, equidade e redução das desigualdades estruturais



Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável

Indicada para etapa nacional

1 – Construir ecossistema integrado de inovação contemplando
incorporar inovação aos currículos de todos os níveis de ensino, gerando cultura de inovação;
democratizar acesso à tecnologia com inclusão digital sustentável, priorizando comunidades vulneráveis; e
fomentar iniciativas locais via editais públicos, em parceria com os setores público, privado e não governamental — gerando pessoas preparados para desenvolver soluções alinhadas aos ODS.



Governança participativa

Mais votada para etapa nacional

1 – Instituir modelo de governança dos ODS, com criação de Comitê/Conselho ODS-Clima de caráter deliberativo, paritário e intersetorial, com participação de governo e sociedade civil, por meio de controle social, participação técnica qualificada e transparência ativa, para assegurar protagonismo de povos e comunidades tradicionais, enfrentamento ao racismo ambiental e corresponsabilidade na implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

2 – Fortalecer parcerias multissetoriais por meio de consórcios entre governos, sociedade civil e setor privado, articulados a sistema integrado de participação social com uso de ferramentas digitais e presenciais e instituir, nas regiões metropolitanas, governança participativa para gestão das FPICs, alinhada à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Agenda 2030, garantindo transparência, integração territorial, monitoramento e decisões colaborativas.

3 – Implementar modelos de governança multinível em rede territorial integrada, participativa e multissetorial para os ODS 11, 16 e 17, em nível local e regional, com espaços permanentes de participação social, integrando políticas às metas dos ODS, com indicadores definidos de forma compartilhada, assegurando transparência, controle social, equidade, inclusão, descentralização, coordenação interinstitucional e responsabilidade compartilhada orientada a resultados.

4 – Implementar modelo de governança participativa e multissetorial dos ODS, como fóruns territoriais deliberativos, com espaços permanentes de decisão, integrando saberes de comunidades tradicionais no monitoramento, fortalecer participação digital e governo aberto, e garantir interoperabilidade de dados, estabelecendo indicadores territorializados, com avaliação contínua por meio de fóruns periódicos, promovendo transparência, engajamento e corresponsabilidade.

Colaboração multissetorial e financiamento da Agenda 2030

Mais votada para etapa nacional

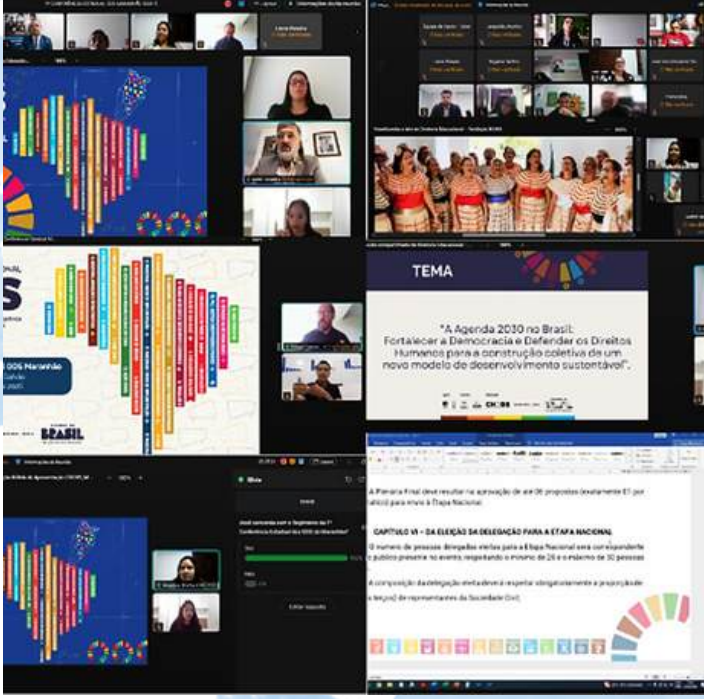
1- Instituir uma plataforma digital pública que consolide oportunidades de financiamento, projetos, parcerias e qualificação voltadas à Agenda 2030, com transparência e otimização de recursos, integrando uma política de formação continuada para qualificar lideranças e organizações na captação, elaboração, gestão de projetos, estabelecimento de parcerias e prestação de contas, ampliando o acesso ao financiamento alinhado aos ODS. Plataforma + Capacitação.

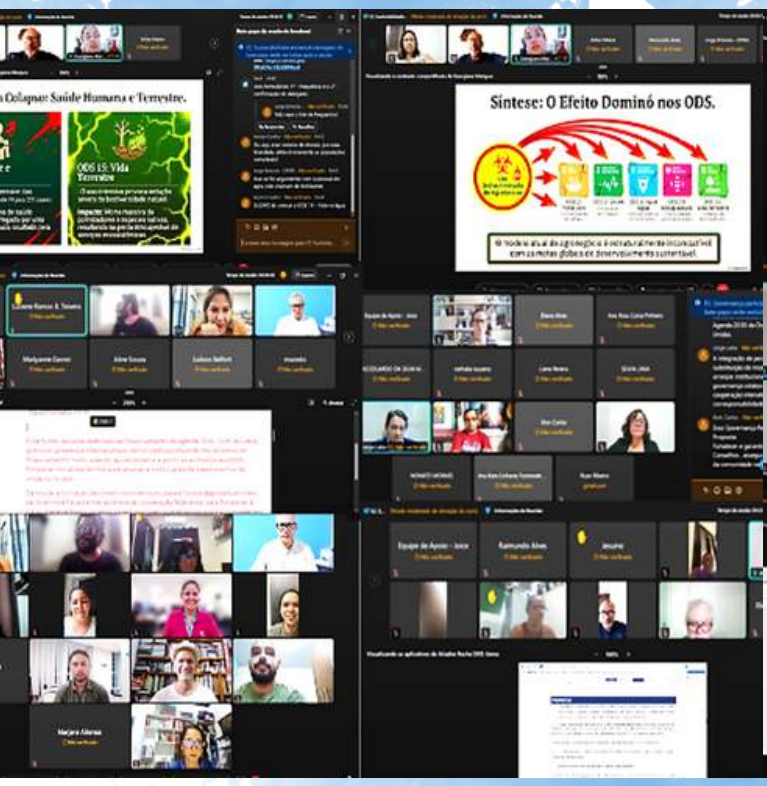
2 - Criar e regulamentar conselhos tripartites nas unidades federativas para coordenar estratégias e monitorar os ODS, bem como instituir um fundo de financiamento público-privado, nacional e internacional, estruturado por mecanismos mistos, ampliando a transparência, a participação social e os investimentos em projetos alinhados à Agenda 2030. Governança + Fundo.

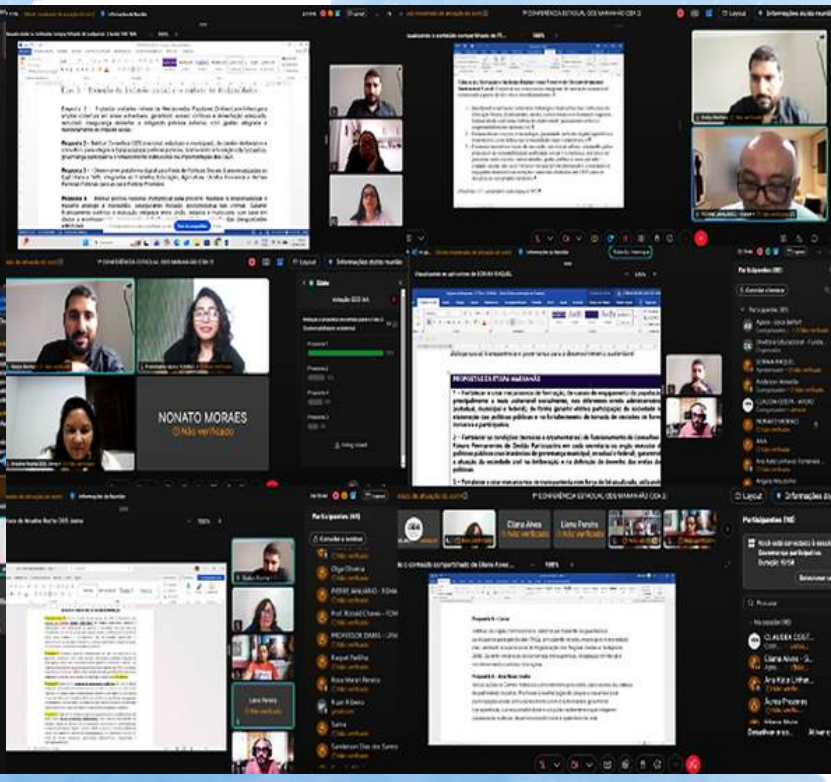
3 - Instituir incentivos fiscais, linhas de crédito diferenciadas e apoio técnico para micro e pequenas empresas condicionadas a adoção de práticas alinhadas aos ODS e critérios ESG, com padrões de sustentabilidade e relatórios de impacto. Com vistas a ampliar inovação sustentável, fortalecer o financiamento responsável e gerar impacto socioambiental positivo nos territórios. Incentivos para MPE's

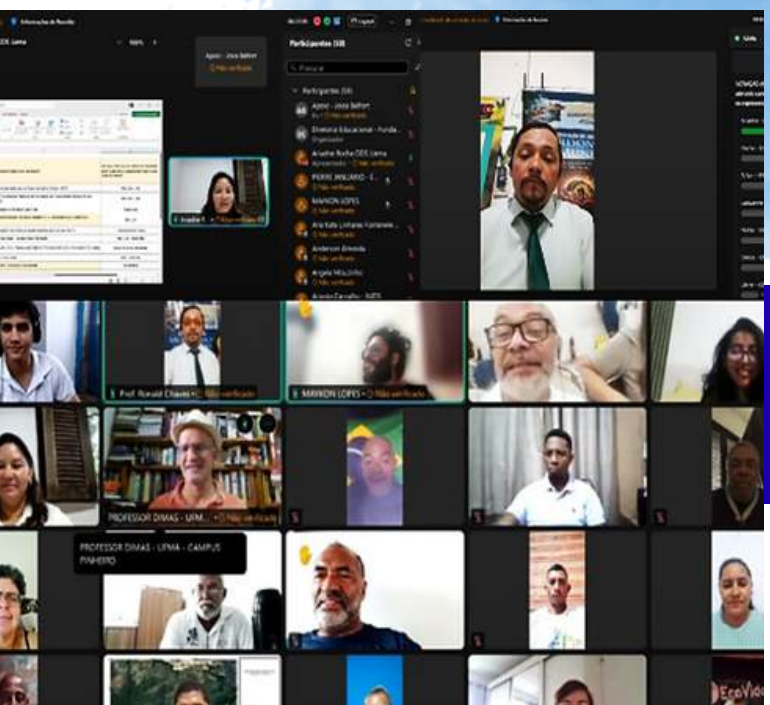


COMPOSIÇÃO DA MESA, APRESENTAÇÃO CULTURAL COM O CORAL DA UNABI-UEMA E ABERTURA DA CONFERÊNCIA.









PALESTRAS TEMÁTICAS POR EIXO

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS PARA A ETAPA NACIONAL.







PARTICIPAÇÃO DO MA NA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL ODS

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Insegurança alimentar e nutricional**. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Glossário Saúde Brasil. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional. Acesso em: 7 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **VisData**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php. Acesso em: 11 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS:** TabNet - Mortalidade. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://datasus.saude.gov.br/mortalidade-desde-1996-pela-cid-10. Acesso em: 25 fev. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Resposta aos desastres climáticos em 2023 no Maranhão**. Brasília, DF, [2024?]. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/maranhao-resumo-das-acoes-em-2023. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Defesa Civil Nacional. **Lula e Waldez acionam, neste sábado (14), ativação do Defesa Civil Alerta em quatro cidades do Maranhão**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/lula-e-waldez-acionam-neste-sabado-14-ativacao-do-defesa-civil-alerta-em-quatro-cidades-do-maranhão. Acesso em: 19 maio 2026.

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA. **Ranking de Competitividade dos Estados**. São Paulo, 2026. Disponível em: https://plataforma.clp.org.br/relatorios-tecnicos-download?v2513. Acesso em: 7 maio 2026.

DUARTE, Beatriz. **A importância da água segura na saúde pública**. Agência Íntegra, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2025. Disponível em: https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2025/07/08/a-importancia-da-agua-segura-na-saude-publica. Acesso em 7 maio 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2026. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/. Acesso em: 26 fev. 2026.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório Déficit Habitacional no Brasil 2023**. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/. Acesso em: 28 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais - SCR**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html. Acesso em: 4 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ods. Acesso em: 12 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC/A. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas. Acesso em: 16 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - PNADC/T. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas. Acesso em: 16 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: Padrão de vida e distribuição de rendimentos. 2024. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html. Acesso em: 24 fev. 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). Boletim Social do Maranhão: condições de saúde da população maranhense. São Luís, 2025. Disponível em: https://imesc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/Boletim-Social-Condicoes-de-saude-da-populacao-maranhense.pdf. Acesso em: 13 maio 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Focos de Calor no Maranhão:** Boletim Anual. São Luís, 2025 Disponível em: https://imesc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/08/infografico-anual-2024.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Sistema de Transferência de Dados**: Focos de Queimadas e Incêndios. São José dos Campos, SP, 2026. Disponível em: https://dataserver-coids.inpe.br/queimadas/queimadas/focos/csv/anual/. Acesso em: 25 fev. 2026.

MARANHÃO. Decreto nº 39.176, de 18 de junho de 2024. Institui o Plano de Ação Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+MA, no âmbito do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (2020-2030), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.diariooficial.ma.gov.br/download.php?arqv=1&arq=EX20240618. Acesso em: 5 maio 2026.

MARANHÃO. Governo do Maranhão. **Programa Maranhão Livre da Fome**: saindo da pobreza e gerando renda. São Luís, 2025. Disponível em: https://maranhaolivredafome.ma.gov.br/. Acesso em: 6 maio 2026.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Governo do Maranhão chega à marca de 220 restaurantes populares com inaugurações em Paulino Neves e Humberto de Campos**. São Luís, 2026. Disponível em: https://www.ma.gov.br/noticias/governo-do-maranhao-chega-a-marca-de-220-restaurantes-populares-com-inauguracoes-em-paulino-neves-e-humberto-de-campos. Acesso em: 11 maio 2026.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Maranhão vai implantar sistema nacional de alerta a desastres naturais**. São Luís, 2025. Disponível em: https://www.ma.gov.br/noticias/maranhao-vai-implantar-sistema-nacional-de-alerta-a-desastres-naturais. Acesso em: 11 maio 2026.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Plano contra desmatamento ilegal e queimadas é lançado com metas para os próximos 4 anos**. São Luís, 2024. Disponível em: https://www.ma.gov.br/noticias/plano-contra-desmatamento-ilegal-e-queimadas-e-lancado-com-metas-para-os-proximos-4-anos. Acesso em: 11 maio 2026.

MARANHÃO. Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. São Luís, 2014. Disponível em: https://www.diariooficial.ma.gov.br/download.php?arqv=1&arq=SX20140611. Acesso em: 5 maio 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. **Boletim Vigiagua 2025**. São Luís, 202x. Disponível em: https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2026/02/Boletim_Informativo_VIGIAGUA_2025.pdf. Acesso em: 8 mai. 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais. **Recicla MA gera renda para catadores e incentiva reciclagem em outros municípios maranhenses**. São Luís, 2026. Disponível em: https://www.sema.ma.gov.br/noticias/recicla-ma-gera-renda-para-catadores-e-incentiva-reciclagem-em-outros-municipios-maranhenses. Acesso em: 8 maio 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude. **Programa Cartão de Transporte**. São Luís, 2026. Disponível em: https://transporteuniversitario.juventude.ma.gov.br/start/. Acesso em: 21 maio 2026

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. **Resultados da Operação:** Geração de Energia. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx. Acesso em: 5 maio 2026.

REDAÇÃO. O Imparcial. **Secretaria de Segurança Pública do Maranhão lançou 3ª fase da Operação Forças Integradas para intensificar policiamento na área Leste de São Luís**. São Luís, 2026. Disponível em: https://oimparcial.com.br/noticias/2026/05/seguranca-publica-do-maranhao-lancou-3a-fase-da-operacao-forcas-integradas-para-intensificar-policiamento-na-area-leste-de-sao-luis/. Acesso em: 11 maio 2026.

SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES E REMOÇÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA. **Plataforma SEEG**. São Paulo, 2026. Disponível em: https://plataforma.seeg.eco.br/. Acesso em: 9 fev. 2026.

Reconhecimento

Walter Canales Santana: Universidade Estadual do Maranhão
Leuzinete Pereira da Silva: Fundação Escola de Governo do Maranhão
Ariadne Enes Rocha: Universidade Estadual do Maranhão
Maria Eliana Alves Lima: Secretaria Estadual de Educação
Filipe Benjamim Maciel Macêdo; Marlana Portilho Rodrigues Santos; Rafael Thalysson Costa Silva e Dionatan Silva Carvalho: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
Claudia Costa e Silva, Joice Belfort Pereira e Stalys Ferreira Rocha: Assessoria Especializada na Articulação dos ODS na Universidade Estadual do Maranhão

Instituições:
Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares
Fundação da Criança e do Adolescente
Fundação Escola de Governo do Maranhão
Fundação Justiça e Paz se Abraçarão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
Projeto Floresta+ Amazônia
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar
Secretaria de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria de Estado do Turismo
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
Uniperiferias
Universidade Ceuma
Universidade Estadual do Maranhão

Apoio:
Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Agradecemos seu apoio contínuo aos nossos esforços para contribuirmos com os ODS no Maranhão.

www.ods.uema.br
ods@uema.br
@Ods.uema





Não deixar ninguém para trás.

Eduema